

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Início da reunião: 15,15 horas

Términos da reunião: 17,30 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: João Duarte Anastácio de Carvalho

Vereadores: Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

Brian Costa da Silva (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador José António da Costa Tomé, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

Cargo: Assistente Técnico

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Vereador José António da Costa Tomé e António Augusto Baptista Antunes, que se encontravam ausentes por motivo de gozo de férias e por motivos profissionais, respetivamente.

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019, 17/2019 e 18/2019; de 28/05/19, 07/06/19, 18/06/19 (Ext.) e 26.06.2019, respetivamente. O Sr. Vereador Brian Costa da Silva não participou na discussão para aprovação dos textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019 e 18/2019, dado que não esteve presente nas referidas reuniões de Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

ABERTURA DA ACTA

----- Aos 31 dias do mês de julho de 2019, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, pelas 15,15 horas, o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, Brian Costa da Silva (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador José António da Costa Tomé, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01), Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES: Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral.

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Vereador José António da Costa Tomé e António Augusto Baptista Antunes, que se encontravam ausentes por motivo de gozo de férias e por motivos profissionais, respetivamente.

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019, 17/2019 e 18/2019; de 28/05/19, 07/06/19, 18/06/19 (Ext.) e 26.06.2019, respetivamente. O Sr. Vereador Brian Costa da Silva não participou na discussão para aprovação dos textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019 e 18/2019, dado que não esteve presente nas referidas reuniões de Câmara.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO (Nº 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): A Câmara deliberou iniciar a reunião com o Período de Intervenção Aberto ao Público, tendo-se registado as seguintes inscrições:

Nome: João Nunes Maria Alves
Assunto: Pergunta quando vai ser efetuada a demolição nos n.ºs 12 e 64, da Rua de Santo António – Casais das Campainhas
O munícipe João Nunes Maria Alves referiu que, recentemente, foi asfaltada a estrada contígua a uma propriedade sua. Aquando dos trabalhos preparatórios, deixaram o acesso à aludida propriedade em péssimo estado. Ora, ao entrar na propriedade não se apercebeu de um buraco que lá se encontrava e, por conseguinte, danificou um gerador. Deste modo, disse que quer saber quem irá assumir a respetiva despesa face aos prejuízos que teve. O Sr. Presidente da Câmara questionou se o munícipe João Alves já tinha remetido para a Câmara uma exposição sobre o sucedido. O munícipe João Alves respondeu que não. O Sr. Presidente da Câmara referiu que o munícipe João Alves terá que remeter uma exposição para se puder abrir um processo. Depois, a partir daí, serão desenvolvidas todas as



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

diligências necessárias para resolver este tipo de situação. O munícipe **João Alves** referiu que irá enviar a respetiva exposição. Prosseguiu a sua intervenção e referiu que tinha ficado estabelecido que se iria demolir as obras ilegais levadas a cabo no n.º 64 da Rua de Santo António, sito nas Casais das Campainhas. No entanto, até à data, as aludidas obras não foram demolidas. O Sr. **Presidente da Câmara**, após ter consultado o processo, referiu que, efetivamente, o prazo para o particular ter efetuado as respetivas demolições já tinha terminado e as mesmas não foram feitas. Agora o processo terá que seguir os trâmites normais, isto é, o que acontece neste tipo de caso é que será a Câmara a proceder as respetivas demolições a expensas dos infratores.

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o próximo munícipe a intervir é o Sr. José Manuel Dias Custódio, dado que, apesar da munícipe Dr.ª Alice Marques da Silva ter-se inscrito para tratar de um assunto no Período de Intervenção Aberto ao Público, e ser a 2.ª da lista, teve a oportunidade de a receber no seu gabinete, antes do início da reunião, e a matéria pela qual se inscreveu já foi tratada.

Nome: José Manuel Dias Custódio

Assunto: Funcionamento de serviços

O munícipe **José Manuel Dias Custódio** começou por referir que aquilo que irá dizer nada tinha contra as pessoas, a autarquia ou os serviços camarários. Portanto, considera que (assim como consideram alguns juristas) a DOTUA está a agir duma forma que não corresponde ao que consta na Lei, mais concretamente, procede à análise dos projetos de especialidade, sobre os quais é dado um parecer por uma técnica que não tem (nem poderia ter) competência para o fazer. Ou seja, aquilo que decorre da Lei é que os projetos de especialidade não carecem de análise técnica da Câmara, caso venham acompanhados de uma Declaração de Responsabilidade Técnica do técnico autor dos respetivos projetos. Contudo, o chefe da DOTUA tem um entendimento diferente, isto é, exige que os respetivos projetos de especialidades sejam alvo de uma análise pelos serviços técnicos da Câmara. Mas, legalmente, a respetiva análise não tem que ser feita, se cumprir o preceito que já referiu. Deste modo, na sua opinião, a autarquia deve solicitar um parecer à CCDRLVT para que esta situação seja devidamente clarificada. Este procedimento causa uma demora demasiado elevada, na fase dos projetos de especialidade, sem que haja necessidade para isso, dado que é feita uma análise que não é exigida por lei. Também, no que concerne ao funcionamento dos serviços da Câmara, quer alertar para a seguinte situação: a Câmara não pode exigir aos munícipes aquilo que os seus serviços possuem internamente. Portanto, os



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019

Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

serviços, em sede de projeto de obras particulares, exigem uma certidão aos munícipes em como existe rede de águas e de saneamento no local onde é pretendido executar a respetiva obra. Ora, não faz sentido exigir essa certidão quando os serviços podem verificar internamente se existe a respetiva rede de águas e de saneamento. Por conseguinte, aquilo que a técnica deveria fazer era substituir-se a essa certidão, isto é, deveria solicitar informação ao serviço de águas e saneamento da Câmara, no sentido de apurar se os locais em causa possuem as referidas infraestruturas. Há casos, por exemplo, de ampliações de casas que já possuem ramais feitos, mas é-lhes solicitado essa certidão. Referiu também que é feito o pedido de depósito de resíduos para uma obra de ampliação de uma casa. Portanto, o depósito de resíduos só é exigível para obras públicas. Por conseguinte, para as obras privadas não há necessidade de requerer esse licenciamento. Assim sendo, não se pode pedir uma coisa que não é exigida por lei, cuja situação, inclusive, faz demorar os procedimentos normais do serviço. Os processos com isso atrasam-se e os munícipes são prejudicados. Pensa que a Câmara deverá zelar para que isso não aconteça. Em relação ao Balcão do Múncipe, referiu que este serviço, neste momento, faz o atendimento de muitos assuntos, sem discriminação, cuja competência é da Câmara. Nessa medida, na sua opinião, deveria ser criado neste balcão um serviço destinado apenas para os gabinetes de projetos de obras particulares, sobretudo no verão, dado que existe um grande número de pessoas (Ex. emigrantes) que procuram resolver os seus assuntos. As matérias relacionadas com obras particulares, efetivamente, demoram mais tempo ao nível do atendimento, pelo que os outros munícipes que se dirigem à Câmara, para tratar de assuntos mais simples, ficam à espera para serem atendidos demasiado tempo. Considera que o Balcão do Múncipe tem um bom funcionamento, mas o mesmo pode ainda ser melhorado. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que atualmente os procedimentos, ao nível dos projetos de especialidade, estão mais agilizados. Mas, de acordo com aquilo que o município José Custódio referiu, os mesmos ainda podem agilizar-se mais, isto é, bastará verificar se o técnico autor dos projetos juntou a respetiva Declaração de Responsabilidade Técnica. Em relação à questão do depósito de resíduos, referiu que concorda com aquilo que o município José Custódio disse, pelo que irá verificar esta situação. Em relação ao pedido de certidão da rede de águas e saneamento, efetivamente não faz qualquer sentido exigir a respetiva certidão, dado que atualmente a Câmara tem tudo registado, bastando consultar a rede que o município possui. Portanto, irá verificar as matérias que o município José Custódio apresentou e, oportunamente, será dada uma resposta com mais detalhe. O Sr. Vereador **João Serra**, em



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

relação à questão do Balcão do Múncipe, começou por agradecer a sugestão dada pelo múnícipe José Custódio, dado que aquilo que pretendem é prestar o melhor serviço possível aos munícipes, no sentido de que os assuntos sejam resolvidos no menor tempo possível. Mas aquilo que o múnícipe José Custódio sugeriu não é fácil de concretizar, porque, para além de estarem numa altura de férias, estão com menos funcionários no Balcão do Múncipe por várias razões, sendo que uma das razões é por baixas médicas. Mas aceita a sugestão, pelo que irá verificar se existe possibilidade de a implementar.

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Recolha de lixo nas Papagovas: Referiu que recebeu a informação que não tinha sido recolhido o lixo nas Papagovas, cuja recolha só é feita uma vez por semana. Por conseguinte, os munícipes estavam a queixar-se, nomeadamente, por terem de esperar 15 dias para que o lixo fosse recolhido. Deste modo, solicitou informação sobre a veracidade desta situação e, em caso afirmativo, quer saber se já foi feita alguma diligência no sentido de resolver esta situação. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** referiu que, embora o Sr. Vereador Hernâni Santos não tenha especificado qual foi o dia que a respetiva situação ocorreu, pode dizer que os camiões de recolha do lixo têm tido bastantes avarias, pelo que pode ter sido por esse motivo. Referiu ainda que está a decorrer o procedimento concursal para aquisição de novas viaturas, mas só na semana passada foi possível remeter o processo para o Tribunal de Contas. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a aludida situação ocorreu na passada segunda-feira, dia 29.07.2019. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** referiu que nesse dia verificou-se uma situação específica, mais concretamente, um funcionário faltou por motivo de doença, tendo outro funcionário faltado igualmente. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu ainda que lançaram o procedimento concursal para adquirir novas viaturas há mais de 1 ano, e só recentemente foi enviado para o Tribunal de Contas. Efetivamente, estes procedimentos demoram demasiado tempo, e as viaturas, tem conhecimento, já estão preparadas para serem entregues.

2.º - Poluição no Rio Grande e Rio de Mouros: Observou que a barreira que foi feita no Rio Grande, próxima da ligação com o Rio dos Mouros, tem algum caudal de água e a mesma apresenta indícios de ter bastante poluição. Acha que é oportuno o Executivo deslocar-se ao local para verificar “in loco” esta situação, para tentar perceber por que razão isto acontece. Pensa que isto está a verificar-se porque existem alguns ramais de saneamento que estão ligados aos ramais de águas pluviais e, por conseguinte, as respetivas descargas são feitas no



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

aludido rio, e esta situação faz com que a água fique naquele estado. É sabido que o clima tem estado demasiado inconstante e se, porventura, vierem chuvas fortes aquelas águas vão ter à foz do Rio Grande, o que poderá pôr em causa a época banhar naquele local. Sabe que não é em cima da hora que se resolve este tipo de problema, mas se conseguirem ter uma perceção daquilo que está a acontecer, torna-se mais fácil resolver o referido problema, em termos de futuro. Por isso, na sua opinião, é oportuno deslocaram-se ao local em causa, pelo que apresenta esta proposta dentro de um princípio de querer ajudar e precaver uma situação que pode tornar-se problemática. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que poder-se-á agendar a referida deslocação no início da próxima reunião de Câmara. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que no dia de ontem, à noite, foi feita a descarga da respetiva zona, cuja ação foi coordenada com a APA e demais entidades envolvidas neste processo. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a sua observação ocorreu no último fim-de-semana. O Sr. Vereador **João Serra** continuou a sua intervenção para dizer que, quanto à descarga que referiu, foi feita uma recolha de amostras das águas, por parte da Delegada de Saúde, pelo que, neste momento, as mesmas já estão a ser analisadas pela APA. Portanto, a colocação das respetivas barreiras ao longo do Rio tem como finalidade o aproveitamento da água para fins agrícolas, isto é, a mesma é utilizada para regar os campos agrícolas. Por conseguinte, não é só pela questão da água não ir para a praia, cuja situação não é de agora. Mas, sobre esta matéria, poderão falar no local. Depois, existem várias condicionantes, sendo que uma delas tem a ver com a própria zona que é eminentemente agrícola, sendo que, infelizmente, existe uma grande quantidade de matéria orgânica que vai parar ao rio e, assim sendo, não tem a ver com o saneamento. Por conseguinte, a matéria orgânica provoca uma cor à água pouco agradável. Mas, irá, certamente, ao local visualizar a situação que o Vereador Hernâni Santos relatou para tentar perceber do que, realmente, se trata. Pode ainda dizer que, felizmente, as análises têm sido negativas. Acrescentou que a Câmara almeja e lutará para que a água, nesta zona, tenha qualidade, estando em causa mais de 400 hectares. Não sabe se o Vereador Hernani Santos entende que se deve abrir o rio e, conseqüentemente, não ser aproveitada a respetiva água para a rega. Portanto, quer apenas fazer este parêntese para que a comunidade possa entender a situação. Ora, estão a trabalhar no sentido de aumentar a qualidade da água. Hoje, inclusive, irá haver uma sessão pública nos Casalinhos das Oliveiras sobre esta matéria e que diz respeito a todos. Esta questão preocupa-o durante o ano inteiro e não só quando ocorre a época banhar. Às vezes quer-se passar a mensagem que a Câmara só se preocupa com o rio aquando da época banhar, mas isso não corresponde à verdade,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

porque a Câmara preocupa-se com o rio todo o ano. A questão é que as pessoas estão na praia nesta altura, sendo que há uma maior visibilidade relativamente a esta questão. Estando o rio com menos caudal é normal que as pessoas reparem mais nessas situações. Mas, referiu que fica contente que Sr. Vereador o **Hernâni Santos** também se preocupe com esta questão, dado que é uma preocupação comum e todos devem pugnar para que os problemas que ali existem sejam resolvidos. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a questão de se fechar o rio e utilizar a água para fins agrícolas é algo que já acontece há alguns anos, cuja matéria, inclusive, já tem sido discutida em sede de reunião de Câmara. Portanto, pensa que todos os membros do Órgão Executivo consideram que é uma situação útil e funcional para todos. Agora, a questão das barreiras serem feitas com terra já é outra discussão. Portanto, têm resolvido a situação desta forma, onde existem custos associados e pode até trazer problemas ambientais. Mas, quando fez a sua intervenção inicial, não era isso que estava a apresentar ou que estava em discussão. Deste modo, reitera que teve a oportunidade de ir ao local e observou que a água está poluída. Consequentemente, considerou que esta situação tem a ver, efetivamente, com os esgotos domésticos, cuja situação pensava que na Lourinhã já estava resolvido. Por conseguinte, considera que devem ainda existir algumas pontas de esgoto soltas e, se calhar, se forem ao local, podem ter facilidade em perceber onde isso está a acontecer e porquê está a acontecer. Pode, por exemplo, ter havido alguma situação que os serviços não tenham identificado. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que já ocorreram a duas situações, uma por causa da ETAR, sendo que a mesma faz um tratamento terciário e, por conseguinte, a água é aproveitada para fins agrícolas. Mas, a respetiva água, apesar do tratamento que é feito, não sai clara, cuja situação deturpa de imediato a água do rio. A outra situação foi por causa de uma queixa, tendo havido uma intervenção, por parte dos serviços da Câmara e do SEPNA, e que teve a ver com descargas ilegais. Mas, provavelmente, é uma coisa que, infelizmente, irá sempre ocorrer. Por mais que queiram, nunca conseguirão chegar a tempo. Não vale a pena estar aqui dizer que vão conseguir “tapar” todas as situações que vão parar ao rio. Aquilo que pode dizer é que tem havido por parte do SEPNA uma grande intensificação nesta matéria, sendo que algumas situações são de âmbito particular e têm estado a ser resolvidas. Outras situações são da responsabilidade da Câmara e estão em vias de resolução. E, como tal, nesta altura têm que ir gerindo a situação da melhor forma. Em relação aos açudes no rio serem erguidos em terra, referiu que já estão estudar uma forma diferente de fazer os mesmos, que pode passar, eventualmente, pela colocação de comportas. Inclusive, já encetaram algumas diligências junto de algumas entidades no que concerne à



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

questão do aproveitamento da água do rio versus represas. Está em causa uma elevada despesa, mas, como membro do Órgão Executivo, é algo que ambiciona que seja concretizado nos próximos anos.

A Sr.^a Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Inscrição da munícipe Alice Marque da Silva para intervir no Período de Intervenção

Aberto ao Público: Referiu que recebeu a listagem dos munícipes que se inscreveram para intervir na presente reunião. Na aludida lista constava a inscrição da munícipe Alice Marques da Silva. Mas, o Sr. Presidente da Câmara, conforme informou, já fez o respetivo atendimento, antes do início da reunião de Câmara, no seu gabinete. Deste modo, disse que discorda que as questões do público não sejam tratadas em sede de reunião de Câmara, embora possa imaginar que o assunto em apreço se trate de uma situação demasiado delicada. Mas, certamente, o Sr. Presidente da Câmara terá oportunidade de esclarecer este assunto. O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que, sinceramente, desconhecia que a munícipe Alice Marque da Silva estava inscrita para participar na presente reunião. De seguida, referiu que a aludida munícipe tinha um atendimento agendado com ele (Presidente da Câmara) para o dia 01.08.2019 (amanhã), às 11,00 horas. Mas foi contactado pelo advogado da munícipe Alice Marque das Silva, na passada segunda-feira, e o mesmo pediu-lhe se ele (Presidente da Câmara) poderia recebê-los no presente dia, dado que vinha à Lourinhã. Então respondeu ao aludido advogado que só os poderia receber antes ou depois da reunião, embora não soubesse a que horas iria acabar a reunião. Mas disse-lhe ainda que se estivessem na Câmara às 14,30 horas poderia atendê-los a essa hora. E foi isso que aconteceu. O assunto em causa já está a ser tratado pelos respetivos serviços e tem a ver com contentores do lixo, na Praia da Areia Branca, junto à residência da munícipe Alice Marques da Silva, cuja situação, segundo a munícipe, tem-lhe provocado bastantes constrangimentos, dado que as pessoas, por exemplo, quando utilizam os contentores deixam muitas vezes a tampa aberta, cuja situação faz com que haja uma acumulação de maus cheiros no local, assim como o favorece o aparecimento de insetos. Também tem aparecido lixo no quintal da munícipe. Mas, como disse, já estão a ser feitas diligências para resolver esta situação, dado que a mesma já foi sinalizada há já algum tempo, tanto pela Câmara, como pela União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia. Neste momento, estão a ser estudadas duas alternativas, mais concretamente, afastar os contentores do local atual e criar uma “ilha” no centro da praça, podendo os automóveis circular a volta da mesma. O Sr. Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia alvitrou também a possibilidade de ser colocar ao redor dos contentores uma estrutura em madeira. Referiu que



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

ainda existe outra hipótese, nomeadamente, a colocação de contentores com pedal, isto é, a tampa abre quando é acionado o pedal e ao retirar o pé do pedal a tampa fecha automaticamente. Trata-se de um tipo de equipamento mais caros, mas atendendo, sobretudo às questões ambientais, se calhar têm que pensar numa solução destas para o Concelho em termos de futuro.

2.º - Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de

Venda ao Público e de Prestação de Serviços: Referiu que estava na expectativa que a Proposta de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços constasse na Ordem do Dia da presente reunião de Câmara. Mas, o respetivo documento não consta. Deste modo, disse que gostava de saber por que razão a aludida matéria não foi agendada. Portanto, no final da reunião da Comissão que foi criada, em sede de reunião de Câmara, ficou acordado que iria ser redigida a redação final pelo jurista que integra a aludida comissão. Ora, questionou ao mesmo se existiam condições para que a respetiva proposta de regulamento fosse agendada para esta reunião, tendo o jurista respondido afirmativamente. Deste modo, como disse, ficou na expectativa que o dito documento tivesse sido agendado, mas isso não aconteceu. O **Chefe da DAG** referiu que o jurista transmitiu-lhe que, efetivamente, já havia concordância em relação ao texto final e que tinha ficado incumbido de elaborar a redação final. Entretanto, o jurista entrou de férias e, eventualmente, não teve oportunidade de concluir a aludida redação final. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que o documento foi devidamente redigido de acordo com as alterações que advieram da reunião da Comissão. Efetivamente, era para ter constado na ordem do dia da presente reunião. Eventualmente, verificou-se aqui alguma falha de comunicação, dado que o documento, como já referiu, está concluído. Deste modo, remeteu o mesmo à Vereadora Vanda Oliveira para proceder a uma análise. Também diligenciou para que o documento em causa fosse, igualmente, remetido para o Sr. Vereador António Augusto Antunes.

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA: -----

PONTO 1 – a) Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **26/07/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **26/07/2019**;-----

PONTO 2 - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **26/07/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

EXPEDIENTE

PONTO 3 – REGISTO N.º 7585/2019, DE 08/07 – MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA / CONSELHO DA CIDADE DAS CALDAS DA RAINHA: - Presente e-mail datado de 08/07/2019, a agradecer a participação no evento "Razões Técnicas para um Novo Hospital" que decorreu no passado dia 26, nas Caldas da Rainha, que em muito contribuiu para um debate vivo e construtivo, bem como enviam as reflexões sobre o debate em causa, que em baixo se transcrevem:

“Razões Técnicas para um Novo Hospital no Oeste”

- Reflexões sobre o Debate -

O Conselho da Cidade congratula-se com o êxito do debate que decorreu no dia 26 de junho no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha e que teve como tema “as razões técnicas para um novo Hospital no Oeste”. O debate correspondeu aos pressupostos pelos quais o Conselho da Cidade avançou para a sua organização: promover e dinamizar a participação dos cidadãos em processos que tenham em vista o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

Com o debate conseguiu-se uma grande mobilização cívica, com uma assistência diversificada, que excedeu a lotação do auditório (cerca de 180 pessoas presentes na sala) e com a participação dos potenciais agentes de mudança: autarcas (5 presidentes, 1 vice-presidente e um vereador com o pelouro da Saúde das Câmaras da região Oeste), administradores hospitalares, profissionais da saúde, dirigentes e cidadãos empenhados.

Durante duas horas e meia foi possível abordar o tema com rigor, com seriedade, contextualizando os problemas actuais dos cuidados hospitalares públicos na região, tendo ficado claro e sido consensual que é incontornável a necessidade de um novo Hospital para a região.

O Conselho da Cidade – Associação para a Cidadania, agradece os apoios logísticos recebidos (Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Centro Cultural e de Congressos), a participação dos oradores (Dr. Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos; Engº Durão de Carvalho, Associação dos Engenheiros e Arquitectos Hospitalares; e Dr. António Curado), o profissionalismo da moderadora Marina Caldas, os depoimentos dos Presidentes das Câmaras Municipais de Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras, Bombarral e Lourinhã, e do vice-presidente da Câmara de Óbidos e também do Sr. Presidente da ARSLVT, bem como as intervenções de todos os outros cidadãos que usaram da palavra. Agradece igualmente a presença, para além de outros autarcas e deputados municipais, do Presidente da Comissão de Saúde da Comunidade Intermunicipal do



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Oeste, da Sra. Vereadora de Sobral de Monte Agraço, da Sra. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste e vogais do mesmo Conselho, da Comissão de utentes do CHO, bem como do Sr. Deputado Heitor de Sousa e representantes de locais de partidos políticos.

Com o estímulo proporcionado por esta reflexão, com as linhas de rumo apresentadas, com a disponibilidade dos intervenientes, e com o trabalho dos gabinetes públicos (OesteCIM, ARSLVT e outros) acreditamos que possam estar abertas portas para soluções sustentadas de futuro nesta área social.

Caldas da Rainha, julho de 2019”

A Câmara tomou conhecimento.

-----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

PROPOSTAS: - Presentes as seguintes Propostas, que em baixo se transcrevem:

DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

PONTO 4 – N.º 9083/2019, DE 25/07 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DO JÚRI – RECRUTAMENTO DE CANDIDATOS À ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO:

“Em reunião de 11/07/2018, a Câmara Municipal da Lourinhã aprovou a composição do Júri do procedimento para recrutamento de candidatos à atribuição de licença para exercício da atividade de Guarda-Noturno, ao abrigo do art.º 27º da Lei nº 105/2015, de 25 de agosto:

Presidente – Presidente da Câmara da Lourinhã;

Vogais – Capitão Hugo Alexandre Lourenço Torrado, substituído nas faltas e impedimentos pelo Comandante de Posto, o 1º Sargento Hélder Alexandre Martins Ferreira, e

– Fernando José Martins Ferreira, Secretário da Junta da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia.

Atendendo à comunicação, datada de 24/05/2019, do novo Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras da Guarda Nacional Republicana informando da cessação de funções do Capitão Hugo Alexandre Lourenço Torrado no cargo acima referido,

PROPONHO

Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do 27º da Lei nº 105/2015, de 25/08, e por designação do atual Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras, que a Câmara Municipal aprove a alteração do referido Júri passando a ser constituído por:

Presidente – Presidente da Câmara da Lourinhã;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Vogais – Capitão de Infantaria - Paulo Ricardo Oliveira Póvoa, Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1º Sargento, Hélder Alexandre Martins Ferreira, Comandante do Posto Territorial da Lourinhã,
– Fernando José Martins Ferreira, Secretário da Junta da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia.

Paços do Município da Lourinhã, 25 de julho de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

João Duarte Anastácio Carvalho, Eng.º

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA:

PONTO 5 – N.º 9098/2019, DE 26/07 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS NO ÂMBITO DO CONCURSO ESCOLAR “1769-2019: 250 ANOS DO NASCIMENTO DE NAPOLEÃO E DE WELLINGTON”:

“O Município da Lourinhã, através do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro promoveu, ao longo do ano letivo de 2018/2019, o concurso escolar “1769-2019: 250 Anos do Nascimento de Napoleão e de Wellington”, inserido na agenda cultural do CIBV.

Neste contexto, e de acordo com o Regulamento que junto se anexa, haverá atribuição de prémios monetários. Estando concluída a fase de entrega de trabalhos, o júri reuniu no dia 3 de julho de 2019, tendo apurado, em função dos prémios a atribuir, a necessidade de transferência de determinados valores para as instituições de ensino vencedoras.

Atendendo a que a competência para aprovação da respetiva despesa pertence à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do artigo 33º da lei 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

PROPONHO

Que a Câmara ratifique as seguintes transferências de verbas:

- **Agrupamento de Escolas da Lourinhã** - 475€, conforme ficha de cabimento em anexo;
- **Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente (Lourinhã)** - 100€, conforme ficha de cabimento em anexo;
- **Externato de Penafirme** (Seminário Liceal de Penafirme) – 175€, conforme ficha de cabimento em anexo.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Paços do Município, Lourinhã 26 de julho de 2019

O Vereador em Regime de Permanência

(João José Silva Serra, Eng.º)

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

DO SR. VEREADOR JOSÉ TOMÉ:

PONTO 6 – N.º 7860/2019, DE 01/07 – APOIO FINANCEIRO - RANCHO FOLCLÓRICO AS MOLEIRINHAS DO SEIXAL:

“O Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal” foi convidado a participar no evento “Inauguração de Estátua e exposição Galathée”, que ocorreu no dia 29 de junho de 2019, em Deuil-La-Barre, França.

Nesse âmbito, solicitou, através de ofício Mydoc n.º 6368 de 19/06/2019, apoio financeiro para fazer face a despesas de deslocação da comitiva pois, por si só, não teve capacidade financeira para suportar a despesa com a viagem.

Considerando que, nos termos do nos termos da alínea u), do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete aos Municípios no âmbito das atividades de interesse municipal, apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra.

Assim, face ao exposto e considerando a importância desta deslocação na divulgação do nosso concelho, proponho a atribuição de uma verba no montante de 2 500,00€ (dois mil e quinhentos euros) ao Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal”, destinada a comparticipar parte dos custos da deslocação destes nossos “Embaixadores” a França.

À consideração superior,

O Vereador em Regime de Permanência

(José António Costa Tomé)”

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal”, com base na informação supratranscrita, ressalvando que se trata de um apoio complementar à respetiva deslocação, por não estar previsto no plano anual de atividades.

PONTO 7 – N.º 9022/2019, DE 24/07 – APOIO FINANCEIRO - MOSTRA DE ARTES MULTIDISCIPLINAR “CALHAU” – MOLEDO:

“A Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas em parceria com o fotógrafo Nicolas Lemonnier e o artista plástico Manuel d’Olivares organizam uma mostra de artes



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*multidisciplinar, que se realizará em Moledo, nos dias 30 e 31 de agosto e nos dias 1, 6 7 e 8 de setembro, denominada **CALHAU #1**.*

Trata-se de um evento que conta com o apoio da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, a colaboração do Moledo Acontece e a participação do Museu da Lourinhã. Esta mostra de artes fará dialogar a arte contemporânea nas suas várias expressões e linguagens (artes plásticas, Land arte, vídeo-instalação, instalação-som, cerâmica, performance, dança, música) com os espaços de arquitetura rural e a identidade da aldeia e dos seus habitantes tendo em atenção a(s) sua(s) história(s) e tradições, as suas vivências e memórias.

Assim serão criados dois percursos, um pela aldeia onde os artistas intervêm nos vários espaços, palheiros, espaços de recolha de alfaías agrícolas, ruínas, fachadas, e outro por um trilho no planalto com início e final na aldeia dedicado à Land arte.

Fará também parte da mostra um percurso culinário na aldeia, com a participação dos habitantes, com receitas criadas a partir de produtos locais, confeccionadas e comercializados pelos mesmos tendo em atenção que no espírito desta mostra está a Pegada Ecológica Zero e a ausência total de plásticos e refrigerantes industriais.

No decorrer da mostra será apresentado o Museu do Nada de Moledo (MuNaMo) cuja duração expositiva, será o decorrer da mostra com acervo constituído por peças resgatadas ao abandono por Manuel d'Olivares na aldeia e que tendo perdido a sua funcionalidade adquiriram, com o seu deterioro, uma beleza plástica.

Considerando que as artes e a cultura são um motor de desenvolvimento local e que o evento terá um impacto muito positivo na comunidade, o Município da Lourinhã pretende associar-se a esta mostra de artes disciplinares;

Considerando que compete aos Municípios deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

*Face ao exposto e considerando que as referidas atividades são de manifesto interesse para o concelho, proponho o que a Câmara aprecie e delibere conceder um apoio financeiro no valor de **3000,00€ (três mil euros) à Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas.***

*O Vereador em Regime de Permanência
José António Costa Tomé"*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 3.000,00€ (três mil euros) à Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas, com base na informação supratranscrita.

DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA:

PONTO 8 – N.º 9065/2019, DE 25/07 – REGULAMENTO INTERNO DA “STARTUP LOURINHÃ”:

“Considerando:

Que constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as respetivas freguesias;

Que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico e social das respetivas populações;

Que a Câmara Municipal da Lourinhã na prossecução destas atribuições, criou um serviço municipal, denominado “STARTUP LOURINHÃ”, vocacionado para prestar apoio ao desenvolvimento de projetos de criação, instalação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais;

Que o apoio a prestar pelo serviço municipal “STARTUP LOURINHÃ” aos empreendedores aderentes a esta iniciativa municipal é prestado no âmbito de contratos celebrados para o efeito;

Propõe-se que a Câmara Municipal aprecie e delibere aprovar a minuta de Regulamento do Serviço Municipal “STARTUP Lourinhã” bem como a minuta do Contrato de Incubação de Empresas, em anexo.

O Vereador em Regime de Permanência

João José da Silva Serra, Eng.º”

A Câmara deliberou aprovar: 1.º - A Minuta de Regulamento do Serviço Municipal “STARTUP Lourinhã”, que se anexa à Minuta da Ata, com a seguinte alteração: na alínea a), do n.º 2 do art.º 7.º, onde se lê: “Caráter inovador do projeto;”, deverá passar-se a ler-se: “Caráter inovador e diferenciador do projeto;”; 2.º - A Minuta do Contrato de Incubação de Empresas, que se anexa à Minuta da Ata.

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 9 – N.º 6140/2019, DE 20/05 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELO

CLUBE DE JUDO DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

1º - A associação designada por **Clube de Judo da Lourinhã – CJL** entregou os documentos denominados por *Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento com o registo de entrada n.º 2867 de 29/03/2019*.

O *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018*, celebrado a 24/05/2018 entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã, estabelece na sua *Cláusula Sétima (Obrigações do Clube de Judo da Lourinhã)*, ponto 4, a apresentação de um *Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas*, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, a entrega do presente relatório ocorreu dentro do tempo definido no referido contrato-programa.

2º - Após uma primeira apreciação efetuada por este serviço, o *Relatório Final de Execução* não apresentava toda a documentação necessária, tendo sido solicitado ao CJL a apresentação da documentação em falta, através de correio eletrónico enviado a 15/04/2019, com o registo de saída n.º 20204 de 10/05/2019.

O Clube de Judo da Lourinhã entregou os documentos solicitados, através de correio eletrónico enviado no dia 30/04/2019, com o registo de entrada n.º 4214 de 10/05/2019.

3º - Estando este serviço na posse da documentação mencionada, procede-se à avaliação do *Relatório Final de Execução do Contrato- Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018* informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito, tendo-se cumprido os prazos definidos de execução (iniciado a 01/janeiro/2018 e terminado a 31/dezembro/2018), não se verificando nenhuma situação anómala relevante.

No que concerne ao objeto do referido contrato-programa, conforme *Cláusula Primeira (Objeto do Contrato)*, considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela instituição, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas pelo CJL, nomeadamente através da participação nas competições organizadas pela Associação Distrital de Judo de Lisboa – ADJL e pela Federação Portuguesa de Judo, que permitiu promover e desenvolver a modalidade e manter o pleno funcionamento do clube junto da população local, verificando-se um aumento significativo do número de atletas que representam a associação. Foram obtidos, por alguns atletas do CJL, resultados bastante meritórios a nível dos escalões de competição, nomeadamente 2º e 3º Lugar no Campeonato Zonal de Cadetes, prova



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

realizada no dia 21/janeiro e, um 2º lugar no Open de Cadetes realizado no dia 15/abril (ambas as provas a contar para o apuramento para o Campeonato Nacional).

Já nos escalões de formação de Benjamins, Infantis e Iniciados foram também obtidos diversos 1ºs, 2ºs e 3ºs lugares nas competições / torneios onde o CJL esteve envolvido.

A nível das atividades desenvolvidas pelo CJL, destaca-se a realização de dois torneios para os escalões de Benjamins, Infantis e Iniciados, o 5º Torneio de Judo da Lourinhã e o 4º Torneio de Natal, que no seu conjunto, contaram com a participação de mais de 280 atletas em representação de 12 clubes.

Destaca-se, ainda a realização do 1º Internacional Judo Camp Lourinhã, evento realizado entre os dias 25 e 30 de junho e que contou com a presença de atletas do clube CSM Fusle Security Satu Mare, da Roménia e do Judo Clube de Lisboa.

De acordo com os dados apresentados, o programa permitiu, assim, abranger um total de 70 atletas (63 atletas federados e 7 atletas não federados), com diferentes faixas etárias, a saber:

- *64% com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos;*
- *13% entre os 11 e os 14 anos;*
- *13% entre os 15 e os 29 anos;*
- *10% com 30 anos e mais.*

No entanto, verifica-se que, não foram alcançados, nem concretizados, todos os objetivos propostos pelo Clube de Judo da Lourinhã, como sendo o caso de algumas ações específicas que se encontravam definidas, no ponto 2, da Cláusula Primeira (Objeto do Contrato), nomeadamente:

- *Promoção a criação de vários núcleos do CJL nas diversas sedes de freguesias do Concelho da Lourinhã;*
- *Promoção a criação de aulas de judo destinada a pessoas com deficiência;*
- *Consolidar e expandir as aulas de judo de manutenção, para pessoas com mais de 35 anos;*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 5.000,00€, conforme expresso na Cláusula Segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

Esta comparticipação financeira atribuída pelo Município da Lourinhã permitiu ao CJL fazer face a 41% das despesas totais que teve com a execução deste programa, sendo um importante contributo para a persecução dos objetivos propostos e alcançados.

As despesas totais efetuadas foram de 12.108,68€, verificando-se um decréscimo no valor de



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

10.818,32€, face aos 22.927,00€ que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada.

Este decréscimo no valor das despesas, reflete uma adaptação do clube à sua realidade financeira, realçando-se o facto de, os proveitos / receitas obtidos a nível de autofinanciamento, conforme estava refletido na previsão orçamental da candidatura, terem ficado um pouco além dos valores previstos.

A dificuldade na obtenção de proveitos / receitas por parte do CJL condicionou a execução do projeto de desenvolvimento desportivo, levando à definição de novas prioridades por parte da associação e, há consequente redução de custos / despesas, que estão devidamente comprovadas no “Balancete Geral Mensal + Acumulado” e no “Balancete Razão Mensal + Acumulado”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

O Relatório de Atividades e Contas do Ano de 2018 obteve parecer favorável do Conselho Fiscal do CJL, apresenta uma demonstração de resultados por naturezas com um resultado líquido do período positivo de 1.056,43 € e, foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 14 de março de 2019, conforme expresso na Ata n.º 15.

5º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala, que possa pôr em causa a aprovação do referido relatório.

6º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução referente ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã para o Ano Civil de 2018.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexos:

- Documento designado por “Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao Ano Civil de 2018” e respetiva documentação anexa, com o registo de entrada n.º 2867 de 29/03/2019, entregue pelo Clube de Judo da Lourinhã.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Correio eletrónico enviado pelo Serviço de Desporto e Saúde, a 15/04/2019, com o registo de saída n.º 20204 de 10/05/2019, a solicitar ao Clube de Judo da Lourinhã a entrega de documentação.*
- *Correio eletrónico enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã, no dia 30/04/2019, com o registo de entrada n.º 4214 de 10/05/2019, contendo documentos anexos.”*

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

PONTO 10 – N.º 7364/2019, DE 17/06 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELO HÓQUEI CLUBE DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1º - *A associação designada por **Hóquei Clube da Lourinhã – HCL** entregou através do ofício 45-18/19 de 23/04/2019, com o registo de entrada n.º 3933 de 02/05/2019, os documentos denominados por Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao Ano Civil de 2018.*

2º - *O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2018, celebrado entre o Município da Lourinhã e o Hóquei Clube da Lourinhã a 16/07/2018, estabelece na sua Cláusula Sétima (Obrigações do Hóquei Clube da Lourinhã), ponto 3, a apresentação de relatórios semestrais que demonstrem o desenvolvimento do projeto e, no ponto 4, a apresentação de um Relatório Final de Execução da Atividades Desenvolvidas, a ser entregue no prazo máximo de 90 dias a contar da data de conclusão do referido do Programa de Desenvolvimento Desportivo.*

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, constata-se que a entrega do mesmo, apenas ocorreu no dia 02/maio/2019, conforme registo de entrada, e, após já ter terminado o prazo de entrega definido no referido contrato-programa, encontrando-se a associação em incumprimento do prazo definido, ao abrigo do ponto 5, da referida Cláusula Sétima.

Relativamente à questão da apresentação dos relatórios semestrais por parte do HCL, não há qualquer indicação, neste serviço, de que os mesmos tenham sido entregues pela associação.

3º - *Estando este serviço na posse de toda a documentação necessária, procede-se à avaliação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2018 informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O prazo de execução inicial previsto na candidatura (iniciar a 01/janeiro/2018 e terminar a 31/dezembro/2018) foi integralmente cumprido pela associação.

No que concerne ao objeto do referido contrato-programa, conforme Cláusula Primeira (Objeto do Contrato), considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela associação, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas durante a época desportiva 2017/2018 e iniciado uma nova época desportiva 2018/2019, nomeadamente através da promoção e desenvolvimento das modalidades de carácter federado (o Hóquei em Patins (formação), a Patinagem Artística (competição), a Ginástica de Iniciação e Acrobática), bem como, as diversas modalidades desportivas não federadas existentes na associação, como sendo o caso da iniciação ao Hóquei em Patins, do Karaté, do Ballet e do Pilates Clínico, junto da população local.

De referir que, no início da época desportiva 2018/2019, verificou-se a sessação das modalidades de Taekwon-do, do Krav Maga, da Dança Oriental e da Dança Criativa face à redução / falta de inscrições de atletas / praticantes nestas modalidades.

A nível das modalidades / atividades desenvolvidas pelo HCL destacam-se:

Modalidades federadas:

• **Hóquei em Patins:**

- Equipa de **Bambis** – 4 atletas federados
- Época 2017/2018 participação em:
 - Taça APL de Bambis – 1ª Fase - Série B – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 5º Lugar;
 - Torneio de Encerramento de Bambis – 1ª Fase – Série C – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 6º Lugar;
- Equipa de **Benjamins** – 10 atletas federados
- Época 2017/2018 participação em:
 - Torneio Educar, Formar e Jogar de Benjamins – Série F - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 1º Lugar;
 - Torneio Educar, Formar e Jogar de Benjamins – 2ª Fase - Grupo 1 - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;
 - Taça APL de Benjamins – 1ª Fase - Série A – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;
 - Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.
- Época 2018/2019 participação em:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Encontros Distritais / Regionais de Benjamins – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
- *Jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Ecolares** – 15 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Ecolares – Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Ecolares – 2ª Fase - Grupo 2 - Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 3º Lugar;*
 - *Taça APL de Ecolares – 1ª Fase - Série C – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 4º Lugar;*
 - *Torneio Encerramento de Ecolares – 1ª Fase – Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 3º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Ecolares – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Taça APL de Ecolares - 1ª Fase*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-13** – 11 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 – 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - 3ª Fase – Série R (9º ao 12º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-13 – 1ª Fase – Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 1º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-13 – 2ª Fase - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
- > *Jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-15** – 0 atletas federados (**nota:** os atletas transitaram para a equipa de Sub-17 na época seguinte)*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 3ª Fase - Série U (25º ao 28º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 1º Lugar;*
 - > *Taça APL de Sub-15 – 1ª Fase - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 2º Lugar;*
 - > *Taça APL de Sub-15 – 2ª Fase - Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - > *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-17** – 9 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 3ª Fase - Série O (17º ao 20º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 4º Lugar;*
 - > *Taça APL de Sub-17 – 1ª Fase - Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 5º Lugar;*
 - > *Taça Prof. João Campelo de Sub-17 – 1ª Fase - Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 4º Lugar;*
 - > *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*
 - > *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Jogos amigáveis.*
 - *Equipa de **Sub-20** – 8 atletas federados*
 - *A equipa foi formada na época 2018/2019, com participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-20 – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Jogos amigáveis.*
 - **Patinagem Artística** – 43 atletas federados
 - *Participação em testes de iniciação nos níveis I, II, III, IV - organizados pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Participação na Taça Cidade de Lisboa - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Participação / organização do DinoPatim, realizado no Hóquei Clube da Lourinhã;*
 - *Participação em diversos saraus, torneios e outros eventos.*
 - **Ginástica Acrobática** - 59 atletas federados (Classe: Acrogym Enigmas)
 - *Participação no “Gym For Live 2018” e no “Portugal Gym 2018”, organizado pela Federação de Ginástica de Portugal;*
 - *Participação no “Lourigym 2018” e nas “Festas do Concelho”, organizado pelo Município da Lourinhã;*
 - *Participação no “Eurogym 2019”, realizado na cidade de Liège – Bélgica;*
 - *Participação em diversos saraus, demonstrações / exibições e outros eventos.*
 - **Ginástica de Iniciação** - 69 atletas federados (Classe: Bamby Gym)
 - *Participação no “Gym For Live 2018” e no “Portugal Gym 2018”, organizado pela Federação de Ginástica de Portugal;*
 - *Participação no “Lourigym 2018” e nas “Festas do Concelho”, organizado pelo Município da Lourinhã;*
 - *Participação no “Eurogym 2019”, realizado na cidade de Liège – Bélgica;*
 - *Participação em diversos saraus, demonstrações / exibições e outros eventos.*
- Modalidades / atividades não federadas:
- *Promoção das seguintes modalidades desportivas, com a participação pontual em algumas demonstrações e outros eventos:*
 - *Hóquei em Patins (Iniciação) – 15 atletas não federados;*
 - *Patinagem Artística (Iniciação) – 17 atletas não federados;*
 - *Baby Gym – 2 atletas não federados*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019

Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Ballet – 16 atletas não federados;*
- *Karaté - 12 atletas não federados;*
- *Pilates Clínico – 32 atletas não federados.*

Realização de eventos desportivos:

- *18º Sarau do Hóquei Clube da Lourinhã – realizado no dia 23 de junho, contou com a participação de cerca 300 atletas;*
- *Festa Final de Ano “Ballet” – realizado no dia 24 de junho, contou com a participação dos atletas da classe ballet;*
- *“DinoPatim” Festival de Patinagem Artística – realizado em julho, contou com a participação de 300 atletas.*

De acordo com os dados apresentados, o Programa de Desenvolvimento Desportivo permitiu abranger um total de 322 atletas (228 são atletas federados), com diferentes faixas etárias, a saber:

- *2% com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos*
- *39% entre os 5 e os 9 anos;*
- *36% entre os 10 e os 14 anos;*
- *13 % entre os 15 e os 19 anos;*
- *1% entre os 20 e os 39 anos;*
- *9% com mais de 40 anos.*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 25.000,00€, conforme expresso na cláusula segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

Esta comparticipação financeira permitiu ao HCL fazer face a 26% das despesas totais que o teve com a execução deste programa, sendo um contributo importante para a persecução dos objetivos propostos e alcançados pela associação.

As despesas totais efetuadas com a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo foram de 94.677,53€, verificando-se um decréscimo no valor de 34.977,47€, face aos 129.655,00€ que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada.

Verificaram alguns desvios financeiros significativos, mas os mesmos não colocam em causa a execução do projeto de desenvolvimento desportivo, pois encontram-se devidamente justificados no presente relatório.

As variações nos centros de custos relativamente aos valores orçamentados / valores realizados derivam do normal desenrolar das duas épocas desportivas abrangidas pelo projeto,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

estando, também associados à consequente cessação de algumas modalidades desportivas na associação.

Os custos inerentes à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo estão distribuídos em 92% correspondente às modalidades federadas (27% de custos correspondentes à formação do Hóquei em Patins, 15% à Patinagem Artística, 31% à Ginástica de Iniciação (classe: Bambi Gym), 19% à Ginástica Acrobática (classe: Acrogym Enigmas)) e os restantes 8% dos custos correspondem às outras modalidades / atividades não federadas, estando devidamente comprovadas no “Balancete Geral - 2018”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

Segundo o Relatório e Contas apresentado, a demonstração de resultados por naturezas, apresenta um resultado líquido do período negativo de 18.451,20€.

O Relatório e Contas 2018, apresentados pelo HCL, obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal dessa associação e foram apreciados e aprovados em Assembleia Geral realizada no dia 29/03/2019, conforme exposto na Ata n.º 32.

4º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala que impeça a sua aprovação.

5º - Ressalva

Ressalva-se, a necessidade de maior celeridade, por parte do HCL, na apresentação e cumprimento dos prazos de entrega do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas.

6º - Parecer:

*Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução referente ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município da Lourinhã e a Associação Hóquei Clube da Lourinhã, para o ano civil de 2018.*

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- *Ofício n.º 45-18/19 de 23/04/2019, com o registo de entrada n.º 3933 de 02/05/2019,*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

enviado pelo Hóquei Clube da Lourinhã, contendo o Relatório Final de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo referente ao ano civil de 2018 e respetivos documentos anexos.”

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** não participou na discussão e votação deste assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

PONTO 11 – N.º 4857/2019, DE 18/04 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELA ZS - GRUPO DESPORTIVO CULTURAL RECREATIVO E SOCIAL DE ZAMBUJEIRA E SERRA DO CALVO:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1º - A instituição designada por ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo entregou, através de ofício datado de 29/03/2019, com o registo de entrada n.º 2871 de 29/03/2019, os documentos denominados por Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo referente ao ano de 2018.

2º - O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018 celebrado a 21/12/2018, entre o Município de Lourinhã e a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, estabelece na Cláusula Sétima (Obrigações da Associação), ponto 3, “apresentar, no prazo de 90 dias a contar da data da conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, um Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas, onde conste a comparação entre os custos estimados e efetivamente realizados e respetivos documentos comprovativos das despesas efetuadas, a análise dos objetivos e das finalidades específicas traçados e alcançados e os documentos contabilísticos previstos na legislação aplicável, nomeadamente no regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, abreviadamente designadas por ESNL.”.

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, constata-se que a entrega do Relatório Final de Execução ocorreu dentro do prazo definido.

3º - Estando este serviço na posse de toda a documentação necessária, procede-se então à avaliação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018 informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

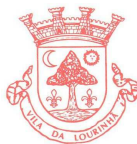
ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O prazo de execução previsto na candidatura (iniciar a 01/janeiro/2018 e terminar a 31/dezembro/2018) foi integralmente cumprido pela instituição.

No que concerne ao objeto do contrato, conforme Cláusula Primeira (Objeto do Contrato) do referido contrato-programa, considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela instituição, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas durante a época desportiva 2017/2018 e iniciado uma nova época desportiva 2018/2019, nomeadamente através da promoção e desenvolvimento, junto da população local, das modalidades de futsal (vertente de formação e a vertente federada que foi retomada na Época 2018/2019), do Atletismo, dos Matraquilhos e do BTT.

A nível das atividades desenvolvidas pela ZS destacam-se as participações nas seguintes modalidades desportivas:

- *Futsal (Federados) – Época 2018/2019*
 - o *Participação com o escalão de Juniores “C”, no Campeonato Distrital Feminino Juniores “C” de Futsal, organizado pela Associação de Futebol de Lisboa;*
 - o *Participação com o escalão de Juniores “C”, em diversos jogos de preparação / amigáveis;*
- *Futsal (Formação / Academia)*
 - o *Participação em diversos jogos de preparação / amigáveis;*
- *Atletismo*
 - o *Participação no 26º Troféu Municipal de Atletismo, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS alcançou coletivamente o 2º lugar;*
 - o *A participação em diversas provas de âmbito regional / nacional, promovidas por outras associações / clubes.*
- *Matraquilhos*
 - o *Participação no 6º Campeonato Municipal de Matraquilhos, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS alcançou as seguintes classificações:*
 - ✓ *Escalão de Veteranos – 1º lugar;*
 - ✓ *Classificação Coletiva – 3º lugar;*
 - ✓ *Supertaça Escalão “Veteranos” – 1º lugar.*
- *BTT*
 - o *Participação no 19º Campeonato Municipal de BTT, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS não se classificou coletivamente, por não ter participado coletivamente no número mínimo de provas pontuáveis desse troféu.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

De acordo com os dados apresentados, o Programa de Desenvolvimento Desportivo permitiu abranger um total de 77 atletas, dos quais 17 eram atletas federados e os restantes 60 atletas não federados, com diferentes faixas etárias, a saber:

- 10% com idades entre os 5 e os 9 anos;*
- 47% com idades entre os 10 e os 14 anos;*
- 7% com idades entre os 15 e os 19 anos;*
- 4% com idades entre os 20 e os 34 anos;*
- 14% com idades entre os 35 e os 49 anos;*
- 18% com mais de 50 anos.*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 5.000,00€, conforme expresso na cláusula segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

As despesas totais efetuadas com a execução do contrato-programa foram de 7.738,42 €, verificando-se um decréscimo no valor de 1.131,58 €, face aos 8.870,00 € que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada e que foram tidos em consideração, para efeitos de apoio financeiro no âmbito do contrato-programa.

No que concerne à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo verifica-se que, o desvio financeiro ocorrido não põe em causa a realização do projeto, verificando-se, apenas, ligeiras variações nos centros de custos relativamente aos valores orçamentados / valores realizados, que derivam do normal desenrolar das duas épocas desportivas abrangidas pelo projeto e de um maior rigor orçamental implementado pela instituição.

A comparticipação financeira atribuída permitiu à ZS fazer face a 65% das despesas totais que teve com a execução deste programa, acabando por ser um contributo bastante importante na persecução dos objetivos propostos e alcançados.

Os custos inerentes à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo estão devidamente comprovados no “Balancete Geral - 2018” e no “Balancete por Valências”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

O Relatório e Contas referem na demonstração de resultados por naturezas, um resultado líquido do período positivo de 63.163,93 €.

O “Relatório de Atividades” e o “Relatório e Contas 2018”, apresentados pela ZS obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal dessa associação e foram apreciados e aprovados em Assembleia Geral realizada no dia 24/03/2019, conforme Ata n.º 32 que consta na documentação anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

4º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala, que possa pôr em causa a aprovação do referido relatório.

5º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018, apresentado pela ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- Ofício datado de 29/03/2019, apresentado pela ZS, com o registo de entrada n.º 2871 de 29/03/2018 e contendo os documentos denominado por Relatório Final de Execução do Contrato- Programa de Desenvolvimento Desportivo, referente ao ano de 2018.”

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

PONTO 12 – N.º 1987/2019, DE 11/02 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A CANDIDATURA AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO CIVIL DE 2019, APRESENTADA PELO CLUBE DE JUDO DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumre-me informar o seguinte:

1º - A associação designada por **Clube de Judo da Lourinhã (CJL)** entregou o ofício datado de 30/11/2018, com o registo de entrada n.º 13462 de 27/12/2018, contendo os documentos denominados por Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2018.

2º - Após uma primeira apreciação efetuada por este serviço, a candidatura não apresentava toda a documentação necessária, tendo sido solicitado a apresentação da documentação em falta, através de correio eletrónico enviado a 18/01/2019, com o registo de saída n.º 3547 de 21/01/2019.

O Clube de Judo da Lourinhã entregou os documentos solicitados, através de ofício datado de 25/01/2019, com o registo de entrada n.º 940 de 30/01/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

3º - No que concerne à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019, informo que a mesma traduz a concretização de um programa de desenvolvimento desportivo, no qual a associação pretende obter apoio da CML para a concretização das suas atividades.

A candidatura foi elaborada com base no disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, e apresenta as seguintes características:

A. Descrição, Caracterização e Fundamentação do projeto:

O Clube de Judo da Lourinhã é uma associação sem fins lucrativos que vocaciona a sua atividade para a vertente desportiva, procurando dar resposta às necessidades da população do concelho da Lourinhã.

O projeto desportivo apresentado destina-se exclusivamente à modalidade de judo e abarca diversas faixas etárias, com especial incidência nas camadas mais jovens, onde os atletas têm idades compreendidas entre:

- 4 e os 14 anos – 77%;
- 14 e os 19 anos – 13% ;
- Mais de 20 anos – 10%.

É direcionado para duas vertentes específicas, a de formação com a existência de cerca de 7 atletas não federados e a vertente de competição que conta com um total de 63 atletas federados nos seus quadros competitivos nos Escalões de Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis, Cadetes, Juniores, Seniores e Veteranos.

Trata-se, assim, de um projeto de desenvolvimento e fomento da prática do judo junto da população do concelho, que pretende contribuir para o enriquecimento e inclusão social dos mais jovens, através da ocupação dos seus tempos livres pela prática do exercício físico e desportivo.

B. Objetivos propostos:

- Promover a consolidação das estruturas atuais e a expansão da modalidade (na vertente de Iniciação / formação e de competição) junto da população do concelho, contribuindo para a sua formação humana e integral;
- Desenvolver a modalidade de judo, mantendo todos os escalões do clube nas competições em que estão inseridos, com especial incidência na formação e evolução desportiva dos atletas.
 - Na vertente de recreação / lazer (Iniciação / formação) – Desenvolver e promover o crescimento do judo, privilegiando a iniciação e a aprendizagem dos jovens atletas,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

através da participação em diversas atividades e eventos de índole local, regional e nacional;

○ *Na vertente de competição (rendimento) – privilegiar a formação de atletas com capacidade competitiva capaz de integrar competições de nível federado de âmbito distrital e nacional, onde os resultados são o principal elo da sua formação.*

- *Incrementar a adoção de hábitos de vida saudáveis, promovendo a saúde, o lazer, a qualidade de vida e a inclusão social dos mais jovens;*
- *Aumentar o número de atletas de competição em termos quantitativos e qualitativos;*

C. Atividades específicas a desenvolver:

- *Participar nas competições oficiais, organizadas pela Associação de Judo de Lisboa, com os escalões de formação (Benjamins, Infantis e Iniciados);*
- *Participar nas competições oficiais, organizadas pela Associação de Judo de Lisboa e da Federação Portuguesa de Judo, com os escalões de Juvenis, Cadetes, Juniores, Seniores e Veteranos;*
- *Participar com os diversos escalões de iniciação / formação e com os escalões federados (competição) em convívios, estágios, eventos e torneios para os quais forem convidados, representando e elevando o bom nome do concelho da Lourinhã e do Clube;*
- *Promover e organizar:*
 - ✓ *6º Torneio do Clube de Judo da Lourinhã;*
 - ✓ *2º Estágio Internacional do CJL;*
 - ✓ *5º Torneio de Natal do CJL;*

D. Previsão de Custos e das necessidades de financiamento público:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo está orçamentado no valor global de 26.787,00 €, sendo o valor do apoio solicitado à CML de 9.000,00 €.

No entanto, o valor total orçamentado pelo CJL contempla custos no valor de 2.022,00€, que não são abrangidos, nem enquadráveis, no âmbito do contrato-programa, como sendo o caso de outras despesas gerais da própria associação.

Neste sentido, o valor orçamentado para efeito do contrato-programa, deverá ser de 24.765,00€.

E. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana:

No que se refere ao grau de autonomia financeiro, o Programa de Desenvolvimento Desportivo está, segundo a previsão apresentada, dependente em 46% de financiamento público (CML), o que reflete a importância deste tipo de financiamento para a concretização das atividades previstas, sem o qual, as mesmas serão difíceis de concretizar na sua plenitude.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O restante financiamento previsto é proveniente em 54% de auto-financiamento (mensalidades, quotas e joias, etc.).

No que se refere à capacidade técnica e humana demonstrada, capaz de efetuar o devido acompanhamento dos atletas envolvidos em cada escalão de competição, a associação apenas possui um treinador de nível 1 nos seus quadros técnicos (treinadores), não existindo qualquer referência aos quadros clínicos de apoio.

A nível de infraestruturas desportivas, o Clube de Judo da Lourinhã não possui instalações desportivas próprias para o desenvolvimento da sua atividade, contando para o efeito, com o apoio do Município da Lourinhã na cedência de utilização, a título gratuito, do Pavilhão Gimnodesportivo da Casa do Povo da Lourinhã.

No capítulo das viaturas, a associação dispõe de uma carrinha de 9 lugares, contando ainda, com os transportes particulares dos próprios atletas e do quadro técnico para deslocação às competições / eventos.

F. Execução do Projeto:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado teve início a 01 de janeiro de 2019 e terminará a 31 de dezembro de 2019, encontrando-se atualmente a decorrer.

4º - Conclusão:

Relativamente à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para a ano civil de 2019, estão reunidas as condições para a sua aprovação, por manifesta relevância do programa apresentado para o desenvolvimento do fomento desportivo no concelho da Lourinhã.

5º - Proposta:

5.1 - Propõe-se que a Câmara Municipal de Lourinhã efetue o devido acompanhamento, controlo e avaliação da execução do Projeto de Desenvolvimento Desportivo, devendo o Clube de Judo da Lourinhã apresentar:

*Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas e todos os documentos contabilísticos que lhe sejam solicitados e que traduzam a real situação do financiamento atribuído, por parte da Câmara Municipal de Lourinhã, num prazo máximo de **90 dias** a contar da data de conclusão do programa de desenvolvimento desportivo (ao abrigo do ponto 5 do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01/Outubro).*

5.2 – Propõe-se, ainda, que o Serviço de Contratos, Notariado e Expropriações da autarquia, desenvolva os procedimentos necessários, a saber:

- Averiguação e análise da documentação anexa, complementar à candidatura e, que é*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

essencial à celebração do referido contrato-programa;

- *Elaboração de minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, a celebrar entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã.*

6º - Parecer:

*Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação da Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, submetendo-se, à consideração superior, o eventual apoio financeiro a atribuir no âmbito deste programa e mediante a disponibilidade orçamental existente.*

7º - Ressalva:

Ressalva-se, a necessidade de informar que, a celebração de um novo Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, ficará condicionada à apresentação obrigatória, por parte do Clube de Judo da Lourinhã, do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas referente ao contrato-programa do ano civil de 2018.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexos:

- *Ofício datado de 30/11/2018 contendo o Formulário de Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo e documentos anexos, com o registo de entrada n.º 13462 de 27/12/2018, enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã.*
- *Correio eletrónico enviado pelo Serviço de Desporto e Saúde, no dia 18/01/2019, com o registo de saída n.º 3547 de 21/01/2019, a solicitar ao Clube de Judo da Lourinhã a entrega de documentação.*
- *Ofício datado de 25/01/2019 enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã e, contendo Documentos, com o registo de entrada n.º 940 de 30/01/2019.”*

Parecer do Sr. Vereador José Tomé, de 11/07/2019: *“Considerando a atividade desenvolvida pelo Clube de Judo da Lourinhã e a relevância do programa apresentado para o desenvolvimento desportivo do concelho, destacando a realização de dois torneios e um estágio internacional, proponho que seja atribuído um apoio financeiro de 7,000,00€ (sete mil euros) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Desportivo para 2019.*

À CF para cabimento e posterior envio à CM.”

A Câmara deliberou aprovar a respetiva Candidatura, com base e nos termos da informação supratranscrita e no parecer do Sr.º Vereador José Tomé, datado de 11.07.2019.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

PONTO 13 – N.º 1167/2019, DE 24/01 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A CANDIDATURA AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO CIVIL DE 2019, APRESENTADO PELA ZS - GRUPO DESPORTIVO CULTURAL RECREATIVO E SOCIAL DE ZAMBUJEIRA E SERRA DO CALVO:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

*1º - A instituição designada por **ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo** entregou, através de ofício datado de 26/12/2018, os documentos denominados por Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo - Ano Civil de 2019, com o registo de entrada n.º 13 de 02/01/2019.*

2º - No que concerne à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019, informo que a mesma traduz a concretização de um programa de desenvolvimento desportivo de continuidade, no qual a instituição pretende obter apoio da CML para a concretização das suas atividades desportivas.

A candidatura foi elaborada com base no disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, e apresenta as seguintes características:

A. Descrição, Caracterização e Fundamentação do projeto:

A ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, conforme declaração de 09/jan./2019, emitida pela Direção-Geral de Segurança Social e, de acordo com alteração de estatutos de 11/junho/2018, que vocaciona a sua atividade na vertente desportiva, cultural, recreativa e de apoio social, procurando dar resposta às necessidades da população do concelho da Lourinhã. Este projeto abrange diversas modalidades desportivas, como o atletismo, os matraquilhos e o futsal (formação e competição), abarcando um total de 61 atletas, dos quais 15 são atletas federados, de diversas faixas etárias, a saber:

- Dos 5 aos 9 anos – 3%*
- Dos 10 aos 14 anos - 46%;*
- Dos 15 aos 19 anos – 18%;*
- Dos 20 aos 39 anos – 5%;*
- Dos 40 aos 49 anos – 7%;*
- Mais de 50 anos – 21%*

O Futsal é a principal modalidade desportiva da instituição, estando, na presente época desportiva 2018/2019, direcionado para a vertente de formação com uma academia e diversos atletas não federados, assim como, na vertente de competição com a existência de uma equipa feminina federada.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Trata-se, assim, de um projeto de continuidade desportiva de desenvolvimento e fomento da prática do futsal e das restantes modalidades desportivas existentes na instituição (atletismo e matraquilhos) junto da população do concelho, que pretende contribuir para o enriquecimento e inclusão social das pessoas, através da ocupação dos seus tempos livres pela prática do exercício físico e desportivo.

B. Objetivos propostos:

- Desenvolver e promover junto da população, as modalidades de futsal (formação), atletismo e matraquilhos, contribuindo para a formação humana e integral dos mais jovens;*
- Incrementar a adoção de hábitos de vida saudáveis, promovendo a saúde, o lazer, a qualidade de vida e a inclusão social;*
- Aumentar o número de atletas em termos quantitativos e qualitativos;*
- Desenvolver as atividades existentes na instituição, mantendo todos os escalões nas competições em que estão inseridos, com especial incidência na formação e evolução desportiva dos atletas.*

o Na vertente de recreação / lazer / competição – Privilegiar a participação dos atletas nas modalidades em que estão inseridas (futsal (formação), atletismo e matraquilhos), através da participação em diversas atividades e eventos de índole local, regional e nacional.

o Na vertente de competição (rendimento) – privilegiar a formação de jovens atletas com capacidade competitiva capaz de integrar competições de nível federado de âmbito distrital e nacional, onde os resultados são o principal elo da sua formação, na modalidade de Futsal (equipa feminina federada).

C. Atividades específicas a desenvolver:

- Participar com a equipa feminina federada de Juniores “C”, no Campeonato Distrital Feminino, organizado pela Associação de Futebol de Lisboa;*
- Participar com as equipas de futsal da academia (formação) em jogos / convívios, eventos e torneios para os quais forem convidados, representando e elevando o bom nome do concelho da Lourinhã e da instituição.*
- Participar com a equipa de atletismo no 27º Troféu Municipal de Atletismo, organizado pelo Município da Lourinhã;*
- Participar com a equipa de matraquilhos no 7º Campeonato Municipal de Matraquilhos, organizado pelo Município da Lourinhã;*

D. Previsão de Custos e das necessidades de financiamento público:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo está orçamentado no valor global de 20.320,00 €.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

No entanto, realça-se que o facto do valor respeitante ao desenvolvimento e fomento das modalidades desportivas ser de apenas 11.670,00 €, existindo, assim, uma diferença de 8.650,00 € em relação ao valor global orçamentado, que é respeitante a outros custos (despesas gerais) e que não são abrangidos pela comparticipação do contrato-programa.

O valor de apoio solicitado à CML pela instituição é de 8.128,00 €.

E. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica material e humana:

No que se refere ao grau de autonomia financeiro, o Programa de Desenvolvimento Desportivo está, segundo a previsão apresentada, dependente em 42% de financiamento público (CML e Junta de Freguesia), o que reflete a importância deste tipo de financiamento para a concretização das atividades previstas, sem o qual, as mesmas serão difíceis de concretizar na sua plenitude.

O restante financiamento previsto é proveniente de 28% em auto-financiamento (mensalidades, quotas, joias e donativos de sócios), 20% em financiamento externo (donativos e patrocínios) e 10% de outras fontes de financiamento da própria instituição.

No que se refere à capacidade técnica e humana demonstrada, a instituição dispõe de recursos humanos, que demonstram capacidade para efetuar o devido acompanhamento dos atletas envolvidos em cada modalidade, a saber:

- Um Treinador de Futsal (Equipa Feminina federada) – Nível I e Licenciatura em Professores de Ensino Básico – variante de Educação Física;*
- Um Treinador de Futsal (Academia e formação) – Licenciatura em Educação Física;*
- Um responsável pelo Atletismo – sem formação específica;*
- Um responsável pelos Matraquilhos – sem formação específica;*

Já ao nível do apoio clínico, a candidatura apresentada não menciona qualquer tipo de apoio ou acompanhamento médico e clínico dos atletas envolvidos em cada escalão de formação / competição.

Ao nível de infraestruturas desportivas, a instituição não possui instalações desportivas próprias (pavilhão) para o desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente do futsal, estando a beneficiar da cedência gratuita de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo da Casa do Povo da Lourinhã, concedida pelo Município da Lourinhã.

No capítulo das viaturas, a instituição dispõe de duas carrinhas de 9 lugares, que asseguram o transporte dos seus atletas.

F. Execução do Projeto:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado teve início no dia 01 de janeiro de 2019 e terminará a 31 de dezembro de 2019, encontrando-se atualmente a decorrer.

3º - Conclusão:

Relativamente à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2019, estão reunidas as condições para a sua aprovação, por manifesta relevância do programa apresentado para o desenvolvimento do fomento desportivo no concelho da Lourinhã.

4º - Proposta:

4.1 - Propõe-se que a Câmara Municipal da Lourinhã efetue o devido acompanhamento, controlo e avaliação da execução do Projeto de Desenvolvimento Desportivo, devendo a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo apresentar:

- Relatório Final de Execução das Atividades Realizadas e todos os documentos contabilísticos que lhe sejam solicitados e que traduzam a real situação do financiamento atribuído, por parte da Câmara Municipal da Lourinhã, num prazo máximo de **90 dias** a contar da data de conclusão do programa de desenvolvimento desportivo (ao abrigo do ponto 5 do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01/Outubro).

4.2 – Propõe-se, ainda, que o Serviço de Contratos, Notariado e Expropriações da autarquia, desenvolva os procedimentos necessários, a saber:

- Averiguação e análise da documentação anexa, complementar à candidatura e, que é essencial à celebração do referido contrato-programa;
- Elaboração da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2019, a celebrar entre o Município de Lourinhã e a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo.

5º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação da Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019 submetendo-se, à consideração superior, o eventual apoio financeiro a atribuir no âmbito deste programa, mediante a disponibilidade orçamental existente.

6º - Ressalva:

Ressalva-se, a necessidade de informar que, a celebração de um novo Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, ficará condicionada à apresentação obrigatória, por parte da ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas referente ao contrato-programa do ano civil de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- *Ofício de 26/12/2018 enviado pela ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, com o registo de entrada n.º 13 de 02/01/2019, contendo a Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019 e respetivos documentos anexos.”*

Parecer do Sr. Vereador José Tomé, de 15/07/2019: “Considerando a atividade desenvolvida pelo ZS – Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo e a relevância do programa apresentado para o desenvolvimento desportivo do concelho, destacando as várias modalidades que desenvolve (futsal, matraquilhos e atletismo), proponho que seja atribuído um apoio financeiro de 8,000,00€ (oito mil euros) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Desportivo para 2019.

À CF para cabimento e posterior envio à CM.”

A Câmara deliberou aprovar a respetiva Candidatura, com base e nos termos da informação supratranscrita e no parecer do Sr.º Vereador José Tomé, datado de 15.07.2019.

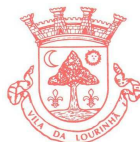
DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - GABINETE TÉCNICO:

PONTO 14 – N.º 7556/2019, DE 19/06 – TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 2 - EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA EB 23 DR. AFONSO RODRIGUES PEREIRA" (ART.º 370.º DO CCP) / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE, DATADO DE 01/07/2019, QUE CONCORDOU COM:

- a) A aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º2;
- b) O envio à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município;
- c) O envio ao **CNE/DAG** para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

“1 - Enquadramento

- 1 - Empreitada "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira”;
- 2 - Adjudicatário - Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal, Lda.;
- 3 - Preço contratual – 619.374,20€;
- 4 - Auto de Consignação – 08/10/2018;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

5 - Prazo limite para reclamação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do n.º 3 do artigo 378.º do CCP, com as suas posteriores alterações - 07/12/2018

6 - Trabalhos Complementares n.º1 (Inf. n.º 4327/2019 de 05/04/2019) – 22.044,91€ (3,56%);

7 - O empreiteiro Pinto e Miranda - Engenharia e Construção, Lda., da empreitada de "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira", vem via e-mail, **apresentar lista de trabalhos complementares, necessários ao suprimento de erros e omissões detetados durante a execução da obra.**

8 – Na data de 16/05/2019 em reunião com o Projetista "Camilo e Dulce, Lda." na sede do Município, a Fiscalização solicitou esclarecimentos dos referidos erros e omissões do caderno de encargos apresentados pelo empreiteiro para que o mesmo se pronunciasse ao abrigo da assistência técnica do projeto.

9 - Analisados a lista de trabalhos complementares apresentado pelo empreiteiro e a pronúncia dos mesmos pelo projetista, na qualidade de diretor de fiscalização, venho pelo presente informar superiormente quais os trabalhos complementares considerados essenciais e necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos em obra, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que resultam de circunstância não previstas, não sendo os mesmos técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato, tipificados nos seguintes itens:

A - Mapa de omissões ao projeto

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Fornecimento de tampos em mármore, incluindo furações para os lavatórios, roda tampos inferior, bem como poleias de suporte e fixações, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	MI	29,50	170,00 € (PN)*	5.015,00 €
Fornecimento de tampos em mármore nos balneários, incluindo furações para os lavatórios, roda tampos inferior, bem como poleias de suporte e fixações, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	MI	6,50	170,00 € (PN)*	1105,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.1 e 2.2 – A quantidade prevista é para Edifício Principal e Balneários. De acordo com o projetista, não foram considerados bancadas, pois o sistema de fixação dos lavatórios seria igual ao existente. De acordo com o previsto em Mapa de Quantidades, os lavatórios são de



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

encastrar. Assim sendo, a execução deste trabalho poderá ser aceite apenas com 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 3.060,00€.

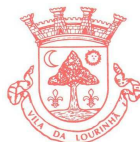
DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Execução dos trabalhos de fornecimento e aplicação de tampas nas caixas de estores existentes, em material e acabamento idêntico à das tampas existentes.	Un	30	75,00 € (PN)*	2.250,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.3 – De acordo com o projetista, concorda com a substituição e com os valores praticados. As tampas existentes no bloco C estavam danificadas devido a infiltrações e humidade. Considerou a Fiscalização, verificando as condições atuais das tampas, em péssimo estado, seria de substituir por novas.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Execução dos trabalhos de fornecimento de vãos constituídos por caixilharia em alumínio anodizado à cor natural e vidro fosco, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento. ISm, ISf, ISP m/f. Verifica-se em obra a inexistência das folhas móveis destes vãos.	Un	3	215,00 € (PN)*	645,00 €
Execução dos trabalhos de fornecimento de vãos constituídos por caixilharia em alumínio anodizado à cor natural e vidro fosco, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento. ISm, ISf, ISP m/f. verifica-se em obra alguns vão danificados	Un	2	215,00 € (PN)*	430,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.4 e 2.5 – A Fiscalização e o Empreiteiro depararam no início e decorrer da obra, à medida da disponibilização dos blocos, com a falta de vãos de caixilharia nas instalações sanitárias e balneários. Considerou a Fiscalização, e com concordância do projetista, o fornecimento dos vãos em falta, no valor total de 1.075,00€.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Fornecimento e aplicação de	un	1	2.150,00 €	2.150,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

vão (VI1) em vidro laminado, e caixilho em madeira de pinho, de acordo com o mapa de vão, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.			
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo			

Artigo 2.6 – Este trabalho não consta da medição realizada para a obra, mapa de quantidades, estando previsto nas peças desenhadas de Arquitetura. Desta forma, a execução deste trabalho poderá ser aceite apenas com 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 1.075,00€.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
No Art.º 10.1.13. Prevê uma Misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. Esta misturadora para poder funcionar necessita de um modulo de encastre estanque p/ misturadora de duche Kit1/2 Delabie com a seguinte ref. onde é feita a mistura da água.	un	27	151,70€	4.095,90€
No Art.º 10.1.13. Prevê uma Misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. No entanto e para que se conseguir um bom funcionamento ficou a faltar a haste de duche onde vai agarrar a pinha de chuveiro	un	27	104,00€	2.808,00€

Artigo 2.7 e 2.8 – De acordo com o previsto em mapa de quantidades, no Art.º 10.1.13. prevê-se o fornecimento e aplicação de misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. No entanto este material necessita de mais acessórios que o complementam. Este trabalho trata-se de uma omissão no mapa de quantidade, uma vez que não consta da medição realizada para a obra, sendo apenas de 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 3.451,95€.

Resumo:

TRABALHOS COMPLEMENTARES PROCESSO N.º 2



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

TRABALHOS	ACEITAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES	PREÇO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES	% DOS TRABALHOS
MAPA DE OMISSÕES DE PROJETO			
2.1 e 2.2	Parcialmente Aceite	3.060,00 €	0,49 %
2.3	Proposto pela Fiscalização	2.250,00 €	0,36 %
2.4 e 2.5	Proposto pela Fiscalização	1.075,00€	0,17 %
2.6	Parcialmente Aceite	1.075,00€	0,17%
2.7 e 2.8	Parcialmente Aceite	3.451,95€	0,56 %
TOTAL		10.911,95 €	1,76%

Perante a listagem acima identificada, formalizou-se o processo de trabalhos complementares para o suprimento de Erros e Omissões N.º2, à empreitada de “Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira”, considerando-se para os devidos efeitos a lista de trabalhos complementares que se anexo à presente informação, os quais foram analisado e identificados pelo projetista e fiscalização os essenciais para o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e conclusão da presente empreitada.

Mais se apurou que, **a responsabilidade pelos presente trabalhos complementares necessários para a execução desta empreitada é em alguns 50% do Dono de Obra outros a 100% do Dono de Obra**, por terem sido resultantes dos elementos elaborados ou disponibilizados por si ao empreiteiro. Dos artigos acima apresentados, existem trabalhos decorrentes de omissões com espécie similar a trabalhos contratualizados, em que o preço será conforme o contratualizado e outros novos propostos pelo empreiteiro, em consideração aos preços de mercado atuais.

Em suma, **o valor total referente ao Processo de trabalhos complementares para suprimentos de erros e omissões – Proc n.º2 é de 10.911,95€** (dez mil, novecentos e onze euros e noventa e cinco centimos), o qual corresponde a **1.76% do preço contratual** (619.374,20€ - preço contratual da empreitada), logo inferior ao estabelecido no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Assim sendo, o total de trabalhos complementares (TC n.º1 e TC n.º2) fica nos 32 963.99 €, o qual corresponde a 5.32% do preço contratual (619.374,20€- preço contratual



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

da empreitada), encontrando-se assim no limite da percentagem estabelecida no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Mais se informa que a par da necessidade de realização de trabalhos complementares, procedeu-se também à realização de **um auto de trabalhos a menos**, que soma a quantia de – **24.952,09€** (Anexo I).

Caso, os trabalhos referidos sejam passíveis de aprovação pelo Dono de Obra, os valores a considerar, resumem-se ao seguinte quadro:

Quadro Resumo de Valores			
Valor da Adjudicação		619.374,20 €	100,00%
Valor dos trabalhos a menos art.º379º		24.952,09 €	4,03 %
Trabalhos de suprimento de Erros e Omissões N.º1	A suportar pelo DO	22.044,91 €	3,56 %
	A suportar pelo EMP.	-	-
Trabalhos de suprimento de Erros e Omissões N.º2	A suportar pelo DO	10.911,95 €	1,76 %
	A suportar pelo EMP.	7.586,95 €	1,22 %
Cumprimento da alínea b) do ponto 2 do art.º370º (não exceder 10%)		32.956,86 €	5,32 %

A aprovação dos presentes trabalhos de suprimento de erros e omissões, não dilatará o prazo de execução da empreitada.

Conclusão:

Face ao exposto, **submete-se à consideração superior a aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º2**, que se apresenta em **anexo II**, à presente Informação, trabalhos complementares apresentados que revestem-se de espécie e quantidades estritamente necessários à integral execução do objeto do contrato.

Caso a mesma venha a merecer concordância do Dono de Obra (Câmara), será ordenada a sua execução ao empreiteiro, nos termos do n.º 2 do artigo 370º do CCP.

Submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

Mais de informa que, dever-se-á promover a necessária Adenda ao Contrato Inicial de Empreitada de obra pública de “Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira” n.º 029/2018, relativamente ao preço destes trabalhos complementares decorrentes do suprimento de erros e omissões – Proc n.º2, agora proposto.

Solicita-se ainda o posterior envio:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município;

- à **CNE/DAG** para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

À consideração superior.

O Técnico Superior

Pedro Rolim

Anexo I – Auto Trabalhos a Menos;

Anexo II - Mapa de Erros e Omissões n.º 2;”

Parecer do Sr. Vereador João Serra de 01/07/2019: ”Concordo. À Consideração do Sr. Presidente da CML.”

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 01/07/2019: “À CF para cabimento e posterior envio ao CNE.”

A Câmara deliberou, por maioria, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 01/07/2019, que concordou com: **a)** A aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º 2; **b)** O envio à Coordenação Financeira para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município; **c)** O envio ao CNE/DAG para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

PONTO 15 – N.º 9150/2019, DE 26/07 - PROCESSO ERROS E OMISSÕES N.º3 – EMPREITADA DR. AFONSO RODRIGUES PEREIRA:

“No decorrer da empreitada foi detetado pela Fiscalização e reclamado pelo Empreiteiro, trabalhos complementares durante a execução do contrato, necessários para a conclusão da presente empreitada, tipificados nos seguintes itens:

1) incompatibilidades entre os trabalhos constantes no mapa de quantidades capítulo 17, manifestamente insuficientes para a correta implementação do sistema de segurança contra risco de incêndios necessário para o estabelecimento escolar em questão (Anexo I).

Verificando-se assim a necessidade de execução de trabalhos complementares para a correta instalação técnica do sistema de segurança contra risco de incêndios tais como:

a) aumento do número de bocas de incêndios incluindo ligação à conduta e sistema de drenagem;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- b) complementaridade da compartimentação corta-fogo (estore corta fogo na zona de sujos, vãos corta fogo E45C e E30C, etc...), reforço do equipamento de SCIE (montagem de detetores termovelocímetros na zona da cozinha, equipamento com manómetros com pressostatos difusores para hote grelhadores e fogões incluindo tubagem fireline e canalização de inox, acantonamento de desenfumagem, extintores, carretel, detetores óticos de fumos, aplicação de grelhas de ventilação em lanternins existentes nas áreas de comunicação vertical;
- c) execução de mais saídas de emergência e aplicação de blocos autónomos permanentes.

Considerando a fiscalização que o conjunto de trabalhos complementares acima identificados são essenciais e imprescindíveis para o pleno funcionamento do sistema de segurança contra risco de incêndios a instalar no estabelecimento escolar da EB 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, por forma a garantir a segurança das pessoas e bens em caso de emergência e dar cumprimento ao projeto aprovado pela ANEPC.

2) Por outro, os trabalhos de reabilitação de instalações elétricas que se encontram a realizar nas salas de aula existentes, verifica-se que a recolocação das luminárias existentes conforme previsto em caderno de encargos não será possível na sua totalidade e dado ao elevado estado de degradação apurado agora aquando da desmontagem das mesmas. Perante esta situação considera-se conveniente a realização de uma intervenção que vise a melhoria das condições de iluminação dos espaços e/ou área de estudo por forma a garantir os lux adequados a ambientes de trabalho. Do ponto de vista da eficiência energética considera-se também uma mais valia a substituição da totalidade das luminárias no interior das salas de aula por luminárias LED, alcançando um ganho significativo quanto ao desempenho energético deste edificado. Paralelamente à iluminação, será necessário o reaproveitamento da calha técnica no interior das salas e instalar/colocar nova nos locais onde as mesmas não forem possíveis reaproveitar.

3) Estes trabalhos tem associados outros trabalhos de construção civil não constantes no contrato, necessários para a instalação de equipamentos, instalações técnicas e acabamentos previstos em projeto, tais como: regularização da superfície das paredes interiores para receber a pintura, reparação de fissuras/fendas e buracos (mapa de quantidades de trabalhos, artigos 9.1 e 9.2, não se encontram previstos os trabalhos de reparações da base a pintar como se pode verificar no descrito abaixo), remoção de calhas elétricas obsoletas, remates necessários ao assentamento das novas bancadas e/ou



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

equipamentos, reparação e recolocação de rodapés, repintura de elementos metálicos em caixas de estores e guias, reparações das coberturas em laje nos lanternins, entre outros.





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



FOTOGRAFIAS - RODAPÉS, CALHAS TÉCNICAS, FISSURAS, ESTORES E CAIXILHOS DE GUIA

Este conjunto de trabalhos complementares são essenciais e indissociáveis da presente empreitada para a sua conclusão, por forma garantir alguma qualidade nos acabamentos e



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

eficácia dos sistemas de SCIE e das instalações técnicas a implementar nesta obra, considera a fiscalização qua a lista de trabalhos complementares (anexo II - mapa de trabalhos complementares de SCIE) que formaliza o Processo de Erros e Omissões n.º3 da presente empreitada, contempla a totalidades das intervenções necessárias de realizar para a correta conclusão desta obra, estimando-se um total de 163.389,21€.

Contudo, tais trabalhos originaram um conjunto de trabalhos a menos (anexo IV - mapa de trabalhos a menos), suprimido ao contrato inicial, já descrito na Informação n.º 7556/2019 (ver anexo III).

Quanto ao prazo de execução estima-se que a execução dos trabalhos perdurem até meados de dezembro, dando um prazo de 105 dias.

Mais se informa que, na lista de trabalhos complementares proposta, serão utilizados preços contratuais em alguns artigos que correspondem a erros de quantidade ou de espécie, e serão atribuídos novos preços aos artigos para omissões, preços atuais de mercado.

A responsabilidade pelos presentes trabalhos complementares necessários para a execução desta empreitada é de 100% do Dono de Obra, por terem sido resultantes dos elementos elaborados ou disponibilizados por si ao empreiteiro.

Tendo em conta a estimativa do valor dos trabalhos apurado, dever-se-à recorrer a um novo procedimento de concurso público, conforme o disposto no n.º5 do artigo 370.º do CCP.

Todavia, os trabalhos complementares constantes nesta lista do Processo de Erros e Omissões n-º3, que se submete a aprovação superior (anexo II), dada a sua natureza e complexidade no que se refere sobretudo à infraestruturas de segurança contra incêndios, não são técnica nem economicamente separáveis dos trabalhos contratuais que se encontram a decorrer em obra, causando graves inconvenientes para o Dono de obra e atrasos dos prazos da obra, uma vez que a sua não efetivação de imediato neste momento da obra poderá inviabilizar, o cumprimento das regras de segurança contra risco de incêndios e o seu pleno funcionamento em situação de emergência e a respetiva certificação pela ANEPC, assim como a garantia da qualidade técnica dos trabalhos executados e a conclusão de acabamentos atempadamente para que seja possível a abertura do estabelecimento escolar dentro do prazo inicialmente estabelecido.

Face ao exposto, é de toda a conveniência que tais trabalhos complementares sejam executados pela mesma entidade com a qual foi celebrado o contrato inicial – Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal; Lda, considerando o constante no artigo 35.º do Programa de concurso, relativamente à adoção do Ajuste Direto em Procedimento futuro, uma



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

vez que cumulativamente trata-se de obras em conformidade com um projeto de base comum, o contrato inicial foi celebrado à menos de três anos na sequência de um concurso público e esta possibilidade está indicada no anúncio do programa de procedimento.

Desta forma é nosso entendimento que são respeitados todos os pressupostos previstos no artigo 35.º do Programa de procedimento e a alínea a) do nº1 do artigo 25.º do CCP, podendo a escolha recair sobre um procedimento de Ajuste direto adjudicando-se este trabalhos de suprimento de Erros e Omissões – Proc.n.º3, para a empreitada de Reabilitação da Escola Básica 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, à mesma entidade com a qual foi celebrado o Contrato Inicial – Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal; Lda.

Caso venha a merecer concordância superior, deverá o assunto ser submetido, junto com os respetivos documentos, em anexo, para procedimento concursal e posteriormente envio ao órgão executivo para aprovação.

*- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido o mapa de trabalhos complementares Proc. n. 3 E&O - Empreitada Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município.*

- tendo em conta o prazo, por questões de urgência, submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

*- posteriormente aos **Concurso** para abertura de Procedimento.*

- e dar imediato conhecimento à Coordenação da Educação para as devidas diligências na contratação de estruturas modulares para garantir funcionamento das aulas no decorrer da obra, ano letivo 2019/2020.

À consideração superior,

O Técnico Superior,

Pedro Rolim

Anexos:

Anexo I – Projeto SCIE aprovado ANEPC;

Anexo II - Mapa de trabalhos complementares de SCIE

Anexo III – Informação n.º 7556/2019 e Auto de Trabalhos a Menos;

Anexo IV – Pasta de Documentos para Instrução do Procedimento”

Após apreciação da informação supratranscrita, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar, devendo-se agir de acordo com a aludida informação.

*Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

PONTO 16 – N.º 9154/2019, DE 26/07 - ALTERAÇÕES AO PROJETO DE EXECUÇÃO - PROJETO QUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ROTA DOS DINOSSAUROS – LOURINHÃ, EM FUNÇÃO DOS PARECERES DA DGPC INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À INFORMAÇÃO N.º12072/2018 DE 14/12/2018:

“1.A 19/12/2018, foi deliberado em Reunião de Câmara n.º32/2018 de 19/12/2018, aprovar o Projeto de Execução relativo ao Projeto de Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, tendo ficado condicionada ao parecer da DGPC, conforme indicado na Informação n.º12072/2018 de 14/12/2018 – parecer técnico e apreciação do referido projeto de execução.

2. A 29/01/2019 foram rececionados os pareceres emitidos pela DGPC relativos aos modelos que se pretendem instalar em:

2.1 Zona Especial de Proteção da à Igreja Nossa Senhora dos Anjos (Imóvel em vias de Classificação), o qual mereceu parecer favorável condicionado ao acompanhamento das escavações por Arqueólogo no Jardim dos Anjos Modelo 13 (Anexo 1 Ofício DGPC)

2.2 Zona Especial de Proteção da Igreja Matriz da Lourinhã (Imóvel Classificado), designadamente: Modelo 2 no Largo António Granjo; Modelo 3 na Praça D. Lourenço Vicente e o Modelo 9 na Praça José Máximo da Costa, para os quais foram emitidos pareceres Não favoráveis (Anexo 2 Ofícios DGPC).

3.Na sequência dos referidos pareceres da DGPC Não Favoráveis, foram realizadas reuniões de trabalho com a Arq. Rita Theriaga Gonçalves da DGPC, no sentido alterar as localizações inicialmente propostas e aprovadas pela Câmara para a instalação dos Modelos 2, 3 e 9 no centro da Vila da Lourinhã, de modo a responder às considerações deixadas no parecer e nas reuniões e e-mails trocados durante este processo, por forma a merecer a sua concordância (E-mail DGPC Anexo 3).

Desta forma serve a presente informação para submeter á apreciação da Câmara as alterações ás peças escritas e desenhadas realizadas ao Projeto de Execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, o qual contempla:

- Atualização das memórias descritivas do Projetos de Arquitetura Paisagista dos Modelos 1, 5, 6, 7, 8, 10,12, 13;*
- Alteração da Des.01 Projetos de Arquitetura Paisagista Pormenores de Construção;*
- Alterações das Peças escritas e Desenhadas dos Projeto de Arquitetura Paisagista para a realocação dos Modelos 2, 3 e 9;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- Alteração ao Projetos de Infraestruturas Elétricas sobretudo quanto á realocização dos Modelos 2, 3 e 9;;
- Alteração das Medições, Estimativas e Valor Global, tendo em conta as alterações quanto à realocização dos Modelos 2, 3 e 9 e atualização dos preços de mercado, que mereceram uma revisão passados cerca de 6 meses da data da sua realização (dez /2019).

Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se que o conjunto de peças escritas e desenhados anexos (Anexo 3), que compõe a alteração ao Projeto de execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, realizado pela empresa Joaquim Jerónimo, Unipessoal, Lda ao abrigo do Contrato de Prestação de serviços n.º034/2018, seja enviado à Câmara Municipal, para a respetiva apreciação.

À consideração superior,

Anexos:

Anexo 1 - Ofício DGPC Modelo 13 Jardim dos Anjos

Anexo 2 –Ofício DGPC Modelo 2 no Largo António Granjo; Modelo 3 na Praça D. Lourenço Vicente e o Modelo 9 na Praça José Máximo da Costa

Anexo 3 – E-mail DGPC

Anexo 4 – Peças escritas e desenhadas - Alteração ao Projeto de execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã

A técnica superior;

Cecília Gonçalves Santos Mauricio, Arq.”

A Câmara deliberou aprovar, com base e nos termos da informação supratranscrita.

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 17 – N.º 9270/2019, DE 31/07 - PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 4 GERAÇÃO (CLDS 4G):

“ Na sequência de um levantamento efetuado pelos serviços da Segurança Social, foram identificadas fragilidades sociais no concelho da Lourinhã ao nível da pobreza infantil, tendo sido, posteriormente, feito um convite, emitido pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, para manifestação de interesse no desenvolvimento de um projeto no concelho da Lourinhã, no âmbito do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4 geração (CLDS 4G).



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Considerando a pertinência, para o território, o Município da Lourinhã, em 18-01-2019, manifestou por escrito o seu interesse na implementação do referido Programa, tendo para o efeito designado como Coordenadora Local de Parceria a Associação “Tá a Mexer”.

Os CLDS 4G dividem-se em quatro eixos de intervenção:

- 1 – Emprego, Formação e qualificação;
- 2 – Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
- 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa;
- 4 – Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetado por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

Para o território da Lourinhã será implementado o Eixo 2 – **Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil.**

As ações serão dirigidas, prioritariamente, aos agregados familiares de baixo rendimentos com crianças, com o propósito de os apoiar:

— Processos de qualificação familiar, designadamente os que propiciam informação sobre os seus direitos de cidadania, o desenvolvimento de competências dos respetivos elementos e de aconselhamento em situação de crise;

— Na mediação dos conflitos familiares em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e/ou as suas crianças, promovendo a capacitação das famílias e a proteção dos direitos das crianças e jovens;

— Em ações de mobilização das crianças e jovens, em especial as que pertencerem a agregados de baixos rendimentos, promovendo estilos de vida saudáveis e integração na comunidade, nomeadamente através da participação deste em ações nos domínios: da Saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena.

O Programa é financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), com a dotação orçamental de 340.763,85€, terá a duração de 36 meses, com início em 01-11-2019 e término em 31-10-2022.

O Conselho Local de Ação Social da Lourinhã (CLASL), em 29 de maio 2019, aprovou por unanimidade a Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer” como a entidade Coordenadora Local da Parceria. Assim como a Coordenadora Técnica do CLDS, Tânia Raquel Moreira de Oliveira.

Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere ratificar:

1. a aceitação do convite da segurança Social para desenvolver um Programa CLDS-4G no concelho da Lourinhã;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019

Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

2. a designação da Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer”, sediada na Rua António Maria Roque Delgado, 21, 1º piso – 2530-132 Lourinhã, como a entidade Coordenadora;

3. a designação de Tânia Raquel Moreira de Oliveira, para Coordenadora Técnica do CLDS.

A Coordenadora da CIS

(Mafalda Miguel Lopes Ribeiro Moura Teixeira) “

Após apreciação da informação supratranscrita, a Câmara deliberou ratificar: **1.º** - A aceitação do convite da Segurança Social para desenvolver um Programa CLDS-4G no Concelho da Lourinhã; **2.º** - A designação da Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer” como a entidade Coordenadora; **3.º** - A designação de Tânia Raquel Moreira de Oliveira, para Coordenadora Técnica do CLDS.

PROCESSOS JUDICIAIS:

PONTO 18 – Presente, para conhecimento, os seguintes **PROCESSOS JUDICIAIS:**

REGISTO MYDOC N.º 7690/2019, DE 09/07 N.º 318/13.2BELRA AUTOR: Águas do Oeste, SA RÉU: Município da Lourinhã	Sentença	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7682/2019, DE 09/07 N.º 108/11.7BELSB AUTOR: Município da Lourinhã RÉU: Presidência do Conselho de Ministro, e o Ministro das Finanças e da Administração Pública	Despacho	A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

REGISTO MYDOC N.º 7675/2019, DE 09/07 N.º 1937/14.5BELSB AUTOR: Projeto Valmitão RÉU: Município da Lourinhã (e Outros)	Despacho	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7671/2019, DE 09/07 N.º 318/13.2BELRA AUTOR: Águas do Tejo Atlântico, SA RÉU: Município da Lourinhã (e Outros)	Requerimento (Junção de Acordo entra as partes)	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7666/2019, DE 09/07 N.º 2791/13.0BELSB AUTOR: Francarmo, Lda RÉU: Município da Lourinhã	Requerimento (Junção de documentos essenciais)	A Câmara tomou conhecimento.

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE

PARECERES TÉCNICOS: - Presentes os seguintes pareceres técnicos, que em baixo se transcrevem:

PONTO 19 - REGISTO N.º 32/6450/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CABELO BOLIDO” (ARTIGO 25.º - SECÇÃO B), SITO EM MOLEDO, UF DE SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS E MOLEDO:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável à alteração do número de proprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, do prédio em referência, conforme registo constante da descrição da certidão da conservatória do registo predial, solicitar o aumento do número de coproprietários, atualmente copropriedade de dois, 3/4 de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques e um 1/4 de António Correia Caxaria, passando a copropriedade de cinco, nomeadamente 1/4 (ou 4/16) para António Correia Caxaria e 3/16 para cada um dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, nomeadamente Ana Cristina Faustino de Trigueiros Pinção, Nuno Manuel Henriques Lopes, Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes e Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Cabelo Bolido”, sito em Moledo, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **129/1987.02.13**, inscrito na matriz sob o artigo **25º** da secção **B**, da freguesia de Moledo, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 7 200,00m².

Mais se informa que:

1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.
2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, mas para efeito de partilha.
3. A requerente não apresenta as plantas de localização; Cadastral e de IGTs, por motivos de dificuldade de localização do prédio para emissão das respetivas plantas.
4. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.
5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Naturais – Áreas de Proteção Integral, encontrando-se assim sujeito ao



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

respetivo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional - REN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado e atravessado no seu limite leste por linha de água.

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, "Cabelo Bolido", sito em Moledo, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, registo predial da Lourinhã, com o número **129/1987.02.13**, inscrito na matriz sob o artigo **25º** da secção **B**, freguesia de Moledo. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-05

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 2 proprietários, passando a 5 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 05.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 20 - REGISTO N.º 32/6465/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “MATO FORTE” (ARTIGO 210.º - SECÇÃO FFF), SITO EM ATALAIA, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques passando a copropriedade de quatro, nomeadamente 1/4 para cada um dos herdeiros, nomeadamente Ana Cristina Faustino de Trigueiros Pinhão, Nuno Manuel Henriques Lopes, Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes e Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Mato Forte”, sito em Atalaia, União de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número 156/1987.04.14, inscrito na matriz sob o artigo 210º da secção FFF, da freguesia de Atalaia, atual união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área total de 5 880,00m².

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 4. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua maior parte em Espaços Naturais – Áreas de Proteção Integral, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional - REN, existindo uma pequena área localizada a sudeste, que se encontra em Espaços Agrícolas – Áreas Agroflorestais, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

*Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado a sudeste por linha de água. Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Mato Forte”, sito em Atalaia, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **156/1987.04.14**, inscrito na matriz sob o artigo **210º** da secção **FFF**, freguesia de Atalia. Não podendo resultar, da constituição desta propriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-18”

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 1 proprietários, passando a 4 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24"

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 18.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 21 - REGISTO N.º 32/6468/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO MISTO DENOMINADO “QUINTA DO REPONTIZ” (ARTIGO 70.º - SECÇÃO EEE), SITO EM ATALAIA DE BAIXO, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

*É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de três, 1/3 de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, 2/3 de Nuno Manuel Henriques Lopes e Patrícia Maria Pereira H. Pedro Lopes (não corresponde à descrição do registo da conservatória) passando a copropriedade de quatro, nomeadamente 5/12 para Nuno Manuel Henriques Lopes, 5/12 para Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes, 1/12 para Ana Cristina Faustino Trigueiros Pinção e 1/12 para Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio misto denominado de “Quinta do Repontiz”, sito em Atalaia de Baixo, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **3091/1990.06.13**, inscrito na matriz sob o artigo **70º** da secção **EEE**, e matriz número 623, da freguesia de Lourinhã, atual união de*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área descoberta de 28060m² e uma área coberta de 220m², num total de 28280,00m².

Mais se informa que:

1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.
2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.
3. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.
4. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua maior parte em Espaços Agrícolas – Áreas Agrícolas Especiais, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional - RAN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra atravessado a sul/sudeste por linha de água.

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Quinta do Repondiz”, sito em Atalaia de Baixo, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **3091/1990.06.13**, inscrito na matriz sob o artigo **70º** da secção **EEE**, e matriz número 623, freguesia de Lourinhã. Não podendo resultar, da constituição desta propriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão a emitir destina-se à celebração de escritura pública de doação do prédio, o qual é atualmente de 3 proprietários passando a ser de 4 após a mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 22 - REGISTO N.º 32/6540/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – FERNANDA MARQUES LOPES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DA HERANÇA DE FRANCISCO MIGUEL DOS SANTOS – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CASAS DA CORREIA” (ARTIGO 155.º - SEÇÃO PP), SITO EM MONTOITO, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Fernanda Marques Lopes na qualidade de advogada, vem no interesse dos herdeiros, da herança de Francisco Miguel dos Santos, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Fernanda Marques Lopes na qualidade de advogada, no interesse dos herdeiros da herança indivisa de Francisco Miguel dos Santos, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade da herança de Francisco



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*Miguel dos Santos, passando a copropriedade de três, na proporção de 4/6 para Noémia Emília da Anunciação Antunes, 1/6 para Fernando Emídio Antunes dos Santos e 1/6 para Luís Miguel dos Santos, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Casais da Correia”, sito em Montoito, União de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **788/1996.02.01**, inscrito na matriz sob o artigo **155º**, da secção **PP**, da freguesia de Atalaia, atual união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área total de 2 600,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de registo de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Francisco Miguel dos Santos*
- 4. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços urbanizáveis – Áreas de caráter turístico, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Casais da Correia”, sito em Montoito, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **788/1996.02.01**, inscrito na matriz sob o artigo **155º** da secção **PP**, freguesia de Atalaia. Não podendo resultar, da constituição desta*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-11”

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 1 proprietário, passando a 3 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 11.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 23 - REGISTO N.º 32/7602/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “MATO DO FORNO” (ARTIGO 112.º - SECÇÃO M), SITO EM SÃO BARTOLOMEU, UF DE SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS E MOLEDO / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

*É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de Henriqueta da Conceição Neto, passando a copropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Mato do Forno”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **2155/2010.03.26**, inscrito na matriz sob o artigo **112º** da secção **M**, da freguesia de São Bartolomeu dos Galegos, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 6 920,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Henriqueta da Conceição Neto.*
- 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo com a alínea g) do artigo 21º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sendo contudo indicadas as respetivas proporções.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Agrícolas – Áreas Agrícolas Especiais, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional - RAN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado a sudoeste por linha de água.

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Mato do Forno”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **2155/2010.03.26**, inscrito na matriz sob o artigo **112º** da secção **M**, freguesia de São Bartolomeu dos Galegos. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08”

Despacho do Sr. Presidente da câmara de 09/07/2019: *“Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho”*

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019.

PONTO 24 - REGISTO N.º 32/7603/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CHARNECA LOURINHÃ” (ARTIGO 33.º - SEÇÃO A), SITO EM MOITA DOS FERREIROS / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de, Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de coproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de um, Henriqueta da Conceição Neto, passando a copropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Charneca do Talefe”, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **1702/1998.12.16**, inscrito na matriz sob o artigo **33º** da secção **A**, da freguesia de Moita dos Ferreiros, com uma área total de 6 640,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Henriqueta da Conceição Neto.*
- 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo coma alínea g) do artigo 21º, do Regulamento Municipal de Construção e Edificação da Câmara da Lourinhã, sendo contudo indicadas as respetivas proporções, de acordo com a alínea g) do artigo 21º.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Florestais – Áreas de Desenvolvimento Florestal, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Charneca de Talefe”, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **1702/1998.12.16**, inscrito na matriz sob o artigo **33º da secção A**, freguesia de Moita dos Ferreiros. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08”

Despacho do Sr. Presidente da câmara de 09/07/2019: “Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho”

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019.

PONTO 25 - REGISTO N.º 32/7605/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “RODELA” (ARTIGO 116.º - SEÇÃO O), SITO EM SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de coproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio aludido, atualmente propriedade de Henriqueta da Conceição Neto, passando a compropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Rodela”, sito em São Bartolomeu dos



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Galegos, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número 1352/1998.12.16, inscrito na matriz sob o artigo 116º da secção O, da freguesia de São Bartolomeu dos Galegos, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 3 720,00m².

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitações de herdeiros da herança de Henriqueta Conceição Neto.*
- 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo com a alínea g) do artigo 21º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sendo contudo indicadas as respetivas proporções.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Agrícolas – Áreas Agroflorestais, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Rodela”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, 1352/1998.12.16, inscrito na matriz sob o artigo 116º da secção O, freguesia de São



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Bartolomeu dos Galegos. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-09"

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 09/07/2019: *"Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho"*

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 09.07.2019.

PONTO 26 – REGISTO N.º 6215/2019 - PROCESSO N.º 2062/2007, EM NOME DE PATRICIA SUSANA MARQUES OLIVEIRA, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PADARIA EM DESTQUE DE PARCELA, EM MARQUITEIRA – STª BÁRBARA / QUEIXA, DE MARIA MANUELA INÁCIO, SOBRE PADARIA – PÃO D' AVÓ GRAÇA, DE JOÃO MANUEL DA SILVA FERREIRA:

"PARECER TÉCNICO

Na sequência do registo entrada n.º 6215 de 18/06/2019, referente à exposição apresentada pela munícipe Maria Manuela Conceição Dias Inácio relativo à emissão de partículas proveniente da chaminé da Padaria – Pão D' Avó Graça, informa-se o seguinte:

Após deslocação ao local no dia 19 de julho de 2019, da técnica Sandra Filipe e do Fiscal Municipal José Oliveira, no qual esteve presente o arrendatário da Padaria – Pão D' Avó Graça – Marquiteira o Sr. João Manuel da Silva Ferreira, morador na Rua Belo Horizonte, n.º 4 r/c esq. B, 2530-880 Casal Novo – Lourinhã, rendeiro do imóvel desde outubro de 2018.

O Arrendatário disponibilizou-se a mostrar as instalações dando os devidos esclarecimentos relativamente à emissão de fumos e fuligem da laboração.

Na sequência desta verificação e esclarecimentos, constata-se que se mantém a situação face ao relatado na vistoria realizada em 08/02/2016.

No entanto, verificou-se que foi instalado um novo forno com a respetiva exaustão de fumos independente da já existente.

Mais se informa que, não foram verificadas deposições de resíduos no local assinalado pela requerente.

Conforme registo fotográfico que se segue:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



À consideração superior

A Técnica Superior (Sandra Filipe, Eng^a de Ambiente).

Fiscal Municipal (José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira)”

Parecer do Chefe da DOTUA, de 22/07/2019: *“Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião de Câmara, devendo dar-se conhecimento às entidades intervenientes da deliberação que vier a ser tomada.*

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-22”



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 23/07/2019: "À C.M. p/ conhecimento"

A Câmara deliberou transmitir aos interessados que, após a deslocação ao local de técnicos camarários, não foram observadas, no âmbito das competências da Câmara, quaisquer anomalias.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** não participou na discussão e votação deste assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 17,30 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim _____, O Assistente Técnico -----
_____, O Presidente da Câmara. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Início da reunião: 15,15 horas

Términos da reunião: 17,30 horas

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: João Duarte Anastácio de Carvalho

Vereadores: Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira

Brian Costa da Silva (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador José António da Costa Tomé, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01)

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luís Henriques Santos

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

Cargo: Assistente Técnico

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Vereador José António da Costa Tomé e António Augusto Baptista Antunes, que se encontravam ausentes por motivo de gozo de férias e por motivos profissionais, respetivamente.

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019, 17/2019 e 18/2019; de 28/05/19, 07/06/19, 18/06/19 (Ext.) e 26.06.2019, respetivamente. O Sr. Vereador Brian Costa da Silva não participou na discussão para aprovação dos textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019 e 18/2019, dado que não esteve presente nas referidas reuniões de Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

ABERTURA DA ACTA

----- Aos 31 dias do mês de julho de 2019, no Salão Nobre do Edifício Paços do Município, pelas 15,15 horas, o Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, Brian Costa da Silva (substituiu na presente reunião o Sr. Vereador José António da Costa Tomé, com base no art.º 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01), Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

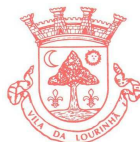
OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES: Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral.

FALTAS JUSTIFICADAS: A Câmara deliberou justificar as faltas dadas pelo Sr. Vereador José António da Costa Tomé e António Augusto Baptista Antunes, que se encontravam ausentes por motivo de gozo de férias e por motivos profissionais, respetivamente.

ATAS APROVADAS: A Câmara deliberou aprovar os textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019, 17/2019 e 18/2019; de 28/05/19, 07/06/19, 18/06/19 (Ext.) e 26.06.2019, respetivamente. O Sr. Vereador Brian Costa da Silva não participou na discussão para aprovação dos textos das Atas n.ºs 15/2019, 16/2019 e 18/2019, dado que não esteve presente nas referidas reuniões de Câmara.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO (Nº 2 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): A Câmara deliberou iniciar a reunião com o Período de Intervenção Aberto ao Público, tendo-se registado as seguintes inscrições:

Nome: João Nunes Maria Alves
Assunto: Pergunta quando vai ser efetuada a demolição nos n.ºs 12 e 64, da Rua de Santo António – Casais das Campainhas
O munícipe João Nunes Maria Alves referiu que, recentemente, foi asfaltada a estrada contígua a uma propriedade sua. Aquando dos trabalhos preparatórios, deixaram o acesso à aludida propriedade em péssimo estado. Ora, ao entrar na propriedade não se apercebeu de um buraco que lá se encontrava e, por conseguinte, danificou um gerador. Deste modo, disse que quer saber quem irá assumir a respetiva despesa face aos prejuízos que teve. O Sr. Presidente da Câmara questionou se o munícipe João Alves já tinha remetido para a Câmara uma exposição sobre o sucedido. O munícipe João Alves respondeu que não. O Sr. Presidente da Câmara referiu que o munícipe João Alves terá que remeter uma exposição para se poder abrir um processo. Depois, a partir daí, serão desenvolvidas todas as



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

diligências necessárias para resolver este tipo de situação. O munícipe **João Alves** referiu que irá enviar a respetiva exposição. Prosseguiu a sua intervenção e referiu que tinha ficado estabelecido que se iria demolir as obras ilegais levadas a cabo no n.º 64 da Rua de Santo António, sito nas Casais das Campainhas. No entanto, até à data, as aludidas obras não foram demolidas. O Sr. **Presidente da Câmara**, após ter consultado o processo, referiu que, efetivamente, o prazo para o particular ter efetuado as respetivas demolições já tinha terminado e as mesmas não foram feitas. Agora o processo terá que seguir os trâmites normais, isto é, o que acontece neste tipo de caso é que será a Câmara a proceder as respetivas demolições a expensas dos infratores.

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o próximo munícipe a intervir é o Sr. José Manuel Dias Custódio, dado que, apesar da munícipe Dr.ª Alice Marques da Silva ter-se inscrito para tratar de um assunto no Período de Intervenção Aberto ao Público, e ser a 2.ª da lista, teve a oportunidade de a receber no seu gabinete, antes do início da reunião, e a matéria pela qual se inscreveu já foi tratada.

Nome: José Manuel Dias Custódio

Assunto: Funcionamento de serviços

O munícipe **José Manuel Dias Custódio** começou por referir que aquilo que irá dizer nada tinha contra as pessoas, a autarquia ou os serviços camarários. Portanto, considera que (assim como consideram alguns juristas) a DOTUA está a agir duma forma que não corresponde ao que consta na Lei, mais concretamente, procede à análise dos projetos de especialidade, sobre os quais é dado um parecer por uma técnica que não tem (nem poderia ter) competência para o fazer. Ou seja, aquilo que decorre da Lei é que os projetos de especialidade não carecem de análise técnica da Câmara, caso venham acompanhados de uma Declaração de Responsabilidade Técnica do técnico autor dos respetivos projetos. Contudo, o chefe da DOTUA tem um entendimento diferente, isto é, exige que os respetivos projetos de especialidades sejam alvo de uma análise pelos serviços técnicos da Câmara. Mas, legalmente, a respetiva análise não tem que ser feita, se cumprir o preceito que já referiu. Deste modo, na sua opinião, a autarquia deve solicitar um parecer à CCDRLVT para que esta situação seja devidamente clarificada. Este procedimento causa uma demora demasiado elevada, na fase dos projetos de especialidade, sem que haja necessidade para isso, dado que é feita uma análise que não é exigida por lei. Também, no que concerne ao funcionamento dos serviços da Câmara, quer alertar para a seguinte situação: a Câmara não pode exigir aos munícipes aquilo que os seus serviços possuem internamente. Portanto, os



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019

Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

serviços, em sede de projeto de obras particulares, exigem uma certidão aos munícipes em como existe rede de águas e de saneamento no local onde é pretendido executar a respetiva obra. Ora, não faz sentido exigir essa certidão quando os serviços podem verificar internamente se existe a respetiva rede de águas e de saneamento. Por conseguinte, aquilo que a técnica deveria fazer era substituir-se a essa certidão, isto é, deveria solicitar informação ao serviço de águas e saneamento da Câmara, no sentido de apurar se os locais em causa possuem as referidas infraestruturas. Há casos, por exemplo, de ampliações de casas que já possuem ramais feitos, mas é-lhes solicitado essa certidão. Referiu também que é feito o pedido de depósito de resíduos para uma obra de ampliação de uma casa. Portanto, o depósito de resíduos só é exigível para obras públicas. Por conseguinte, para as obras privadas não há necessidade de requerer esse licenciamento. Assim sendo, não se pode pedir uma coisa que não é exigida por lei, cuja situação, inclusive, faz demorar os procedimentos normais do serviço. Os processos com isso atrasam-se e os munícipes são prejudicados. Pensa que a Câmara deverá zelar para que isso não aconteça. Em relação ao Balcão do Múncipe, referiu que este serviço, neste momento, faz o atendimento de muitos assuntos, sem discriminação, cuja competência é da Câmara. Nessa medida, na sua opinião, deveria ser criado neste balcão um serviço destinado apenas para os gabinetes de projetos de obras particulares, sobretudo no verão, dado que existe um grande número de pessoas (Ex. emigrantes) que procuram resolver os seus assuntos. As matérias relacionadas com obras particulares, efetivamente, demoram mais tempo ao nível do atendimento, pelo que os outros munícipes que se dirigem à Câmara, para tratar de assuntos mais simples, ficam à espera para serem atendidos demasiado tempo. Considera que o Balcão do Múncipe tem um bom funcionamento, mas o mesmo pode ainda ser melhorado. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que atualmente os procedimentos, ao nível dos projetos de especialidade, estão mais agilizados. Mas, de acordo com aquilo que o município José Custódio referiu, os mesmos ainda podem agilizar-se mais, isto é, bastará verificar se o técnico autor dos projetos juntou a respetiva Declaração de Responsabilidade Técnica. Em relação à questão do depósito de resíduos, referiu que concorda com aquilo que o município José Custódio disse, pelo que irá verificar esta situação. Em relação ao pedido de certidão da rede de águas e saneamento, efetivamente não faz qualquer sentido exigir a respetiva certidão, dado que atualmente a Câmara tem tudo registado, bastando consultar a rede que o município possui. Portanto, irá verificar as matérias que o município José Custódio apresentou e, oportunamente, será dada uma resposta com mais detalhe. O Sr. Vereador **João Serra**, em



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

relação à questão do Balcão do Município, começou por agradecer a sugestão dada pelo munícipe José Custódio, dado que aquilo que pretendem é prestar o melhor serviço possível aos munícipes, no sentido de que os assuntos sejam resolvidos no menor tempo possível. Mas aquilo que o munícipe José Custódio sugeriu não é fácil de concretizar, porque, para além de estarem numa altura de férias, estão com menos funcionários no Balcão do Município por várias razões, sendo que uma das razões é por baixas médicas. Mas aceita a sugestão, pelo que irá verificar se existe possibilidade de a implementar.

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Recolha de lixo nas Papagovas: Referiu que recebeu a informação que não tinha sido recolhido o lixo nas Papagovas, cuja recolha só é feita uma vez por semana. Por conseguinte, os munícipes estavam a queixar-se, nomeadamente, por terem de esperar 15 dias para que o lixo fosse recolhido. Deste modo, solicitou informação sobre a veracidade desta situação e, em caso afirmativo, quer saber se já foi feita alguma diligência no sentido de resolver esta situação. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** referiu que, embora o Sr. Vereador Hernâni Santos não tenha especificado qual foi o dia que a respetiva situação ocorreu, pode dizer que os camiões de recolha do lixo têm tido bastantes avarias, pelo que pode ter sido por esse motivo. Referiu ainda que está a decorrer o procedimento concursal para aquisição de novas viaturas, mas só na semana passada foi possível remeter o processo para o Tribunal de Contas. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a aludida situação ocorreu na passada segunda-feira, dia 29.07.2019. A Sr.ª Vereadora **Carla Custódio** referiu que nesse dia verificou-se uma situação específica, mais concretamente, um funcionário faltou por motivo de doença, tendo outro funcionário faltado igualmente. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu ainda que lançaram o procedimento concursal para adquirir novas viaturas há mais de 1 ano, e só recentemente foi enviado para o Tribunal de Contas. Efetivamente, estes procedimentos demoram demasiado tempo, e as viaturas, tem conhecimento, já estão preparadas para serem entregues.

2.º - Poluição no Rio Grande e Rio de Mouros: Observou que a barreira que foi feita no Rio Grande, próxima da ligação com o Rio dos Mouros, tem algum caudal de água e a mesma apresenta indícios de ter bastante poluição. Acha que é oportuno o Executivo deslocar-se ao local para verificar “in loco” esta situação, para tentar perceber por que razão isto acontece. Pensa que isto está a verificar-se porque existem alguns ramais de saneamento que estão ligados aos ramais de águas pluviais e, por conseguinte, as respetivas descargas são feitas no



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

aludido rio, e esta situação faz com que a água fique naquele estado. É sabido que o clima tem estado demasiado inconstante e se, porventura, vierem chuvas fortes aquelas águas vão ter à foz do Rio Grande, o que poderá pôr em causa a época banhar naquele local. Sabe que não é em cima da hora que se resolve este tipo de problema, mas se conseguirem ter uma perceção daquilo que está a acontecer, torna-se mais fácil resolver o referido problema, em termos de futuro. Por isso, na sua opinião, é oportuno deslocaram-se ao local em causa, pelo que apresenta esta proposta dentro de um princípio de querer ajudar e precaver uma situação que pode tornar-se problemática. O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que poder-se-á agendar a referida deslocação no início da próxima reunião de Câmara. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que no dia de ontem, à noite, foi feita a descarga da respetiva zona, cuja ação foi coordenada com a APA e demais entidades envolvidas neste processo. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a sua observação ocorreu no último fim-de-semana. O Sr. Vereador **João Serra** continuou a sua intervenção para dizer que, quanto à descarga que referiu, foi feita uma recolha de amostras das águas, por parte da Delegada de Saúde, pelo que, neste momento, as mesmas já estão a ser analisadas pela APA. Portanto, a colocação das respetivas barreiras ao longo do Rio tem como finalidade o aproveitamento da água para fins agrícolas, isto é, a mesma é utilizada para regar os campos agrícolas. Por conseguinte, não é só pela questão da água não ir para a praia, cuja situação não é de agora. Mas, sobre esta matéria, poderão falar no local. Depois, existem várias condicionantes, sendo que uma delas tem a ver com a própria zona que é eminentemente agrícola, sendo que, infelizmente, existe uma grande quantidade de matéria orgânica que vai parar ao rio e, assim sendo, não tem a ver com o saneamento. Por conseguinte, a matéria orgânica provoca uma cor à água pouco agradável. Mas, irá, certamente, ao local visualizar a situação que o Vereador Hernâni Santos relatou para tentar perceber do que, realmente, se trata. Pode ainda dizer que, felizmente, as análises têm sido negativas. Acrescentou que a Câmara almeja e lutará para que a água, nesta zona, tenha qualidade, estando em causa mais de 400 hectares. Não sabe se o Vereador Hernani Santos entende que se deve abrir o rio e, consequentemente, não ser aproveitada a respetiva água para a rega. Portanto, quer apenas fazer este parêntese para que a comunidade possa entender a situação. Ora, estão a trabalhar no sentido de aumentar a qualidade da água. Hoje, inclusive, irá haver uma sessão pública nos Casalinhos das Oliveiras sobre esta matéria e que diz respeito a todos. Esta questão preocupa-o durante o ano inteiro e não só quando ocorre a época banhar. Às vezes quer-se passar a mensagem que a Câmara só se preocupa com o rio aquando da época banhar, mas isso não corresponde à verdade,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

porque a Câmara preocupa-se com o rio todo o ano. A questão é que as pessoas estão na praia nesta altura, sendo que há uma maior visibilidade relativamente a esta questão. Estando o rio com menos caudal é normal que as pessoas reparem mais nessas situações. Mas, referiu que fica contente que Sr. Vereador o **Hernâni Santos** também se preocupe com esta questão, dado que é uma preocupação comum e todos devem pugnar para que os problemas que ali existem sejam resolvidos. O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que a questão de se fechar o rio e utilizar a água para fins agrícolas é algo que já acontece há alguns anos, cuja matéria, inclusive, já tem sido discutida em sede de reunião de Câmara. Portanto, pensa que todos os membros do Órgão Executivo consideram que é uma situação útil e funcional para todos. Agora, a questão das barreiras serem feitas com terra já é outra discussão. Portanto, têm resolvido a situação desta forma, onde existem custos associados e pode até trazer problemas ambientais. Mas, quando fez a sua intervenção inicial, não era isso que estava a apresentar ou que estava em discussão. Deste modo, reitera que teve a oportunidade de ir ao local e observou que a água está poluída. Consequentemente, considerou que esta situação tem a ver, efetivamente, com os esgotos domésticos, cuja situação pensava que na Lourinhã já estava resolvido. Por conseguinte, considera que devem ainda existir algumas pontas de esgoto soltas e, se calhar, se forem ao local, podem ter facilidade em perceber onde isso está a acontecer e porquê está a acontecer. Pode, por exemplo, ter havido alguma situação que os serviços não tenham identificado. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que já ocorreram a duas situações, uma por causa da ETAR, sendo que a mesma faz um tratamento terciário e, por conseguinte, a água é aproveitada para fins agrícolas. Mas, a respetiva água, apesar do tratamento que é feito, não sai clara, cuja situação deturpa de imediato a água do rio. A outra situação foi por causa de uma queixa, tendo havido uma intervenção, por parte dos serviços da Câmara e do SEPNA, e que teve a ver com descargas ilegais. Mas, provavelmente, é uma coisa que, infelizmente, irá sempre ocorrer. Por mais que queiram, nunca conseguirão chegar a tempo. Não vale a pena estar aqui dizer que vão conseguir “tapar” todas as situações que vão parar ao rio. Aquilo que pode dizer é que tem havido por parte do SEPNA uma grande intensificação nesta matéria, sendo que algumas situações são de âmbito particular e têm estado a ser resolvidas. Outras situações são da responsabilidade da Câmara e estão em vias de resolução. E, como tal, nesta altura têm que ir gerindo a situação da melhor forma. Em relação aos açudes no rio serem erguidos em terra, referiu que já estão estudar uma forma diferente de fazer os mesmos, que pode passar, eventualmente, pela colocação de comportas. Inclusive, já encetaram algumas diligências junto de algumas entidades no que concerne à



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

questão do aproveitamento da água do rio versus represas. Está em causa uma elevada despesa, mas, como membro do Órgão Executivo, é algo que ambiciona que seja concretizado nos próximos anos.

A Sr.^a Vereadora **Vanda Oliveira** usou da palavra para apresentar o seguinte assunto:

1.º - Inscrição da munícipe Alice Marque da Silva para intervir no Período de Intervenção

Aberto ao Público: Referiu que recebeu a listagem dos munícipes que se inscreveram para intervir na presente reunião. Na aludida lista constava a inscrição da munícipe Alice Marques da Silva. Mas, o Sr. Presidente da Câmara, conforme informou, já fez o respetivo atendimento, antes do início da reunião de Câmara, no seu gabinete. Deste modo, disse que discorda que as questões do público não sejam tratadas em sede de reunião de Câmara, embora possa imaginar que o assunto em apreço se trate de uma situação demasiado delicada. Mas, certamente, o Sr. Presidente da Câmara terá oportunidade de esclarecer este assunto. O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que, sinceramente, desconhecia que a munícipe Alice Marque da Silva estava inscrita para participar na presente reunião. De seguida, referiu que a aludida munícipe tinha um atendimento agendado com ele (Presidente da Câmara) para o dia 01.08.2019 (amanhã), às 11,00 horas. Mas foi contactado pelo advogado da munícipe Alice Marque das Silva, na passada segunda-feira, e o mesmo pediu-lhe se ele (Presidente da Câmara) poderia recebê-los no presente dia, dado que vinha à Lourinhã. Então respondeu ao aludido advogado que só os poderia receber antes ou depois da reunião, embora não soubesse a que horas iria acabar a reunião. Mas disse-lhe ainda que se estivessem na Câmara às 14,30 horas poderia atendê-los a essa hora. E foi isso que aconteceu. O assunto em causa já está a ser tratado pelos respetivos serviços e tem a ver com contentores do lixo, na Praia da Areia Branca, junto à residência da munícipe Alice Marques da Silva, cuja situação, segundo a munícipe, tem-lhe provocado bastantes constrangimentos, dado que as pessoas, por exemplo, quando utilizam os contentores deixam muitas vezes a tampa aberta, cuja situação faz com que haja uma acumulação de maus cheiros no local, assim como o favorece o aparecimento de insetos. Também tem aparecido lixo no quintal da munícipe. Mas, como disse, já estão a ser feitas diligências para resolver esta situação, dado que a mesma já foi sinalizada há já algum tempo, tanto pela Câmara, como pela União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia. Neste momento, estão a ser estudadas duas alternativas, mais concretamente, afastar os contentores do local atual e criar uma “ilha” no centro da praça, podendo os automóveis circular a volta da mesma. O Sr. Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia alvitrou também a possibilidade de ser colocar ao redor dos contentores uma estrutura em madeira. Referiu que



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

ainda existe outra hipótese, nomeadamente, a colocação de contentores com pedal, isto é, a tampa abre quando é acionado o pedal e ao retirar o pé do pedal a tampa fecha automaticamente. Trata-se de um tipo de equipamento mais caros, mas atendendo, sobretudo às questões ambientais, se calhar têm que pensar numa solução destas para o Concelho em termos de futuro.

2.º - Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de

Venda ao Público e de Prestação de Serviços: Referiu que estava na expectativa que a Proposta de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços constasse na Ordem do Dia da presente reunião de Câmara. Mas, o respetivo documento não consta. Deste modo, disse que gostava de saber por que razão a aludida matéria não foi agendada. Portanto, no final da reunião da Comissão que foi criada, em sede de reunião de Câmara, ficou acordado que iria ser redigida a redação final pelo jurista que integra a aludida comissão. Ora, questionou ao mesmo se existiam condições para que a respetiva proposta de regulamento fosse agendada para esta reunião, tendo o jurista respondido afirmativamente. Deste modo, como disse, ficou na expectativa que o dito documento tivesse sido agendado, mas isso não aconteceu. O **Chefe da DAG** referiu que o jurista transmitiu-lhe que, efetivamente, já havia concordância em relação ao texto final e que tinha ficado incumbido de elaborar a redação final. Entretanto, o jurista entrou de férias e, eventualmente, não teve oportunidade de concluir a aludida redação final. O Sr. Vereador **João Serra** referiu que o documento foi devidamente redigido de acordo com as alterações que advieram da reunião da Comissão. Efetivamente, era para ter constado na ordem do dia da presente reunião. Eventualmente, verificou-se aqui alguma falha de comunicação, dado que o documento, como já referiu, está concluído. Deste modo, remeteu o mesmo à Vereadora Vanda Oliveira para proceder a uma análise. Também diligenciou para que o documento em causa fosse, igualmente, remetido para o Sr. Vereador António Augusto Antunes.

----- ORDEM DO DIA-----

----- INFORMAÇÃO FINANCEIRA:-----

PONTO 1 – a) Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **26/07/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **26/07/2019**;-----

PONTO 2 - Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **26/07/2019**.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

EXPEDIENTE

PONTO 3 – REGISTO N.º 7585/2019, DE 08/07 – MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA / CONSELHO DA CIDADE DAS CALDAS DA RAINHA: - Presente e-mail datado de 08/07/2019, a agradecer a participação no evento "Razões Técnicas para um Novo Hospital" que decorreu no passado dia 26, nas Caldas da Rainha, que em muito contribuiu para um debate vivo e construtivo, bem como enviam as reflexões sobre o debate em causa, que em baixo se transcrevem:

“Razões Técnicas para um Novo Hospital no Oeste”

- Reflexões sobre o Debate -

O Conselho da Cidade congratula-se com o êxito do debate que decorreu no dia 26 de junho no Centro Cultural e de Congressos de Caldas da Rainha e que teve como tema “as razões técnicas para um novo Hospital no Oeste”. O debate correspondeu aos pressupostos pelos quais o Conselho da Cidade avançou para a sua organização: promover e dinamizar a participação dos cidadãos em processos que tenham em vista o progresso, o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade.

Com o debate conseguiu-se uma grande mobilização cívica, com uma assistência diversificada, que excedeu a lotação do auditório (cerca de 180 pessoas presentes na sala) e com a participação dos potenciais agentes de mudança: autarcas (5 presidentes, 1 vice-presidente e um vereador com o pelouro da Saúde das Câmaras da região Oeste), administradores hospitalares, profissionais da saúde, dirigentes e cidadãos empenhados.

Durante duas horas e meia foi possível abordar o tema com rigor, com seriedade, contextualizando os problemas actuais dos cuidados hospitalares públicos na região, tendo ficado claro e sido consensual que é incontornável a necessidade de um novo Hospital para a região.

O Conselho da Cidade – Associação para a Cidadania, agradece os apoios logísticos recebidos (Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, Câmara Municipal de Caldas da Rainha, Centro Cultural e de Congressos), a participação dos oradores (Dr. Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos; Engº Durão de Carvalho, Associação dos Engenheiros e Arquitectos Hospitalares; e Dr. António Curado), o profissionalismo da moderadora Marina Caldas, os depoimentos dos Presidentes das Câmaras Municipais de Caldas da Rainha, Peniche, Torres Vedras, Bombarral e Lourinhã, e do vice-presidente da Câmara de Óbidos e também do Sr. Presidente da ARSLVT, bem como as intervenções de todos os outros cidadãos que usaram da palavra. Agradece igualmente a presença, para além de outros autarcas e deputados municipais, do Presidente da Comissão de Saúde da Comunidade Intermunicipal do



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Oeste, da Sra. Vereadora de Sobral de Monte Agraço, da Sra. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste e vogais do mesmo Conselho, da Comissão de utentes do CHO, bem como do Sr. Deputado Heitor de Sousa e representantes de locais de partidos políticos.

Com o estímulo proporcionado por esta reflexão, com as linhas de rumo apresentadas, com a disponibilidade dos intervenientes, e com o trabalho dos gabinetes públicos (OesteCIM, ARSLVT e outros) acreditamos que possam estar abertas portas para soluções sustentadas de futuro nesta área social.

Caldas da Rainha, julho de 2019”

A Câmara tomou conhecimento.

OUTRAS DELIBERAÇÕES

PROPOSTAS: - Presentes as seguintes Propostas, que em baixo se transcrevem:

DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:

PONTO 4 – N.º 9083/2019, DE 25/07 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DO JÚRI – RECRUTAMENTO DE CANDIDATOS À ATRIBUIÇÃO DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO:

“Em reunião de 11/07/2018, a Câmara Municipal da Lourinhã aprovou a composição do Júri do procedimento para recrutamento de candidatos à atribuição de licença para exercício da atividade de Guarda-Noturno, ao abrigo do art.º 27º da Lei nº 105/2015, de 25 de agosto:

Presidente – Presidente da Câmara da Lourinhã;

Vogais – Capitão Hugo Alexandre Lourenço Torrado, substituído nas faltas e impedimentos pelo Comandante de Posto, o 1º Sargento Hélder Alexandre Martins Ferreira, e

– Fernando José Martins Ferreira, Secretário da Junta da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia.

Atendendo à comunicação, datada de 24/05/2019, do novo Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras da Guarda Nacional Republicana informando da cessação de funções do Capitão Hugo Alexandre Lourenço Torrado no cargo acima referido,

PROPONHO

Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 1 do 27º da Lei nº 105/2015, de 25/08, e por designação do atual Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras, que a Câmara Municipal aprove a alteração do referido Júri passando a ser constituído por:

Presidente – Presidente da Câmara da Lourinhã;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Vogais – Capitão de Infantaria - Paulo Ricardo Oliveira Póvoa, Comandante do Destacamento Territorial de Torres Vedras, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1º Sargento, Hélder Alexandre Martins Ferreira, Comandante do Posto Territorial da Lourinhã, – Fernando José Martins Ferreira, Secretário da Junta da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia.

Paços do Município da Lourinhã, 25 de julho de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

João Duarte Anastácio Carvalho, Eng.º

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA:

PONTO 5 – N.º 9098/2019, DE 26/07 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS NO ÂMBITO DO CONCURSO ESCOLAR “1769-2019: 250 ANOS DO NASCIMENTO DE NAPOLEÃO E DE WELLINGTON”:

“O Município da Lourinhã, através do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro promoveu, ao longo do ano letivo de 2018/2019, o concurso escolar “1769-2019: 250 Anos do Nascimento de Napoleão e de Wellington”, inserido na agenda cultural do CIBV.

Neste contexto, e de acordo com o Regulamento que junto se anexa, haverá atribuição de prémios monetários. Estando concluída a fase de entrega de trabalhos, o júri reuniu no dia 3 de julho de 2019, tendo apurado, em função dos prémios a atribuir, a necessidade de transferência de determinados valores para as instituições de ensino vencedoras.

Atendendo a que a competência para aprovação da respetiva despesa pertence à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do artigo 33º da lei 75/2013 de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

PROPONHO

Que a Câmara ratifique as seguintes transferências de verbas:

- **Agrupamento de Escolas da Lourinhã** - 475€, conforme ficha de cabimento em anexo;
- **Agrupamento de Escolas e Jardins de Infância D. Lourenço Vicente (Lourinhã)** - 100€, conforme ficha de cabimento em anexo;
- **Externato de Penafirme** (Seminário Liceal de Penafirme) – 175€, conforme ficha de cabimento em anexo.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Paços do Município, Lourinhã 26 de julho de 2019

O Vereador em Regime de Permanência

(João José Silva Serra, Eng.º)

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

INFORMAÇÕES: - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

DO SR. VEREADOR JOSÉ TOMÉ:

PONTO 6 – N.º 7860/2019, DE 01/07 – APOIO FINANCEIRO - RANCHO FOLCLÓRICO AS MOLEIRINHAS DO SEIXAL:

“O Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal” foi convidado a participar no evento “Inauguração de Estátua e exposição Galathée”, que ocorreu no dia 29 de junho de 2019, em Deuil-La-Barre, França.

Nesse âmbito, solicitou, através de ofício Mydoc n.º 6368 de 19/06/2019, apoio financeiro para fazer face a despesas de deslocação da comitiva pois, por si só, não teve capacidade financeira para suportar a despesa com a viagem.

Considerando que, nos termos do nos termos da alínea u), do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete aos Municípios no âmbito das atividades de interesse municipal, apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra.

Assim, face ao exposto e considerando a importância desta deslocação na divulgação do nosso concelho, proponho a atribuição de uma verba no montante de 2 500,00€ (dois mil e quinhentos euros) ao Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal”, destinada a comparticipar parte dos custos da deslocação destes nossos “Embaixadores” a França.

À consideração superior,

O Vereador em Regime de Permanência

(José António Costa Tomé)”

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ao Rancho Folclórico “As Moleirinhas do Seixal”, com base na informação supratranscrita, ressalvando que se trata de um apoio complementar à respetiva deslocação, por não estar previsto no plano anual de atividades.

PONTO 7 – N.º 9022/2019, DE 24/07 – APOIO FINANCEIRO - MOSTRA DE ARTES MULTIDISCIPLINAR “CALHAU” – MOLEDO:

“A Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas em parceria com o fotógrafo Nicolas Lemonnier e o artista plástico Manuel d’Olivares organizam uma mostra de artes



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*multidisciplinar, que se realizará em Moledo, nos dias 30 e 31 de agosto e nos dias 1, 6 7 e 8 de setembro, denominada **CALHAU #1**.*

Trata-se de um evento que conta com o apoio da União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, a colaboração do Moledo Acontece e a participação do Museu da Lourinhã. Esta mostra de artes fará dialogar a arte contemporânea nas suas várias expressões e linguagens (artes plásticas, Land arte, vídeo-instalação, instalação-som, cerâmica, performance, dança, música) com os espaços de arquitetura rural e a identidade da aldeia e dos seus habitantes tendo em atenção a(s) sua(s) história(s) e tradições, as suas vivências e memórias.

Assim serão criados dois percursos, um pela aldeia onde os artistas intervêm nos vários espaços, palheiros, espaços de recolha de alfaías agrícolas, ruínas, fachadas, e outro por um trilho no planalto com início e final na aldeia dedicado à Land arte.

Fará também parte da mostra um percurso culinário na aldeia, com a participação dos habitantes, com receitas criadas a partir de produtos locais, confeccionadas e comercializados pelos mesmos tendo em atenção que no espírito desta mostra está a Pegada Ecológica Zero e a ausência total de plásticos e refrigerantes industriais.

No decorrer da mostra será apresentado o Museu do Nada de Moledo (MuNaMo) cuja duração expositiva, será o decorrer da mostra com acervo constituído por peças resgatadas ao abandono por Manuel d'Olivares na aldeia e que tendo perdido a sua funcionalidade adquiriram, com o seu deterioro, uma beleza plástica.

Considerando que as artes e a cultura são um motor de desenvolvimento local e que o evento terá um impacto muito positivo na comunidade, o Município da Lourinhã pretende associar-se a esta mostra de artes disciplinares;

Considerando que compete aos Municípios deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

*Face ao exposto e considerando que as referidas atividades são de manifesto interesse para o concelho, proponho o que a Câmara aprecie e delibere conceder um apoio financeiro no valor de **3000,00€ (três mil euros) à Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas.***

*O Vereador em Regime de Permanência
José António Costa Tomé"*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

A Câmara deliberou aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 3.000,00€ (três mil euros) à Associação de Amigos do Planalto das Cesaredas, com base na informação supratranscrita.

DO SR. VEREADOR JOÃO SERRA:

PONTO 8 – N.º 9065/2019, DE 25/07 – REGULAMENTO INTERNO DA “STARTUP LOURINHÃ”:

“Considerando:

Que constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as respetivas freguesias;

Que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico e social das respetivas populações;

Que a Câmara Municipal da Lourinhã na prossecução destas atribuições, criou um serviço municipal, denominado “STARTUP LOURINHÃ”, vocacionado para prestar apoio ao desenvolvimento de projetos de criação, instalação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas locais;

Que o apoio a prestar pelo serviço municipal “STARTUP LOURINHÃ” aos empreendedores aderentes a esta iniciativa municipal é prestado no âmbito de contratos celebrados para o efeito;

Propõe-se que a Câmara Municipal aprecie e delibere aprovar a minuta de Regulamento do Serviço Municipal “STARTUP Lourinhã” bem como a minuta do Contrato de Incubação de Empresas, em anexo.

O Vereador em Regime de Permanência

João José da Silva Serra, Eng.º”

A Câmara deliberou aprovar: 1.º - A Minuta de Regulamento do Serviço Municipal “STARTUP Lourinhã”, que se anexa à Minuta da Ata, com a seguinte alteração: na alínea a), do n.º 2 do art.º 7.º, onde se lê: “Caráter inovador do projeto;”, deverá passar-se a ler-se: “Caráter inovador e diferenciador do projeto;”; 2.º - A Minuta do Contrato de Incubação de Empresas, que se anexa à Minuta da Ata.

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 9 – N.º 6140/2019, DE 20/05 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELO

CLUBE DE JUDO DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumre-me informar o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

1º - A associação designada por **Clube de Judo da Lourinhã – CJL** entregou os documentos denominados por *Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento com o registo de entrada n.º 2867 de 29/03/2019*.

O *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018*, celebrado a 24/05/2018 entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã, estabelece na sua *Cláusula Sétima (Obrigações do Clube de Judo da Lourinhã)*, ponto 4, a apresentação de um *Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas*, no prazo máximo de 90 dias a contar da data de conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, a entrega do presente relatório ocorreu dentro do tempo definido no referido contrato-programa.

2º - Após uma primeira apreciação efetuada por este serviço, o *Relatório Final de Execução* não apresentava toda a documentação necessária, tendo sido solicitado ao CJL a apresentação da documentação em falta, através de correio eletrónico enviado a 15/04/2019, com o registo de saída n.º 20204 de 10/05/2019.

O Clube de Judo da Lourinhã entregou os documentos solicitados, através de correio eletrónico enviado no dia 30/04/2019, com o registo de entrada n.º 4214 de 10/05/2019.

3º - Estando este serviço na posse da documentação mencionada, procede-se à avaliação do *Relatório Final de Execução do Contrato- Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018* informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito, tendo-se cumprido os prazos definidos de execução (iniciado a 01/janeiro/2018 e terminado a 31/dezembro/2018), não se verificando nenhuma situação anómala relevante.

No que concerne ao objeto do referido contrato-programa, conforme *Cláusula Primeira (Objeto do Contrato)*, considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela instituição, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas pelo CJL, nomeadamente através da participação nas competições organizadas pela Associação Distrital de Judo de Lisboa – ADJL e pela Federação Portuguesa de Judo, que permitiu promover e desenvolver a modalidade e manter o pleno funcionamento do clube junto da população local, verificando-se um aumento significativo do número de atletas que representam a associação. Foram obtidos, por alguns atletas do CJL, resultados bastante meritórios a nível dos escalões de competição, nomeadamente 2º e 3º Lugar no Campeonato Zonal de Cadetes, prova



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

realizada no dia 21/janeiro e, um 2º lugar no Open de Cadetes realizado no dia 15/abril (ambas as provas a contar para o apuramento para o Campeonato Nacional).

Já nos escalões de formação de Benjamins, Infantis e Iniciados foram também obtidos diversos 1ºs, 2ºs e 3ºs lugares nas competições / torneios onde o CJL esteve envolvido.

A nível das atividades desenvolvidas pelo CJL, destaca-se a realização de dois torneios para os escalões de Benjamins, Infantis e Iniciados, o 5º Torneio de Judo da Lourinhã e o 4º Torneio de Natal, que no seu conjunto, contaram com a participação de mais de 280 atletas em representação de 12 clubes.

Destaca-se, ainda a realização do 1º Internacional Judo Camp Lourinhã, evento realizado entre os dias 25 e 30 de junho e que contou com a presença de atletas do clube CSM Fusle Security Satu Mare, da Roménia e do Judo Clube de Lisboa.

De acordo com os dados apresentados, o programa permitiu, assim, abranger um total de 70 atletas (63 atletas federados e 7 atletas não federados), com diferentes faixas etárias, a saber:

- *64% com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos;*
- *13% entre os 11 e os 14 anos;*
- *13% entre os 15 e os 29 anos;*
- *10% com 30 anos e mais.*

No entanto, verifica-se que, não foram alcançados, nem concretizados, todos os objetivos propostos pelo Clube de Judo da Lourinhã, como sendo o caso de algumas ações específicas que se encontravam definidas, no ponto 2, da Cláusula Primeira (Objeto do Contrato), nomeadamente:

- *Promoção a criação de vários núcleos do CJL nas diversas sedes de freguesias do Concelho da Lourinhã;*
- *Promoção a criação de aulas de judo destinada a pessoas com deficiência;*
- *Consolidar e expandir as aulas de judo de manutenção, para pessoas com mais de 35 anos;*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 5.000,00€, conforme expresso na Cláusula Segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

Esta comparticipação financeira atribuída pelo Município da Lourinhã permitiu ao CJL fazer face a 41% das despesas totais que teve com a execução deste programa, sendo um importante contributo para a persecução dos objetivos propostos e alcançados.

As despesas totais efetuadas foram de 12.108,68€, verificando-se um decréscimo no valor de



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

10.818,32€, face aos 22.927,00€ que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada.

Este decréscimo no valor das despesas, reflete uma adaptação do clube à sua realidade financeira, realçando-se o facto de, os proveitos / receitas obtidos a nível de autofinanciamento, conforme estava refletido na previsão orçamental da candidatura, terem ficado um pouco além dos valores previstos.

A dificuldade na obtenção de proveitos / receitas por parte do CJL condicionou a execução do projeto de desenvolvimento desportivo, levando à definição de novas prioridades por parte da associação e, há consequente redução de custos / despesas, que estão devidamente comprovadas no “Balancete Geral Mensal + Acumulado” e no “Balancete Razão Mensal + Acumulado”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

O Relatório de Atividades e Contas do Ano de 2018 obteve parecer favorável do Conselho Fiscal do CJL, apresenta uma demonstração de resultados por naturezas com um resultado líquido do período positivo de 1.056,43 € e, foi aprovado pela Assembleia Geral realizada no dia 14 de março de 2019, conforme expresso na Ata n.º 15.

5º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala, que possa pôr em causa a aprovação do referido relatório.

6º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução referente ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã para o Ano Civil de 2018.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexos:

- Documento designado por “Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao Ano Civil de 2018” e respetiva documentação anexa, com o registo de entrada n.º 2867 de 29/03/2019, entregue pelo Clube de Judo da Lourinhã.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Correio eletrónico enviado pelo Serviço de Desporto e Saúde, a 15/04/2019, com o registo de saída n.º 20204 de 10/05/2019, a solicitar ao Clube de Judo da Lourinhã a entrega de documentação.*
- *Correio eletrónico enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã, no dia 30/04/2019, com o registo de entrada n.º 4214 de 10/05/2019, contendo documentos anexos.”*

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

PONTO 10 – N.º 7364/2019, DE 17/06 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELO HÓQUEI CLUBE DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1º - *A associação designada por **Hóquei Clube da Lourinhã – HCL** entregou através do ofício 45-18/19 de 23/04/2019, com o registo de entrada n.º 3933 de 02/05/2019, os documentos denominados por Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao Ano Civil de 2018.*

2º - *O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2018, celebrado entre o Município da Lourinhã e o Hóquei Clube da Lourinhã a 16/07/2018, estabelece na sua Cláusula Sétima (Obrigações do Hóquei Clube da Lourinhã), ponto 3, a apresentação de relatórios semestrais que demonstrem o desenvolvimento do projeto e, no ponto 4, a apresentação de um Relatório Final de Execução da Atividades Desenvolvidas, a ser entregue no prazo máximo de 90 dias a contar da data de conclusão do referido do Programa de Desenvolvimento Desportivo.*

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, constata-se que a entrega do mesmo, apenas ocorreu no dia 02/maio/2019, conforme registo de entrada, e, após já ter terminado o prazo de entrega definido no referido contrato-programa, encontrando-se a associação em incumprimento do prazo definido, ao abrigo do ponto 5, da referida Cláusula Sétima.

Relativamente à questão da apresentação dos relatórios semestrais por parte do HCL, não há qualquer indicação, neste serviço, de que os mesmos tenham sido entregues pela associação.

3º - *Estando este serviço na posse de toda a documentação necessária, procede-se à avaliação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2018 informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O prazo de execução inicial previsto na candidatura (iniciar a 01/janeiro/2018 e terminar a 31/dezembro/2018) foi integralmente cumprido pela associação.

No que concerne ao objeto do referido contrato-programa, conforme Cláusula Primeira (Objeto do Contrato), considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela associação, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas durante a época desportiva 2017/2018 e iniciado uma nova época desportiva 2018/2019, nomeadamente através da promoção e desenvolvimento das modalidades de carácter federado (o Hóquei em Patins (formação), a Patinagem Artística (competição), a Ginástica de Iniciação e Acrobática), bem como, as diversas modalidades desportivas não federadas existentes na associação, como sendo o caso da iniciação ao Hóquei em Patins, do Karaté, do Ballet e do Pilates Clínico, junto da população local.

De referir que, no início da época desportiva 2018/2019, verificou-se a sessação das modalidades de Taekwon-do, do Krav Maga, da Dança Oriental e da Dança Criativa face à redução / falta de inscrições de atletas / praticantes nestas modalidades.

A nível das modalidades / atividades desenvolvidas pelo HCL destacam-se:

Modalidades federadas:

• **Hóquei em Patins:**

- Equipa de **Bambis** – 4 atletas federados
- Época 2017/2018 participação em:
 - Taça APL de Bambis – 1ª Fase - Série B – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 5º Lugar;
 - Torneio de Encerramento de Bambis – 1ª Fase – Série C – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 6º Lugar;
- Equipa de **Benjamins** – 10 atletas federados
- Época 2017/2018 participação em:
 - Torneio Educar, Formar e Jogar de Benjamins – Série F - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 1º Lugar;
 - Torneio Educar, Formar e Jogar de Benjamins – 2ª Fase - Grupo 1 - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;
 - Taça APL de Benjamins – 1ª Fase - Série A – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;
 - Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.
- Época 2018/2019 participação em:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Encontros Distritais / Regionais de Benjamins – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
- *Jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Escolares** – 15 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Escolares – Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 2º Lugar;*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Escolares – 2ª Fase - Grupo 2 - Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 3º Lugar;*
 - *Taça APL de Escolares – 1ª Fase - Série C – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 4º Lugar;*
 - *Torneio Encerramento de Escolares – 1ª Fase – Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa - 3º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*
 - *Torneio Educar, Formar e Jogar de Escolares – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Taça APL de Escolares - 1ª Fase*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-13** – 11 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 – 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - 3ª Fase – Série R (9º ao 12º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-13 – 1ª Fase – Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 1º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-13 – 2ª Fase - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Campeonato Distrital / Regional de Sub-13 - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
- *Jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-15** – 0 atletas federados (**nota:** os atletas transitaram para a equipa de Sub-17 na época seguinte)*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-15 - 3ª Fase - Série U (25º ao 28º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 1º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-15 – 1ª Fase - Série B - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 2º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-15 – 2ª Fase - Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 3º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Equipa de **Sub-17** – 9 atletas federados*
- *Época 2017/2018 participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 1ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 2ª Fase - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 - 3ª Fase - Série O (17º ao 20º Class.) - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 4º Lugar;*
 - *Taça APL de Sub-17 – 1ª Fase - Série C - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 5º Lugar;*
 - *Taça Prof. João Campelo de Sub-17 – 1ª Fase - Série A - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa – 4º Lugar;*
 - *Participação em diversos Torneios e jogos amigáveis.*
- *Época 2018/2019 participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-17 – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Jogos amigáveis.*
 - *Equipa de **Sub-20** – 8 atletas federados*
 - *A equipa foi formada na época 2018/2019, com participação em:*
 - *Campeonato Distrital / Regional de Sub-20 – organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Jogos amigáveis.*
 - **Patinagem Artística** – 43 atletas federados
 - *Participação em testes de iniciação nos níveis I, II, III, IV - organizados pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Participação na Taça Cidade de Lisboa - organizado pela Associação de Patinagem de Lisboa;*
 - *Participação / organização do DinoPatim, realizado no Hóquei Clube da Lourinhã;*
 - *Participação em diversos saraus, torneios e outros eventos.*
 - **Ginástica Acrobática** - 59 atletas federados (Classe: Acrogym Enigmas)
 - *Participação no “Gym For Live 2018” e no “Portugal Gym 2018”, organizado pela Federação de Ginástica de Portugal;*
 - *Participação no “Lourigym 2018” e nas “Festas do Concelho”, organizado pelo Município da Lourinhã;*
 - *Participação no “Eurogym 2019”, realizado na cidade de Liège – Bélgica;*
 - *Participação em diversos saraus, demonstrações / exposições e outros eventos.*
 - **Ginástica de Iniciação** - 69 atletas federados (Classe: Bamby Gym)
 - *Participação no “Gym For Live 2018” e no “Portugal Gym 2018”, organizado pela Federação de Ginástica de Portugal;*
 - *Participação no “Lourigym 2018” e nas “Festas do Concelho”, organizado pelo Município da Lourinhã;*
 - *Participação no “Eurogym 2019”, realizado na cidade de Liège – Bélgica;*
 - *Participação em diversos saraus, demonstrações / exposições e outros eventos.*
- Modalidades / atividades não federadas:
- *Promoção das seguintes modalidades desportivas, com a participação pontual em algumas demonstrações e outros eventos:*
 - *Hóquei em Patins (Iniciação) – 15 atletas não federados;*
 - *Patinagem Artística (Iniciação) – 17 atletas não federados;*
 - *Baby Gym – 2 atletas não federados*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019

Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- *Ballet – 16 atletas não federados;*
- *Karaté - 12 atletas não federados;*
- *Pilates Clínico – 32 atletas não federados.*

Realização de eventos desportivos:

- *18º Sarau do Hóquei Clube da Lourinhã – realizado no dia 23 de junho, contou com a participação de cerca 300 atletas;*
- *Festa Final de Ano “Ballet” – realizado no dia 24 de junho, contou com a participação dos atletas da classe ballet;*
- *“DinoPatim” Festival de Patinagem Artística – realizado em julho, contou com a participação de 300 atletas.*

De acordo com os dados apresentados, o Programa de Desenvolvimento Desportivo permitiu abranger um total de 322 atletas (228 são atletas federados), com diferentes faixas etárias, a saber:

- *2% com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos*
- *39% entre os 5 e os 9 anos;*
- *36% entre os 10 e os 14 anos;*
- *13 % entre os 15 e os 19 anos;*
- *1% entre os 20 e os 39 anos;*
- *9% com mais de 40 anos.*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 25.000,00€, conforme expresso na cláusula segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

Esta comparticipação financeira permitiu ao HCL fazer face a 26% das despesas totais que o teve com a execução deste programa, sendo um contributo importante para a persecução dos objetivos propostos e alcançados pela associação.

As despesas totais efetuadas com a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo foram de 94.677,53€, verificando-se um decréscimo no valor de 34.977,47€, face aos 129.655,00€ que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada.

Verificaram alguns desvios financeiros significativos, mas os mesmos não colocam em causa a execução do projeto de desenvolvimento desportivo, pois encontram-se devidamente justificados no presente relatório.

As variações nos centros de custos relativamente aos valores orçamentados / valores realizados derivam do normal desenrolar das duas épocas desportivas abrangidas pelo projeto,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

estando, também associados à consequente cessação de algumas modalidades desportivas na associação.

Os custos inerentes à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo estão distribuídos em 92% correspondente às modalidades federadas (27% de custos correspondentes à formação do Hóquei em Patins, 15% à Patinagem Artística, 31% à Ginástica de Iniciação (classe: Bambi Gym), 19% à Ginástica Acrobática (classe: Acrogym Enigmas)) e os restantes 8% dos custos correspondem às outras modalidades / atividades não federadas, estando devidamente comprovadas no “Balancete Geral - 2018”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

Segundo o Relatório e Contas apresentado, a demonstração de resultados por naturezas, apresenta um resultado líquido do período negativo de 18.451,20€.

O Relatório e Contas 2018, apresentados pelo HCL, obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal dessa associação e foram apreciados e aprovados em Assembleia Geral realizada no dia 29/03/2019, conforme expresso na Ata n.º 32.

4º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala que impeça a sua aprovação.

5º - Ressalva

Ressalva-se, a necessidade de maior celeridade, por parte do HCL, na apresentação e cumprimento dos prazos de entrega do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas.

6º - Parecer:

*Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução referente ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município da Lourinhã e a Associação Hóquei Clube da Lourinhã, para o ano civil de 2018.*

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- *Ofício n.º 45-18/19 de 23/04/2019, com o registo de entrada n.º 3933 de 02/05/2019,*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

enviado pelo Hóquei Clube da Lourinhã, contendo o Relatório Final de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo referente ao ano civil de 2018 e respetivos documentos anexos.”

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** não participou na discussão e votação deste assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

PONTO 11 – N.º 4857/2019, DE 18/04 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE O RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ANO CIVIL 2018, ENTREGUE PELA ZS - GRUPO DESPORTIVO CULTURAL RECREATIVO E SOCIAL DE ZAMBUJEIRA E SERRA DO CALVO:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

1º - A instituição designada por ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo entregou, através de ofício datado de 29/03/2019, com o registo de entrada n.º 2871 de 29/03/2019, os documentos denominados por Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo referente ao ano de 2018.

2º - O Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018 celebrado a 21/12/2018, entre o Município de Lourinhã e a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, estabelece na Cláusula Sétima (Obrigações da Associação), ponto 3, “apresentar, no prazo de 90 dias a contar da data da conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, um Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas, onde conste a comparação entre os custos estimados e efetivamente realizados e respetivos documentos comprovativos das despesas efetuadas, a análise dos objetivos e das finalidades específicas traçados e alcançados e os documentos contabilísticos previstos na legislação aplicável, nomeadamente no regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, abreviadamente designadas por ESNL.”.

Dado que o Programa de Desenvolvimento Desportivo teve o seu término a 31/dezembro/2018, constata-se que a entrega do Relatório Final de Execução ocorreu dentro do prazo definido.

3º - Estando este serviço na posse de toda a documentação necessária, procede-se então à avaliação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018 informando-se que, na generalidade, o mesmo traduz a concretização do programa de desenvolvimento desportivo a que diz respeito.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O prazo de execução previsto na candidatura (iniciar a 01/janeiro/2018 e terminar a 31/dezembro/2018) foi integralmente cumprido pela instituição.

No que concerne ao objeto do contrato, conforme Cláusula Primeira (Objeto do Contrato) do referido contrato-programa, considera-se que a nível dos objetivos propostos, estes foram cumpridos e atingidos pela instituição, tendo sido dada continuidade às atividades desenvolvidas durante a época desportiva 2017/2018 e iniciado uma nova época desportiva 2018/2019, nomeadamente através da promoção e desenvolvimento, junto da população local, das modalidades de futsal (vertente de formação e a vertente federada que foi retomada na Época 2018/2019), do Atletismo, dos Matraquilhos e do BTT.

A nível das atividades desenvolvidas pela ZS destacam-se as participações nas seguintes modalidades desportivas:

- *Futsal (Federados) – Época 2018/2019*
 - o *Participação com o escalão de Juniores “C”, no Campeonato Distrital Feminino Juniores “C” de Futsal, organizado pela Associação de Futebol de Lisboa;*
 - o *Participação com o escalão de Juniores “C”, em diversos jogos de preparação / amigáveis;*
- *Futsal (Formação / Academia)*
 - o *Participação em diversos jogos de preparação / amigáveis;*
- *Atletismo*
 - o *Participação no 26º Troféu Municipal de Atletismo, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS alcançou coletivamente o 2º lugar;*
 - o *A participação em diversas provas de âmbito regional / nacional, promovidas por outras associações / clubes.*
- *Matraquilhos*
 - o *Participação no 6º Campeonato Municipal de Matraquilhos, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS alcançou as seguintes classificações:*
 - ✓ *Escalão de Veteranos – 1º lugar;*
 - ✓ *Classificação Coletiva – 3º lugar;*
 - ✓ *Supertaça Escalão “Veteranos” – 1º lugar.*
- *BTT*
 - o *Participação no 19º Campeonato Municipal de BTT, organizado pelo Município da Lourinhã, onde a ZS não se classificou coletivamente, por não ter participado coletivamente no número mínimo de provas pontuáveis desse troféu.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

De acordo com os dados apresentados, o Programa de Desenvolvimento Desportivo permitiu abranger um total de 77 atletas, dos quais 17 eram atletas federados e os restantes 60 atletas não federados, com diferentes faixas etárias, a saber:

- 10% com idades entre os 5 e os 9 anos;*
- 47% com idades entre os 10 e os 14 anos;*
- 7% com idades entre os 15 e os 19 anos;*
- 4% com idades entre os 20 e os 34 anos;*
- 14% com idades entre os 35 e os 49 anos;*
- 18% com mais de 50 anos.*

A nível financeiro, a execução do programa de desenvolvimento desportivo foi comparticipada pela Câmara Municipal em 5.000,00€, conforme expresso na cláusula segunda (Comparticipação Financeira) do contrato-programa.

As despesas totais efetuadas com a execução do contrato-programa foram de 7.738,42 €, verificando-se um decréscimo no valor de 1.131,58 €, face aos 8.870,00 € que estavam inicialmente orçamentados na candidatura apresentada e que foram tidos em consideração, para efeitos de apoio financeiro no âmbito do contrato-programa.

No que concerne à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo verifica-se que, o desvio financeiro ocorrido não põe em causa a realização do projeto, verificando-se, apenas, ligeiras variações nos centros de custos relativamente aos valores orçamentados / valores realizados, que derivam do normal desenrolar das duas épocas desportivas abrangidas pelo projeto e de um maior rigor orçamental implementado pela instituição.

A comparticipação financeira atribuída permitiu à ZS fazer face a 65% das despesas totais que teve com a execução deste programa, acabando por ser um contributo bastante importante na persecução dos objetivos propostos e alcançados.

Os custos inerentes à realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo estão devidamente comprovados no “Balancete Geral - 2018” e no “Balancete por Valências”, onde consta a descrição das rubricas e os respetivos centros de custo.

O Relatório e Contas referem na demonstração de resultados por naturezas, um resultado líquido do período positivo de 63.163,93 €.

O “Relatório de Atividades” e o “Relatório e Contas 2018”, apresentados pela ZS obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal dessa associação e foram apreciados e aprovados em Assembleia Geral realizada no dia 24/03/2019, conforme Ata n.º 32 que consta na documentação anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

4º - Conclusão:

No seguimento da apreciação global efetuada ao Relatório Final de Execução do Contrato-Programa apresentado, bem como da documentação contabilística anexa, conclui-se que o contrato-programa foi cumprido e executado de acordo com o estabelecido, não se verificando nenhuma situação anómala, que possa pôr em causa a aprovação do referido relatório.

5º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação do Relatório Final de Execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2018, apresentado pela ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- Ofício datado de 29/03/2019, apresentado pela ZS, com o registo de entrada n.º 2871 de 29/03/2018 e contendo os documentos denominado por Relatório Final de Execução do Contrato- Programa de Desenvolvimento Desportivo, referente ao ano de 2018.”

A Câmara deliberou aprovar o Relatório Final em causa, que se anexa à Minuta da Ata, com base na informação supratranscrita.

PONTO 12 – N.º 1987/2019, DE 11/02 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A CANDIDATURA AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO CIVIL DE 2019, APRESENTADA PELO CLUBE DE JUDO DA LOURINHÃ:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumre-me informar o seguinte:

1º - A associação designada por **Clube de Judo da Lourinhã (CJL)** entregou o ofício datado de 30/11/2018, com o registo de entrada n.º 13462 de 27/12/2018, contendo os documentos denominados por Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2018.

2º - Após uma primeira apreciação efetuada por este serviço, a candidatura não apresentava toda a documentação necessária, tendo sido solicitado a apresentação da documentação em falta, através de correio eletrónico enviado a 18/01/2019, com o registo de saída n.º 3547 de 21/01/2019.

O Clube de Judo da Lourinhã entregou os documentos solicitados, através de ofício datado de 25/01/2019, com o registo de entrada n.º 940 de 30/01/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

3º - No que concerne à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019, informo que a mesma traduz a concretização de um programa de desenvolvimento desportivo, no qual a associação pretende obter apoio da CML para a concretização das suas atividades.

A candidatura foi elaborada com base no disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, e apresenta as seguintes características:

A. Descrição, Caracterização e Fundamentação do projeto:

O Clube de Judo da Lourinhã é uma associação sem fins lucrativos que vocaciona a sua atividade para a vertente desportiva, procurando dar resposta às necessidades da população do concelho da Lourinhã.

O projeto desportivo apresentado destina-se exclusivamente à modalidade de judo e abarca diversas faixas etárias, com especial incidência nas camadas mais jovens, onde os atletas têm idades compreendidas entre:

- 4 e os 14 anos – 77%;
- 14 e os 19 anos – 13% ;
- Mais de 20 anos – 10%.

É direcionado para duas vertentes específicas, a de formação com a existência de cerca de 7 atletas não federados e a vertente de competição que conta com um total de 63 atletas federados nos seus quadros competitivos nos Escalões de Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis, Cadetes, Juniores, Seniores e Veteranos.

Trata-se, assim, de um projeto de desenvolvimento e fomento da prática do judo junto da população do concelho, que pretende contribuir para o enriquecimento e inclusão social dos mais jovens, através da ocupação dos seus tempos livres pela prática do exercício físico e desportivo.

B. Objetivos propostos:

- Promover a consolidação das estruturas atuais e a expansão da modalidade (na vertente de Iniciação / formação e de competição) junto da população do concelho, contribuindo para a sua formação humana e integral;
- Desenvolver a modalidade de judo, mantendo todos os escalões do clube nas competições em que estão inseridos, com especial incidência na formação e evolução desportiva dos atletas.
 - Na vertente de recreação / lazer (Iniciação / formação) – Desenvolver e promover o crescimento do judo, privilegiando a iniciação e a aprendizagem dos jovens atletas,



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

através da participação em diversas atividades e eventos de índole local, regional e nacional;

○ *Na vertente de competição (rendimento) – privilegiar a formação de atletas com capacidade competitiva capaz de integrar competições de nível federado de âmbito distrital e nacional, onde os resultados são o principal elo da sua formação.*

- *Incrementar a adoção de hábitos de vida saudáveis, promovendo a saúde, o lazer, a qualidade de vida e a inclusão social dos mais jovens;*
- *Aumentar o número de atletas de competição em termos quantitativos e qualitativos;*

C. Atividades específicas a desenvolver:

- *Participar nas competições oficiais, organizadas pela Associação de Judo de Lisboa, com os escalões de formação (Benjamins, Infantis e Iniciados);*
- *Participar nas competições oficiais, organizadas pela Associação de Judo de Lisboa e da Federação Portuguesa de Judo, com os escalões de Juvenis, Cadetes, Juniores, Seniores e Veteranos;*
- *Participar com os diversos escalões de iniciação / formação e com os escalões federados (competição) em convívios, estágios, eventos e torneios para os quais forem convidados, representando e elevando o bom nome do concelho da Lourinhã e do Clube;*
- *Promover e organizar:*
 - ✓ *6º Torneio do Clube de Judo da Lourinhã;*
 - ✓ *2º Estágio Internacional do CJL;*
 - ✓ *5º Torneio de Natal do CJL;*

D. Previsão de Custos e das necessidades de financiamento público:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo está orçamentado no valor global de 26.787,00 €, sendo o valor do apoio solicitado à CML de 9.000,00 €.

No entanto, o valor total orçamentado pelo CJL contempla custos no valor de 2.022,00€, que não são abrangidos, nem enquadráveis, no âmbito do contrato-programa, como sendo o caso de outras despesas gerais da própria associação.

Neste sentido, o valor orçamentado para efeito do contrato-programa, deverá ser de 24.765,00€.

E. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana:

No que se refere ao grau de autonomia financeiro, o Programa de Desenvolvimento Desportivo está, segundo a previsão apresentada, dependente em 46% de financiamento público (CML), o que reflete a importância deste tipo de financiamento para a concretização das atividades previstas, sem o qual, as mesmas serão difíceis de concretizar na sua plenitude.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O restante financiamento previsto é proveniente em 54% de auto-financiamento (mensalidades, quotas e joias, etc.).

No que se refere à capacidade técnica e humana demonstrada, capaz de efetuar o devido acompanhamento dos atletas envolvidos em cada escalão de competição, a associação apenas possui um treinador de nível 1 nos seus quadros técnicos (treinadores), não existindo qualquer referência aos quadros clínicos de apoio.

A nível de infraestruturas desportivas, o Clube de Judo da Lourinhã não possui instalações desportivas próprias para o desenvolvimento da sua atividade, contando para o efeito, com o apoio do Município da Lourinhã na cedência de utilização, a título gratuito, do Pavilhão Gimnodesportivo da Casa do Povo da Lourinhã.

No capítulo das viaturas, a associação dispõe de uma carrinha de 9 lugares, contando ainda, com os transportes particulares dos próprios atletas e do quadro técnico para deslocação às competições / eventos.

F. Execução do Projeto:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado teve início a 01 de janeiro de 2019 e terminará a 31 de dezembro de 2019, encontrando-se atualmente a decorrer.

4º - Conclusão:

Relativamente à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para a ano civil de 2019, estão reunidas as condições para a sua aprovação, por manifesta relevância do programa apresentado para o desenvolvimento do fomento desportivo no concelho da Lourinhã.

5º - Proposta:

5.1 - Propõe-se que a Câmara Municipal de Lourinhã efetue o devido acompanhamento, controlo e avaliação da execução do Projeto de Desenvolvimento Desportivo, devendo o Clube de Judo da Lourinhã apresentar:

*Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas e todos os documentos contabilísticos que lhe sejam solicitados e que traduzam a real situação do financiamento atribuído, por parte da Câmara Municipal de Lourinhã, num prazo máximo de **90 dias** a contar da data de conclusão do programa de desenvolvimento desportivo (ao abrigo do ponto 5 do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01/Outubro).*

5.2 – Propõe-se, ainda, que o Serviço de Contratos, Notariado e Expropriações da autarquia, desenvolva os procedimentos necessários, a saber:

- Averiguação e análise da documentação anexa, complementar à candidatura e, que é*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

essencial à celebração do referido contrato-programa;

- *Elaboração de minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, a celebrar entre o Município da Lourinhã e o Clube de Judo da Lourinhã.*

6º - Parecer:

*Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação da Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, submetendo-se, à consideração superior, o eventual apoio financeiro a atribuir no âmbito deste programa e mediante a disponibilidade orçamental existente.*

7º - Ressalva:

Ressalva-se, a necessidade de informar que, a celebração de um novo Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, ficará condicionada à apresentação obrigatória, por parte do Clube de Judo da Lourinhã, do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas referente ao contrato-programa do ano civil de 2018.

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexos:

- *Ofício datado de 30/11/2018 contendo o Formulário de Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo e documentos anexos, com o registo de entrada n.º 13462 de 27/12/2018, enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã.*
- *Correio eletrónico enviado pelo Serviço de Desporto e Saúde, no dia 18/01/2019, com o registo de saída n.º 3547 de 21/01/2019, a solicitar ao Clube de Judo da Lourinhã a entrega de documentação.*
- *Ofício datado de 25/01/2019 enviado pelo Clube de Judo da Lourinhã e, contendo Documentos, com o registo de entrada n.º 940 de 30/01/2019.”*

Parecer do Sr. Vereador José Tomé, de 11/07/2019: *“Considerando a atividade desenvolvida pelo Clube de Judo da Lourinhã e a relevância do programa apresentado para o desenvolvimento desportivo do concelho, destacando a realização de dois torneios e um estágio internacional, proponho que seja atribuído um apoio financeiro de 7,000,00€ (sete mil euros) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Desportivo para 2019.*

À CF para cabimento e posterior envio à CM.”

A Câmara deliberou aprovar a respetiva Candidatura, com base e nos termos da informação supratranscrita e no parecer do Sr.º Vereador José Tomé, datado de 11.07.2019.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

PONTO 13 – N.º 1167/2019, DE 24/01 – EMISSÃO DE PARECER SOBRE A CANDIDATURA AO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O ANO CIVIL DE 2019, APRESENTADO PELA ZS - GRUPO DESPORTIVO CULTURAL RECREATIVO E SOCIAL DE ZAMBUJEIRA E SERRA DO CALVO:

“Em relação ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:

*1º - A instituição designada por **ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo** entregou, através de ofício datado de 26/12/2018, os documentos denominados por Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo - Ano Civil de 2019, com o registo de entrada n.º 13 de 02/01/2019.*

2º - No que concerne à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019, informo que a mesma traduz a concretização de um programa de desenvolvimento desportivo de continuidade, no qual a instituição pretende obter apoio da CML para a concretização das suas atividades desportivas.

A candidatura foi elaborada com base no disposto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro, e apresenta as seguintes características:

A. Descrição, Caracterização e Fundamentação do projeto:

A ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, conforme declaração de 09/jan./2019, emitida pela Direção-Geral de Segurança Social e, de acordo com alteração de estatutos de 11/junho/2018, que vocaciona a sua atividade na vertente desportiva, cultural, recreativa e de apoio social, procurando dar resposta às necessidades da população do concelho da Lourinhã. Este projeto abrange diversas modalidades desportivas, como o atletismo, os matraquilhos e o futsal (formação e competição), abarcando um total de 61 atletas, dos quais 15 são atletas federados, de diversas faixas etárias, a saber:

- Dos 5 aos 9 anos – 3%*
- Dos 10 aos 14 anos - 46%;*
- Dos 15 aos 19 anos – 18%;*
- Dos 20 aos 39 anos – 5%;*
- Dos 40 aos 49 anos – 7%;*
- Mais de 50 anos – 21%*

O Futsal é a principal modalidade desportiva da instituição, estando, na presente época desportiva 2018/2019, direcionado para a vertente de formação com uma academia e diversos atletas não federados, assim como, na vertente de competição com a existência de uma equipa feminina federada.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Trata-se, assim, de um projeto de continuidade desportiva de desenvolvimento e fomento da prática do futsal e das restantes modalidades desportivas existentes na instituição (atletismo e matraquilhos) junto da população do concelho, que pretende contribuir para o enriquecimento e inclusão social das pessoas, através da ocupação dos seus tempos livres pela prática do exercício físico e desportivo.

B. Objetivos propostos:

- Desenvolver e promover junto da população, as modalidades de futsal (formação), atletismo e matraquilhos, contribuindo para a formação humana e integral dos mais jovens;*
- Incrementar a adoção de hábitos de vida saudáveis, promovendo a saúde, o lazer, a qualidade de vida e a inclusão social;*
- Aumentar o número de atletas em termos quantitativos e qualitativos;*
- Desenvolver as atividades existentes na instituição, mantendo todos os escalões nas competições em que estão inseridos, com especial incidência na formação e evolução desportiva dos atletas.*

o Na vertente de recreação / lazer / competição – Privilegiar a participação dos atletas nas modalidades em que estão inseridas (futsal (formação), atletismo e matraquilhos), através da participação em diversas atividades e eventos de índole local, regional e nacional.

o Na vertente de competição (rendimento) – privilegiar a formação de jovens atletas com capacidade competitiva capaz de integrar competições de nível federado de âmbito distrital e nacional, onde os resultados são o principal elo da sua formação, na modalidade de Futsal (equipa feminina federada).

C. Atividades específicas a desenvolver:

- Participar com a equipa feminina federada de Juniores “C”, no Campeonato Distrital Feminino, organizado pela Associação de Futebol de Lisboa;*
- Participar com as equipas de futsal da academia (formação) em jogos / convívios, eventos e torneios para os quais forem convidados, representando e elevando o bom nome do concelho da Lourinhã e da instituição.*
- Participar com a equipa de atletismo no 27º Troféu Municipal de Atletismo, organizado pelo Município da Lourinhã;*
- Participar com a equipa de matraquilhos no 7º Campeonato Municipal de Matraquilhos, organizado pelo Município da Lourinhã;*

D. Previsão de Custos e das necessidades de financiamento público:

O Programa de Desenvolvimento Desportivo está orçamentado no valor global de 20.320,00 €.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

No entanto, realça-se que o facto do valor respeitante ao desenvolvimento e fomento das modalidades desportivas ser de apenas 11.670,00 €, existindo, assim, uma diferença de 8.650,00 € em relação ao valor global orçamentado, que é respeitante a outros custos (despesas gerais) e que não são abrangidos pela comparticipação do contrato-programa.

O valor de apoio solicitado à CML pela instituição é de 8.128,00 €.

E. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica material e humana:

No que se refere ao grau de autonomia financeiro, o Programa de Desenvolvimento Desportivo está, segundo a previsão apresentada, dependente em 42% de financiamento público (CML e Junta de Freguesia), o que reflete a importância deste tipo de financiamento para a concretização das atividades previstas, sem o qual, as mesmas serão difíceis de concretizar na sua plenitude.

O restante financiamento previsto é proveniente de 28% em auto-financiamento (mensalidades, quotas, joias e donativos de sócios), 20% em financiamento externo (donativos e patrocínios) e 10% de outras fontes de financiamento da própria instituição.

No que se refere à capacidade técnica e humana demonstrada, a instituição dispõe de recursos humanos, que demonstram capacidade para efetuar o devido acompanhamento dos atletas envolvidos em cada modalidade, a saber:

- Um Treinador de Futsal (Equipa Feminina federada) – Nível I e Licenciatura em Professores de Ensino Básico – variante de Educação Física;*
- Um Treinador de Futsal (Academia e formação) – Licenciatura em Educação Física;*
- Um responsável pelo Atletismo – sem formação específica;*
- Um responsável pelos Matraquilhos – sem formação específica;*

Já ao nível do apoio clínico, a candidatura apresentada não menciona qualquer tipo de apoio ou acompanhamento médico e clínico dos atletas envolvidos em cada escalão de formação / competição.

Ao nível de infraestruturas desportivas, a instituição não possui instalações desportivas próprias (pavilhão) para o desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente do futsal, estando a beneficiar da cedência gratuita de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo da Casa do Povo da Lourinhã, concedida pelo Município da Lourinhã.

No capítulo das viaturas, a instituição dispõe de duas carrinhas de 9 lugares, que asseguram o transporte dos seus atletas.

F. Execução do Projeto:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado teve início no dia 01 de janeiro de 2019 e terminará a 31 de dezembro de 2019, encontrando-se atualmente a decorrer.

3º - Conclusão:

Relativamente à Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil 2019, estão reunidas as condições para a sua aprovação, por manifesta relevância do programa apresentado para o desenvolvimento do fomento desportivo no concelho da Lourinhã.

4º - Proposta:

4.1 - Propõe-se que a Câmara Municipal da Lourinhã efetue o devido acompanhamento, controlo e avaliação da execução do Projeto de Desenvolvimento Desportivo, devendo a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo apresentar:

- Relatório Final de Execução das Atividades Realizadas e todos os documentos contabilísticos que lhe sejam solicitados e que traduzam a real situação do financiamento atribuído, por parte da Câmara Municipal da Lourinhã, num prazo máximo de **90 dias** a contar da data de conclusão do programa de desenvolvimento desportivo (ao abrigo do ponto 5 do artigo 19º, do Decreto-Lei n.º 273/2009 de 01/Outubro).

4.2 – Propõe-se, ainda, que o Serviço de Contratos, Notariado e Expropriações da autarquia, desenvolva os procedimentos necessários, a saber:

- Averiguação e análise da documentação anexa, complementar à candidatura e, que é essencial à celebração do referido contrato-programa;
- Elaboração da minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Ano Civil de 2019, a celebrar entre o Município de Lourinhã e a ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo.

5º - Parecer:

Face ao exposto na presente informação, o Serviço de Desporto e Saúde dá o seu **parecer favorável** à aprovação da Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019 submetendo-se, à consideração superior, o eventual apoio financeiro a atribuir no âmbito deste programa, mediante a disponibilidade orçamental existente.

6º - Ressalva:

Ressalva-se, a necessidade de informar que, a celebração de um novo Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para o ano civil de 2019, ficará condicionada à apresentação obrigatória, por parte da ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, do Relatório Final de Execução das Atividades Desenvolvidas referente ao contrato-programa do ano civil de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

Luís Miguel Henriques Mendes Calado

Anexo:

- *Ofício de 26/12/2018 enviado pela ZS - Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo, com o registo de entrada n.º 13 de 02/01/2019, contendo a Candidatura ao Programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao ano civil de 2019 e respetivos documentos anexos.”*

Parecer do Sr. Vereador José Tomé, de 15/07/2019: “Considerando a atividade desenvolvida pelo ZS – Grupo Desportivo Cultural Recreativo e Social de Zambujeira e Serra do Calvo e a relevância do programa apresentado para o desenvolvimento desportivo do concelho, destacando as várias modalidades que desenvolve (futsal, matraquilhos e atletismo), proponho que seja atribuído um apoio financeiro de 8,000,00€ (oito mil euros) no âmbito do Programa de Desenvolvimento Desportivo para 2019.

À CF para cabimento e posterior envio à CM.”

A Câmara deliberou aprovar a respetiva Candidatura, com base e nos termos da informação supratranscrita e no parecer do Sr.º Vereador José Tomé, datado de 15.07.2019.

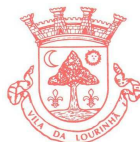
DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - GABINETE TÉCNICO:

PONTO 14 – N.º 7556/2019, DE 19/06 – TRABALHOS COMPLEMENTARES N.º 2 - EMPREITADA "REABILITAÇÃO DA EB 23 DR. AFONSO RODRIGUES PEREIRA" (ART.º 370.º DO CCP) / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE, DATADO DE 01/07/2019, QUE CONCORDOU COM:

- a) A aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º2;
- b) O envio à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município;
- c) O envio ao **CNE/DAG** para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

“1 - Enquadramento

- 1 - Empreitada "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira”;
- 2 - Adjudicatário - Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal, Lda.;
- 3 - Preço contratual – 619.374,20€;
- 4 - Auto de Consignação – 08/10/2018;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

5 - Prazo limite para reclamação de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos do n.º 3 do artigo 378.º do CCP, com as suas posteriores alterações - 07/12/2018

6 - Trabalhos Complementares n.º1 (Inf. n.º 4327/2019 de 05/04/2019) – 22.044,91€ (3,56%);

7 - O empreiteiro Pinto e Miranda - Engenharia e Construção, Lda., da empreitada de "Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira", vem via e-mail, **apresentar lista de trabalhos complementares, necessários ao suprimento de erros e omissões detetados durante a execução da obra.**

8 – Na data de 16/05/2019 em reunião com o Projetista "Camilo e Dulce, Lda." na sede do Município, a Fiscalização solicitou esclarecimentos dos referidos erros e omissões do caderno de encargos apresentados pelo empreiteiro para que o mesmo se pronunciasse ao abrigo da assistência técnica do projeto.

9 - Analisados a lista de trabalhos complementares apresentado pelo empreiteiro e a pronúncia dos mesmos pelo projetista, na qualidade de diretor de fiscalização, venho pelo presente informar superiormente quais os trabalhos complementares considerados essenciais e necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos em obra, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que resultam de circunstância não previstas, não sendo os mesmos técnica e economicamente separáveis do objeto do contrato, tipificados nos seguintes itens:

A - Mapa de omissões ao projeto

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Fornecimento de tampos em mármore, incluindo furações para os lavatórios, roda tampos inferior, bem como poleias de suporte e fixações, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	MI	29,50	170,00 € (PN)*	5.015,00 €
Fornecimento de tampos em mármore nos balneários, incluindo furações para os lavatórios, roda tampos inferior, bem como poleias de suporte e fixações, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.	MI	6,50	170,00 € (PN)*	1105,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.1 e 2.2 – A quantidade prevista é para Edifício Principal e Balneários. De acordo com o projetista, não foram considerados bancadas, pois o sistema de fixação dos lavatórios seria igual ao existente. De acordo com o previsto em Mapa de Quantidades, os lavatórios são de



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

encastrar. Assim sendo, a execução deste trabalho poderá ser aceite apenas com 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 3.060,00€.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Execução dos trabalhos de fornecimento e aplicação de tampas nas caixas de estores existentes, em material e acabamento idêntico à das tampas existentes.	Un	30	75,00 € (PN)*	2.250,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.3 – De acordo com o projetista, concorda com a substituição e com os valores praticados. As tampas existentes no bloco C estavam danificadas devido a infiltrações e humidade. Considerou a Fiscalização, verificando as condições atuais das tampas, em péssimo estado, seria de substituir por novas.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Execução dos trabalhos de fornecimento de vãos constituídos por caixilharia em alumínio anodizado à cor natural e vidro fosco, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento. ISm, ISf, ISP m/f. Verifica-se em obra a inexistência das folhas móveis destes vãos.	Un	3	215,00 € (PN)*	645,00 €
Execução dos trabalhos de fornecimento de vãos constituídos por caixilharia em alumínio anodizado à cor natural e vidro fosco, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento. ISm, ISf, ISP m/f. verifica-se em obra alguns vão danificados	Un	2	215,00 € (PN)*	430,00 €
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo				

Artigo 2.4 e 2.5 – A Fiscalização e o Empreiteiro depararam no início e decorrer da obra, à medida da disponibilização dos blocos, com a falta de vãos de caixilharia nas instalações sanitárias e balneários. Considerou a Fiscalização, e com concordância do projetista, o fornecimento dos vãos em falta, no valor total de 1.075,00€.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
Fornecimento e aplicação de	un	1	2.150,00 €	2.150,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

vão (VI1) em vidro laminado, e caixilho em madeira de pinho, de acordo com o mapa de vão, bem como todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento.			
* PC – Preço Contratual / PN – Preço Novo			

Artigo 2.6 – Este trabalho não consta da medição realizada para a obra, mapa de quantidades, estando previsto nas peças desenhadas de Arquitetura. Desta forma, a execução deste trabalho poderá ser aceite apenas com 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 1.075,00€.

DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PU	P TOTAL
No Art.º 10.1.13. Prevê uma Misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. Esta misturadora para poder funcionar necessita de um modulo de encastre estanque p/ misturadora de duche Kit1/2 Delabie com a seguinte ref. onde é feita a mistura da água.	un	27	151,70€	4.095,90€
No Art.º 10.1.13. Prevê uma Misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. No entanto e para que se conseguir um bom funcionamento ficou a faltar a haste de duche onde vai agarrar a pinha de chuveiro	un	27	104,00€	2.808,00€

Artigo 2.7 e 2.8 – De acordo com o previsto em mapa de quantidades, no Art.º 10.1.13. prevê-se o fornecimento e aplicação de misturadora temporizada, tipo Delabie-Tempomix, ref.790218, ou equivalente. No entanto este material necessita de mais acessórios que o complementam. Este trabalho trata-se de uma omissão no mapa de quantidade, uma vez que não consta da medição realizada para a obra, sendo apenas de 50% da responsabilidade do Dono de Obra, no valor de 3.451,95€.

Resumo:

TRABALHOS COMPLEMENTARES PROCESSO N.º 2



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

TRABALHOS	ACEITAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES	PREÇO DOS TRABALHOS COMPLEMENTARES	% DOS TRABALHOS
MAPA DE OMISSÕES DE PROJETO			
2.1 e 2.2	Parcialmente Aceite	3.060,00 €	0,49 %
2.3	Proposto pela Fiscalização	2.250,00 €	0,36 %
2.4 e 2.5	Proposto pela Fiscalização	1.075,00€	0,17 %
2.6	Parcialmente Aceite	1.075,00€	0,17%
2.7 e 2.8	Parcialmente Aceite	3.451,95€	0,56 %
TOTAL		10.911,95 €	1,76%

Perante a listagem acima identificada, formalizou-se o processo de trabalhos complementares para o suprimento de Erros e Omissões N.º2, à empreitada de “Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira”, considerando-se para os devidos efeitos a lista de trabalhos complementares que se anexo à presente informação, os quais foram analisado e identificados pelo projetista e fiscalização os essenciais para o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e conclusão da presente empreitada.

Mais se apurou que, **a responsabilidade pelos presente trabalhos complementares necessários para a execução desta empreitada é em alguns 50% do Dono de Obra outros a 100% do Dono de Obra**, por terem sido resultantes dos elementos elaborados ou disponibilizados por si ao empreiteiro. Dos artigos acima apresentados, existem trabalhos decorrentes de omissões com espécie similar a trabalhos contratualizados, em que o preço será conforme o contratualizado e outros novos propostos pelo empreiteiro, em consideração aos preços de mercado atuais.

Em suma, **o valor total referente ao Processo de trabalhos complementares para suprimentos de erros e omissões – Proc n.º2 é de 10.911,95€** (dez mil, novecentos e onze euros e noventa e cinco centimos), o qual corresponde a **1.76% do preço contratual** (619.374,20€ - preço contratual da empreitada), logo inferior ao estabelecido no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Assim sendo, o total de trabalhos complementares (TC n.º1 e TC n.º2) fica nos 32 963.99 €, o qual corresponde a 5.32% do preço contratual (619.374,20€- preço contratual



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

da empreitada), encontrando-se assim no limite da percentagem estabelecida no n.º 2 do artigo 370.º do CCP (10%).

Mais se informa que a par da necessidade de realização de trabalhos complementares, procedeu-se também à realização de **um auto de trabalhos a menos**, que soma a quantia de – **24.952,09€** (Anexo I).

Caso, os trabalhos referidos sejam passíveis de aprovação pelo Dono de Obra, os valores a considerar, resumem-se ao seguinte quadro:

Quadro Resumo de Valores			
Valor da Adjudicação		619.374,20 €	100,00%
Valor dos trabalhos a menos art.º379º		24.952,09 €	4,03 %
Trabalhos de suprimento de Erros e Omissões N.º1	A suportar pelo DO	22.044,91 €	3,56 %
	A suportar pelo EMP.	-	-
Trabalhos de suprimento de Erros e Omissões N.º2	A suportar pelo DO	10.911,95 €	1,76 %
	A suportar pelo EMP.	7.586,95 €	1,22 %
Cumprimento da alínea b) do ponto 2 do art.º370º (não exceder 10%)		32.956,86 €	5,32 %

A aprovação dos presentes trabalhos de suprimento de erros e omissões, não dilatará o prazo de execução da empreitada.

Conclusão:

Face ao exposto, **submete-se à consideração superior a aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º2**, que se apresenta em **anexo II**, à presente Informação, trabalhos complementares apresentados que revestem-se de espécie e quantidades estritamente necessários à integral execução do objeto do contrato.

Caso a mesma venha a merecer concordância do Dono de Obra (Câmara), será ordenada a sua execução ao empreiteiro, nos termos do n.º 2 do artigo 370º do CCP.

Submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

Mais de informa que, dever-se-á promover a necessária Adenda ao Contrato Inicial de Empreitada de obra pública de “Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira” n.º 029/2018, relativamente ao preço destes trabalhos complementares decorrentes do suprimento de erros e omissões – Proc n.º2, agora proposto.

Solicita-se ainda o posterior envio:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município;

- à **CNE/DAG** para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

À consideração superior.

O Técnico Superior

Pedro Rolim

Anexo I – Auto Trabalhos a Menos;

Anexo II - Mapa de Erros e Omissões n.º 2;”

Parecer do Sr. Vereador João Serra de 01/07/2019: ”Concordo. À Consideração do Sr. Presidente da CML.”

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 01/07/2019: “À CF para cabimento e posterior envio ao CNE.”

A Câmara deliberou, por maioria, ratificar o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 01/07/2019, que concordou com: **a)** A aprovação da lista de trabalhos complementares, para o suprimento de erros e omissões Processo n.º 2; **b)** O envio à Coordenação Financeira para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido esta lista de trabalhos complementares no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município; **c)** O envio ao CNE/DAG para providenciar a necessária Adenda n.º2 ao Contrato inicial.

Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

PONTO 15 – N.º 9150/2019, DE 26/07 - PROCESSO ERROS E OMISSÕES N.º3 – EMPREITADA DR. AFONSO RODRIGUES PEREIRA:

“No decorrer da empreitada foi detetado pela Fiscalização e reclamado pelo Empreiteiro, trabalhos complementares durante a execução do contrato, necessários para a conclusão da presente empreitada, tipificados nos seguintes itens:

1) incompatibilidades entre os trabalhos constantes no mapa de quantidades capítulo 17, manifestamente insuficientes para a correta implementação do sistema de segurança contra risco de incêndios necessário para o estabelecimento escolar em questão (Anexo I).

Verificando-se assim a necessidade de execução de trabalhos complementares para a correta instalação técnica do sistema de segurança contra risco de incêndios tais como:

a) aumento do número de bocas de incêndios incluindo ligação à conduta e sistema de drenagem;



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- b) complementaridade da compartimentação corta-fogo (estore corta fogo na zona de sujos, vãos corta fogo E45C e E30C, etc...), reforço do equipamento de SCIE (montagem de detetores termovelocímetros na zona da cozinha, equipamento com manómetros com pressostatos difusores para hote grelhadores e fogões incluindo tubagem fireline e canalização de inox, acantonamento de desenfumagem, extintores, carretel, detetores óticos de fumos, aplicação de grelhas de ventilação em lanternins existentes nas áreas de comunicação vertical;
- c) execução de mais saídas de emergência e aplicação de blocos autónomos permanentes.

Considerando a fiscalização que o conjunto de trabalhos complementares acima identificados são essenciais e imprescindíveis para o pleno funcionamento do sistema de segurança contra risco de incêndios a instalar no estabelecimento escolar da EB 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, por forma a garantir a segurança das pessoas e bens em caso de emergência e dar cumprimento ao projeto aprovado pela ANEPC.

2) Por outro, os trabalhos de reabilitação de instalações elétricas que se encontram a realizar nas salas de aula existentes, verifica-se que a recolocação das luminárias existentes conforme previsto em caderno de encargos não será possível na sua totalidade e dado ao elevado estado de degradação apurado agora aquando da desmontagem das mesmas. Perante esta situação considera-se conveniente a realização de uma intervenção que vise a melhoria das condições de iluminação dos espaços e/ou área de estudo por forma a garantir os lux adequados a ambientes de trabalho. Do ponto de vista da eficiência energética considera-se também uma mais valia a substituição da totalidade das luminárias no interior das salas de aula por luminárias LED, alcançando um ganho significativo quanto ao desempenho energético deste edificado. Paralelamente à iluminação, será necessário o reaproveitamento da calha técnica no interior das salas e instalar/colocar nova nos locais onde as mesmas não forem possíveis reaproveitar.

3) Estes trabalhos tem associados outros trabalhos de construção civil não constantes no contrato, necessários para a instalação de equipamentos, instalações técnicas e acabamentos previstos em projeto, tais como: regularização da superfície das paredes interiores para receber a pintura, reparação de fissuras/fendas e buracos (mapa de quantidades de trabalhos, artigos 9.1 e 9.2, não se encontram previstos os trabalhos de reparações da base a pintar como se pode verificar no descrito abaixo), remoção de calhas elétricas obsoletas, remates necessários ao assentamento das novas bancadas e/ou



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

equipamentos, reparação e recolocação de rodapés, repintura de elementos metálicos em caixas de estores e guias, reparações das coberturas em laje nos lanternins, entre outros.





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



FOTOGRAFIAS - RODAPÉS, CALHAS TÉCNICAS, FISSURAS, ESTORES E CAIXILHOS DE GUIA

Este conjunto de trabalhos complementares são essenciais e indissociáveis da presente empreitada para a sua conclusão, por forma garantir alguma qualidade nos acabamentos e



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

eficácia dos sistemas de SCIE e das instalações técnicas a implementar nesta obra, considera a fiscalização qua a lista de trabalhos complementares (anexo II - mapa de trabalhos complementares de SCIE) que formaliza o Processo de Erros e Omissões n.º3 da presente empreitada, contempla a totalidades das intervenções necessárias de realizar para a correta conclusão desta obra, estimando-se um total de 163.389,21€.

Contudo, tais trabalhos originaram um conjunto de trabalhos a menos (anexo IV - mapa de trabalhos a menos), suprimido ao contrato inicial, já descrito na Informação n.º 7556/2019 (ver anexo III).

Quanto ao prazo de execução estima-se que a execução dos trabalhos perdurem até meados de dezembro, dando um prazo de 105 dias.

Mais se informa que, na lista de trabalhos complementares proposta, serão utilizados preços contratuais em alguns artigos que correspondem a erros de quantidade ou de espécie, e serão atribuídos novos preços aos artigos para omissões, preços atuais de mercado.

A responsabilidade pelos presentes trabalhos complementares necessários para a execução desta empreitada é de 100% do Dono de Obra, por terem sido resultantes dos elementos elaborados ou disponibilizados por si ao empreiteiro.

Tendo em conta a estimativa do valor dos trabalhos apurado, dever-se-à recorrer a um novo procedimento de concurso público, conforme o disposto no n.º5 do artigo 370.º do CCP.

Todavia, os trabalhos complementares constantes nesta lista do Processo de Erros e Omissões n-º3, que se submete a aprovação superior (anexo II), dada a sua natureza e complexidade no que se refere sobretudo à infraestruturas de segurança contra incêndios, não são técnica nem economicamente separáveis dos trabalhos contratuais que se encontram a decorrer em obra, causando graves inconvenientes para o Dono de obra e atrasos dos prazos da obra, uma vez que a sua não efetivação de imediato neste momento da obra poderá inviabilizar, o cumprimento das regras de segurança contra risco de incêndios e o seu pleno funcionamento em situação de emergência e a respetiva certificação pela ANEPC, assim como a garantia da qualidade técnica dos trabalhos executados e a conclusão de acabamentos atempadamente para que seja possível a abertura do estabelecimento escolar dentro do prazo inicialmente estabelecido.

Face ao exposto, é de toda a conveniência que tais trabalhos complementares sejam executados pela mesma entidade com a qual foi celebrado o contrato inicial – Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal; Lda, considerando o constante no artigo 35.º do Programa de concurso, relativamente à adoção do Ajuste Direto em Procedimento futuro, uma



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

vez que cumulativamente trata-se de obras em conformidade com um projeto de base comum, o contrato inicial foi celebrado à menos de três anos na sequência de um concurso público e esta possibilidade está indicada no anúncio do programa de procedimento.

Desta forma é nosso entendimento que são respeitados todos os pressupostos previstos no artigo 35.º do Programa de procedimento e a alínea a) do nº1 do artigo 25.º do CCP, podendo a escolha recair sobre um procedimento de Ajuste direto adjudicando-se este trabalhos de suprimento de Erros e Omissões – Proc.n.º3, para a empreitada de Reabilitação da Escola Básica 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, à mesma entidade com a qual foi celebrado o Contrato Inicial – Pinto Miranda – Engenharia e Construção Unipessoal; Lda.

Caso venha a merecer concordância superior, deverá o assunto ser submetido, junto com os respetivos documentos, em anexo, para procedimento concursal e posteriormente envio ao órgão executivo para aprovação.

*- à **Coordenação Financeira** para emissão da ficha de cabimento e compromisso, tendo para o efeito introduzido o mapa de trabalhos complementares Proc. n. 3 E&O - Empreitada Reabilitação da EB 23 Dr. Afonso Rodrigues Pereira, no programa de controlo de empreitadas SCE, em uso por este Município.*

- tendo em conta o prazo, por questões de urgência, submete-se a decisão sobre a mesma a despacho do Sr. Presidente, o qual deverá ir a ratificação na próxima reunião de Câmara.

*- posteriormente aos **Concurso** para abertura de Procedimento.*

- e dar imediato conhecimento à Coordenação da Educação para as devidas diligências na contratação de estruturas modulares para garantir funcionamento das aulas no decorrer da obra, ano letivo 2019/2020.

À consideração superior,

O Técnico Superior,

Pedro Rolim

Anexos:

Anexo I – Projeto SCIE aprovado ANEPC;

Anexo II - Mapa de trabalhos complementares de SCIE

Anexo III – Informação n.º 7556/2019 e Auto de Trabalhos a Menos;

Anexo IV – Pasta de Documentos para Instrução do Procedimento”

Após apreciação da informação supratranscrita, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar, devendo-se agir de acordo com a aludida informação.

*Os Srs. Vereadores **Vanda Oliveira** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

PONTO 16 – N.º 9154/2019, DE 26/07 - ALTERAÇÕES AO PROJETO DE EXECUÇÃO - PROJETO QUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ROTA DOS DINOSSAUROS – LOURINHÃ, EM FUNÇÃO DOS PARECERES DA DGPC INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À INFORMAÇÃO N.º12072/2018 DE 14/12/2018:

“1.A 19/12/2018, foi deliberado em Reunião de Câmara n.º32/2018 de 19/12/2018, aprovar o Projeto de Execução relativo ao Projeto de Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, tendo ficado condicionada ao parecer da DGPC, conforme indicado na Informação n.º12072/2018 de 14/12/2018 – parecer técnico e apreciação do referido projeto de execução.

2. A 29/01/2019 foram rececionados os pareceres emitidos pela DGPC relativos aos modelos que se pretendem instalar em:

2.1 Zona Especial de Proteção da à Igreja Nossa Senhora dos Anjos (Imóvel em vias de Classificação), o qual mereceu parecer favorável condicionado ao acompanhamento das escavações por Arqueólogo no Jardim dos Anjos Modelo 13 (Anexo 1 Ofício DGPC)

2.2 Zona Especial de Proteção da Igreja Matriz da Lourinhã (Imóvel Classificado), designadamente: Modelo 2 no Largo António Granjo; Modelo 3 na Praça D. Lourenço Vicente e o Modelo 9 na Praça José Máximo da Costa, para os quais foram emitidos pareceres Não favoráveis (Anexo 2 Ofícios DGPC).

3.Na sequência dos referidos pareceres da DGPC Não Favoráveis, foram realizadas reuniões de trabalho com a Arq. Rita Theriaga Gonçalves da DGPC, no sentido alterar as localizações inicialmente propostas e aprovadas pela Câmara para a instalação dos Modelos 2, 3 e 9 no centro da Vila da Lourinhã, de modo a responder às considerações deixadas no parecer e nas reuniões e e-mails trocados durante este processo, por forma a merecer a sua concordância (E-mail DGPC Anexo 3).

Desta forma serve a presente informação para submeter á apreciação da Câmara as alterações ás peças escritas e desenhadas realizadas ao Projeto de Execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, o qual contempla:

- Atualização das memórias descritivas do Projetos de Arquitetura Paisagista dos Modelos 1, 5, 6, 7, 8, 10,12, 13;*
- Alteração da Des.01 Projetos de Arquitetura Paisagista Pormenores de Construção;*
- Alterações das Peças escritas e Desenhadas dos Projeto de Arquitetura Paisagista para a realocação dos Modelos 2, 3 e 9;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

- Alteração ao Projetos de Infraestruturas Elétricas sobretudo quanto á realocização dos Modelos 2, 3 e 9;;
- Alteração das Medições, Estimativas e Valor Global, tendo em conta as alterações quanto à realocização dos Modelos 2, 3 e 9 e atualização dos preços de mercado, que mereceram uma revisão passados cerca de 6 meses da data da sua realização (dez /2019).

Conclusão:

Face ao exposto, propõe-se que o conjunto de peças escritas e desenhados anexos (Anexo 3), que compõe a alteração ao Projeto de execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã, realizado pela empresa Joaquim Jerónimo, Unipessoal, Lda ao abrigo do Contrato de Prestação de serviços n.º034/2018, seja enviado à Câmara Municipal, para a respetiva apreciação.

À consideração superior,

Anexos:

Anexo 1 - Ofício DGPC Modelo 13 Jardim dos Anjos

Anexo 2 –Ofício DGPC Modelo 2 no Largo António Granjo; Modelo 3 na Praça D. Lourenço Vicente e o Modelo 9 na Praça José Máximo da Costa

Anexo 3 – E-mail DGPC

Anexo 4 – Peças escritas e desenhadas - Alteração ao Projeto de execução - Projeto Qualificação e Dinamização da Rota dos Dinossauros – Lourinhã

A técnica superior;

Cecília Gonçalves Santos Mauricio, Arq.”

A Câmara deliberou aprovar, com base e nos termos da informação supratranscrita.

DA COORDENAÇÃO DE INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL:

PONTO 17 – N.º 9270/2019, DE 31/07 - PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 4 GERAÇÃO (CLDS 4G):

“ Na sequência de um levantamento efetuado pelos serviços da Segurança Social, foram identificadas fragilidades sociais no concelho da Lourinhã ao nível da pobreza infantil, tendo sido, posteriormente, feito um convite, emitido pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, para manifestação de interesse no desenvolvimento de um projeto no concelho da Lourinhã, no âmbito do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4 geração (CLDS 4G).



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Considerando a pertinência, para o território, o Município da Lourinhã, em 18-01-2019, manifestou por escrito o seu interesse na implementação do referido Programa, tendo para o efeito designado como Coordenadora Local de Parceria a Associação “Tá a Mexer”.

Os CLDS 4G dividem-se em quatro eixos de intervenção:

- 1 – Emprego, Formação e qualificação;*
- 2 – Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;*
- 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa;*
- 4 – Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetado por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.*

*Para o território da Lourinhã será implementado o Eixo 2 – **Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil.***

As ações serão dirigidas, prioritariamente, aos agregados familiares de baixo rendimentos com crianças, com o propósito de os apoiar:

— Processos de qualificação familiar, designadamente os que propiciam informação sobre os seus direitos de cidadania, o desenvolvimento de competências dos respetivos elementos e de aconselhamento em situação de crise;

— Na mediação dos conflitos familiares em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e/ou as suas crianças, promovendo a capacitação das famílias e a proteção dos direitos das crianças e jovens;

— Em ações de mobilização das crianças e jovens, em especial as que pertencerem a agregados de baixos rendimentos, promovendo estilos de vida saudáveis e integração na comunidade, nomeadamente através da participação deste em ações nos domínios: da Saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena.

O Programa é financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), com a dotação orçamental de 340.763,85€, terá a duração de 36 meses, com início em 01-11-2019 e término em 31-10-2022.

O Conselho Local de Ação Social da Lourinhã (CLASL), em 29 de maio 2019, aprovou por unanimidade a Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer” como a entidade Coordenadora Local da Parceria. Assim como a Coordenadora Técnica do CLDS, Tânia Raquel Moreira de Oliveira.

Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere ratificar:

- 1. a aceitação do convite da segurança Social para desenvolver um Programa CLDS-4G no concelho da Lourinhã;*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

2. a designação da Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer”, sediada na Rua António Maria Roque Delgado, 21, 1º piso – 2530-132 Lourinhã, como a entidade Coordenadora;

3. a designação de Tânia Raquel Moreira de Oliveira, para Coordenadora Técnica do CLDS.
A Coordenadora da CIS

(Mafalda Miguel Lopes Ribeiro Moura Teixeira) “

Após apreciação da informação supratranscrita, a Câmara deliberou ratificar: **1.º** - A aceitação do convite da Segurança Social para desenvolver um Programa CLDS-4G no Concelho da Lourinhã; **2.º** - A designação da Associação de Educação, Formação e Animação Social e Comunitária “Tá a Mexer” como a entidade Coordenadora; **3.º** - A designação de Tânia Raquel Moreira de Oliveira, para Coordenadora Técnica do CLDS.

PROCESSOS JUDICIAIS:

PONTO 18 – Presente, para conhecimento, os seguintes **PROCESSOS JUDICIAIS:**

REGISTO MYDOC N.º 7690/2019, DE 09/07 N.º 318/13.2BELRA AUTOR: Águas do Oeste, SA RÉU: Município da Lourinhã	Sentença	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7682/2019, DE 09/07 N.º 108/11.7BELSB AUTOR: Município da Lourinhã RÉU: Presidência do Conselho de Ministro, e o Ministro das Finanças e da Administração Pública	Despacho	A Câmara tomou conhecimento.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

REGISTO MYDOC N.º 7675/2019, DE 09/07 N.º 1937/14.5BELSB AUTOR: Projeto Valmitão RÉU: Município da Lourinhã (e Outros)	Despacho	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7671/2019, DE 09/07 N.º 318/13.2BELRA AUTOR: Águas do Tejo Atlântico, SA RÉU: Município da Lourinhã (e Outros)	Requerimento (Junção de Acordo entra as partes)	A Câmara tomou conhecimento.
REGISTO MYDOC N.º 7666/2019, DE 09/07 N.º 2791/13.0BELSB AUTOR: Francarmo, Lda RÉU: Município da Lourinhã	Requerimento (Junção de documentos essenciais)	A Câmara tomou conhecimento.

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE

PARECERES TÉCNICOS: - Presentes os seguintes pareceres técnicos, que em baixo se transcrevem:

PONTO 19 - REGISTO N.º 32/6450/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CABELO BOLIDO” (ARTIGO 25.º - SECÇÃO B), SITO EM MOLEDO, UF DE SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS E MOLEDO:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável à alteração do número de proprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, do prédio em referência, conforme registo constante da descrição da certidão da conservatória do registo predial, solicitar o aumento do número de coproprietários, atualmente copropriedade de dois, 3/4 de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques e um 1/4 de António Correia Caxaria, passando a copropriedade de cinco, nomeadamente 1/4 (ou 4/16) para António Correia Caxaria e 3/16 para cada um dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, nomeadamente Ana Cristina Faustino de Trigueiros Pinção, Nuno Manuel Henriques Lopes, Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes e Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Cabelo Bolido”, sito em Moledo, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **129/1987.02.13**, inscrito na matriz sob o artigo **25º** da secção **B**, da freguesia de Moledo, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 7 200,00m².

Mais se informa que:

1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.
2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, mas para efeito de partilha.
3. A requerente não apresenta as plantas de localização; Cadastral e de IGTs, por motivos de dificuldade de localização do prédio para emissão das respetivas plantas.
4. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.
5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Naturais – Áreas de Proteção Integral, encontrando-se assim sujeito ao



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

respetivo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional - REN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado e atravessado no seu limite leste por linha de água.

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, "Cabelo Bolido", sito em Moledo, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, registo predial da Lourinhã, com o número **129/1987.02.13**, inscrito na matriz sob o artigo **25º** da secção **B**, freguesia de Moledo. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-05

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 2 proprietários, passando a 5 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 05.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 20 - REGISTO N.º 32/6465/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “MATO FORTE” (ARTIGO 210.º - SECÇÃO FFF), SITO EM ATALAIA, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques passando a copropriedade de quatro, nomeadamente 1/4 para cada um dos herdeiros, nomeadamente Ana Cristina Faustino de Trigueiros Pinhão, Nuno Manuel Henriques Lopes, Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes e Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Mato Forte”, sito em Atalaia, União de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número 156/1987.04.14, inscrito na matriz sob o artigo 210º da secção FFF, da freguesia de Atalaia, atual união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área total de 5 880,00m².

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 4. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua maior parte em Espaços Naturais – Áreas de Proteção Integral, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional - REN, existindo uma pequena área localizada a sudeste, que se encontra em Espaços Agrícolas – Áreas Agroflorestais, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

*Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado a sudeste por linha de água. Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Mato Forte”, sito em Atalaia, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **156/1987.04.14**, inscrito na matriz sob o artigo **210º** da secção **FFF**, freguesia de Atalia. Não podendo resultar, da constituição desta propriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Architecta Paisagista --- 2019-07-18”

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 1 proprietários, passando a 4 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24"

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 18.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 21 - REGISTO N.º 32/6468/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – ROSA TAVARES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DE MARIA DA GRAÇA CAXARIA LEAL HENRIQUES – PRÉDIO MISTO DENOMINADO “QUINTA DO REPONTIZ” (ARTIGO 70.º - SECÇÃO EEE), SITO EM ATALAIA DE BAIXO, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, vem no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

*É pretensão de Rosa Tavares, na qualidade de solicitadora, no interesse dos herdeiros de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de três, 1/3 de Maria da Graça Caxaria Leal Henriques, 2/3 de Nuno Manuel Henriques Lopes e Patrícia Maria Pereira H. Pedro Lopes (não corresponde à descrição do registo da conservatória) passando a copropriedade de quatro, nomeadamente 5/12 para Nuno Manuel Henriques Lopes, 5/12 para Patrícia Maria Pereira Henriques Pedro Lopes, 1/12 para Ana Cristina Faustino Trigueiros Pinção e 1/12 para Maria Raquel Pereira Henriques, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio misto denominado de “Quinta do Repontiz”, sito em Atalaia de Baixo, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **3091/1990.06.13**, inscrito na matriz sob o artigo **70º** da secção **EEE**, e matriz número 623, da freguesia de Lourinhã, atual união de*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área descoberta de 28060m² e uma área coberta de 220m², num total de 28280,00m².

Mais se informa que:

1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.
2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.
3. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.
4. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua maior parte em Espaços Agrícolas – Áreas Agrícolas Especiais, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional - RAN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra atravessado a sul/sudeste por linha de água.

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Quinta do Repondiz”, sito em Atalaia de Baixo, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **3091/1990.06.13**, inscrito na matriz sob o artigo **70º** da secção **EEE**, e matriz número 623, freguesia de Lourinhã. Não podendo resultar, da constituição desta propriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão a emitir destina-se à celebração de escritura pública de doação do prédio, o qual é atualmente de 3 proprietários passando a ser de 4 após a mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 22 - REGISTO N.º 32/6540/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – FERNANDA MARQUES LOPES, EM REPRESENTAÇÃO DOS HERDEIROS DA HERANÇA DE FRANCISCO MIGUEL DOS SANTOS – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CASAS DA CORREIA” (ARTIGO 155.º - SEÇÃO PP), SITO EM MONTOITO, UF DE LOURINHÃ E ATALAIA:

“Fernanda Marques Lopes na qualidade de advogada, vem no interesse dos herdeiros, da herança de Francisco Miguel dos Santos, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Fernanda Marques Lopes na qualidade de advogada, no interesse dos herdeiros da herança indivisa de Francisco Miguel dos Santos, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade da herança de Francisco



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*Miguel dos Santos, passando a copropriedade de três, na proporção de 4/6 para Noémia Emília da Anunciação Antunes, 1/6 para Fernando Emídio Antunes dos Santos e 1/6 para Luís Miguel dos Santos, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Casais da Correia”, sito em Montoito, União de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **788/1996.02.01**, inscrito na matriz sob o artigo **155º**, da secção **PP**, da freguesia de Atalaia, atual união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, com uma área total de 2 600,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de registo de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Francisco Miguel dos Santos*
- 4. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços urbanizáveis – Áreas de caráter turístico, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Casais da Correia”, sito em Montoito, união de freguesias de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **788/1996.02.01**, inscrito na matriz sob o artigo **155º** da secção **PP**, freguesia de Atalaia. Não podendo resultar, da constituição desta*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-11”

Parecer do Chefe da DOTUA de 24/07/2019: *Concordo com o parecer técnico.*

Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.

A certidão destina-se a instruir processo de escritura pública de partilha do prédio indicado, o qual é atualmente de 1 proprietário, passando a 3 após a realização da mesma.

Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-24”

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 11.07.2019 e no parecer do Chefe da DOTUA de 24.07.2019.

PONTO 23 - REGISTO N.º 32/7602/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “MATO DO FORNO” (ARTIGO 112.º - SECÇÃO M), SITO EM SÃO BARTOLOMEU, UF DE SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS E MOLEDO / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de comproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

*É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de Henriqueta da Conceição Neto, passando a copropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Mato do Forno”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **2155/2010.03.26**, inscrito na matriz sob o artigo **112º** da secção **M**, da freguesia de São Bartolomeu dos Galegos, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 6 920,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Henriqueta da Conceição Neto.*
- 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo com a alínea g) do artigo 21º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sendo contudo indicadas as respetivas proporções.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Agrícolas – Áreas Agrícolas Especiais, encontrando-se assim sujeito ao respetivo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional - RAN, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Mais se informa que o prédio em referência se encontra limitado a sudoeste por linha de água.

*Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Mato do Forno”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **2155/2010.03.26**, inscrito na matriz sob o artigo **112º** da secção **M**, freguesia de São Bartolomeu dos Galegos. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08”

Despacho do Sr. Presidente da câmara de 09/07/2019: *“Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho”*

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019.

PONTO 24 - REGISTO N.º 32/7603/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “CHARNECA LOURINHÃ” (ARTIGO 33.º - SEÇÃO A), SITO EM MOITA DOS FERREIROS / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de, Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de coproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio em referência atualmente propriedade de um, Henriqueta da Conceição Neto, passando a copropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Charneca do Talefe”, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número **1702/1998.12.16**, inscrito na matriz sob o artigo **33º** da secção **A**, da freguesia de Moita dos Ferreiros, com uma área total de 6 640,00m².*

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
 - 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
 - 3. Não é apresentada habilitação de herdeiros da herança de Henriqueta da Conceição Neto.*
 - 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo coma alínea g) do artigo 21º, do Regulamento Municipal de Construção e Edificação da Câmara da Lourinhã, sendo contudo indicadas as respetivas proporções, de acordo com a alínea g) do artigo 21º.*
 - 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
 - 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Florestais – Áreas de Desenvolvimento Florestal, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*
- Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à*



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

*consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Charneca de Talefe”, sito em Moita dos Ferreiros, freguesia de Moita dos Ferreiros, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, **1702/1998.12.16**, inscrito na matriz sob o artigo **33º da secção A**, freguesia de Moita dos Ferreiros. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.*

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-08”

Despacho do Sr. Presidente da câmara de 09/07/2019: “Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho”

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 08.07.2019.

PONTO 25 - REGISTO N.º 32/7605/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – MARIA NATIVIDADE NETO RIBEIRO PRAZERES, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE HENRIQUETA DA CONCEIÇÃO NETO – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “RODELA” (ARTIGO 116.º - SEÇÃO O), SITO EM SÃO BARTOLOMEU DOS GALEGOS / RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATO DE 09/07/2019, QUE DEFERIU:

“Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, vem no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de coproprietários, nos termos e para os efeitos do nº1 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.

Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:

É pretensão de Maria Natividade Neto Ribeiro Prazeres, na qualidade de cabeça de casal da herança de Henriqueta da Conceição Neto, no interesse dos respetivos herdeiros, solicitar o aumento do número de coproprietários, do prédio aludido, atualmente propriedade de Henriqueta da Conceição Neto, passando a compropriedade de três, na proporção de 1/3 para cada um dos herdeiros, em comum e sem determinação de parte ou de direito, para efeitos de registo de partilha, do prédio rústico denominado de “Rodela”, sito em São Bartolomeu dos



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Galegos, União de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número 1352/1998.12.16, inscrito na matriz sob o artigo 116º da secção O, da freguesia de São Bartolomeu dos Galegos, atual união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, com uma área total de 3 720,00m².

Mais se informa que:

- 1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*
- 2. Vem requerer o aumento do número de coproprietários, para efeito de partilha.*
- 3. Não é apresentada habilitações de herdeiros da herança de Henriqueta Conceição Neto.*
- 4. Não são expressamente indicados quais os futuros comproprietários, de acordo com a alínea g) do artigo 21º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sendo contudo indicadas as respetivas proporções.*
- 5. Para o prédio em referência, conforme Sistema de Informação Geográfica e base de dados – obras particulares, não se encontram registos de operações urbanísticas.*
- 6. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã – PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros nº131/1999, publicado em Diário da República, I série, nº250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série de 9 de março, e, com a declaração de retificação nº750/2010, publicada em Diário da República, II série nº74, de 16 de abril de 2010 e aviso nº 4980/2012, publicado em Diário da República, II série nº65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade em Espaços Agrícolas – Áreas Agroflorestais, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.*

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei nº64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, remete-se à consideração superior o envio para apreciação da Câmara Municipal, e posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente ao aumento do número de coproprietários do prédio rústico denominado, “Rodela”, sito em São Bartolomeu dos Galegos, união de freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número, 1352/1998.12.16, inscrito na matriz sob o artigo 116º da secção O, freguesia de São



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Bartolomeu dos Galegos. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.

O Técnico Superior

Marina Pires, Arquitecta Paisagista --- 2019-07-09"

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 09/07/2019: *"Deferido, emita-se certidão. Seja presente à próxima reunião p/ ratificar despacho"*

A Câmara deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 09.07.2019, que deferiu, com base no parecer técnico da DOTUA de 09.07.2019.

PONTO 26 – REGISTO N.º 6215/2019 - PROCESSO N.º 2062/2007, EM NOME DE PATRICIA SUSANA MARQUES OLIVEIRA, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PADARIA EM DESTQUE DE PARCELA, EM MARQUITEIRA – STª BÁRBARA / QUEIXA, DE MARIA MANUELA INÁCIO, SOBRE PADARIA – PÃO D' AVÓ GRAÇA, DE JOÃO MANUEL DA SILVA FERREIRA:

"PARECER TÉCNICO

Na sequência do registo entrada n.º 6215 de 18/06/2019, referente à exposição apresentada pela munícipe Maria Manuela Conceição Dias Inácio relativo à emissão de partículas proveniente da chaminé da Padaria – Pão D' Avó Graça, informa-se o seguinte:

Após deslocação ao local no dia 19 de julho de 2019, da técnica Sandra Filipe e do Fiscal Municipal José Oliveira, no qual esteve presente o arrendatário da Padaria – Pão D' Avó Graça – Marquiteira o Sr. João Manuel da Silva Ferreira, morador na Rua Belo Horizonte, n.º 4 r/c esq. B, 2530-880 Casal Novo – Lourinhã, rendeiro do imóvel desde outubro de 2018.

O Arrendatário disponibilizou-se a mostrar as instalações dando os devidos esclarecimentos relativamente à emissão de fumos e fuligem da laboração.

Na sequência desta verificação e esclarecimentos, constata-se que se mantém a situação face ao relatado na vistoria realizada em 08/02/2016.

No entanto, verificou-se que foi instalado um novo forno com a respetiva exaustão de fumos independente da já existente.

Mais se informa que, não foram verificadas deposições de resíduos no local assinalado pela requerente.

Conforme registo fotográfico que se segue:



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019





CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019



À consideração superior

A Técnica Superior (Sandra Filipe, Eng^a de Ambiente).

Fiscal Municipal (José Guilherme da Silva Roque Tello de Oliveira)”

Parecer do Chefe da DOTUA, de 22/07/2019: *“Concordo. Proponho que o assunto seja remetido à reunião de Câmara, devendo dar-se conhecimento às entidades intervenientes da deliberação que vier a ser tomada.*

O Chefe de Divisão

Luis Filipe Gomes, Dr. ---- 2019-07-22”



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019

Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 23/07/2019: "À C.M. p/ conhecimento"

A Câmara deliberou transmitir aos interessados que, após a deslocação ao local de técnicos camarários, não foram observadas, no âmbito das competências da Câmara, quaisquer anomalias.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** não participou na discussão e votação deste assunto, por impedimento, retirando-se da sala.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 17,30 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim _____, O Assistente Técnico -----
_____, O Presidente da Câmara. -----



CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 20/2019
Reunião Ordinária de 31 de julho de 2019